

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA  
AREA DE CONCENTRAÇÃO EM  
SOCIOLOGIA RURAL

IDENTIDADE, IDENTIDADES: um  
estudo sobre os trabalhadores do  
Serrotão - Campina Grande

ERONIDES CÂMARA DONATO

Campina Grande - PB

Dezembro - 1995

CDU  
304.152  
B.101.1

ERONIDES CÂMARA DONATO

IDENTIDADE, IDENTIDADES: um estudo sobre os trabalhadores do  
Serrotão - Campina Grande.

Dissertação apresentada à  
Universidade Federal da Paraíba como  
pré-requisito para obtenção do Grau  
de Mestre em Sociologia, com Área de  
Concentração em Sociologia Rural.

Orientadora: MARIA CRISTINA DE MELO MARIN

Campina Grande - Pb

Dezembro - 1995



D677i Donato, Eronides Câmara.  
Identidade, identidades : um estudo sobre os  
trabalhadores do Serrotão - Campina Grande / Eronides  
Câmara Donato. - Campina Grande, 1995.  
256 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade  
Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1995.  
"Orientação : Prof<sup>a</sup>. Maria Cristina de Melo Marin".  
Referências.

1. Sociologia Rural. 2. Trabalhadores - Serrotão -  
Campina Grande (PB). 3. Identidade. 4. Dissertação -  
Sociologia. I. Marin, Maria Cristina de Melo. II.  
Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III.  
Título

CDU 316.334.55(043)

ERONIDES CAMARA DONATO

IDENTIDADE, IDENTIDADES: um estudo sobre os trabalhadores do  
Serrotão - Campina Grande.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

---

Maria Cristina de Melo Marin  
Orientadora

---

Durval Muniz de Albuquerque Jr.  
Membro da Banca

---

Eric J. R. Durousset  
Membro da Banca

---

Ghislaine Duqué  
Membro da Banca

CAMPINA GRANDE - PB

DEZEMBRO - 1995

## SUMARIO

	pag.
RESUMO	
RÉSUMÉ	
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO PRIMEIRO - "O SERROTÃO É UMA HISTÓRIA":	
IMAGENS DO PASSADO... ..	46
1. Imagens da Bíblia, Imagens da Vida.....	48
2. "Tempo de Fartura..." .....	62
3. 1962: O "ribuliço": lembranças escondidas.....	73
4. Descobrimo os silêncios no medo das Ligas.....	76
5. Zé Gonçalves e Zé Euflazino: a construção dos mitos dando formas à luta pela terra.....	88
6. Imagens dos herdeiros X imagens do exército.....	92
7. "A luta pela terra nas pontas de ruas": as lembranças dos conflitos na Fazenda Ramada nos anos 80.....	99
8. "Péssimas lembranças... mal tempo no Serrotão.....	114
CAPÍTULO SEGUNDO - "A BUSCA DA TERRA NÃO PROMETIDA"..	123
1. Lembranças da trajetória Campo-Cidade.....	123
2. "Fim do percurso: a periferia da cidade..." .....	135
3. "O cotidiano no assentamento: estratégia da luta pela terra". .....	140
4. O "retrato" do Condomínio e as estratégias de permanência..." .....	156

CAPÍTULO TERCEIRO - "DA DADIVA DE DEUS AOS PRESENTES	
DOS HOMENS".....	175
1. Os direitos costumeiros: "a lei era uma palavra que ele tinha" .....	182
2. "Os conflitos no tribunal vão contribuindo para o conhecimento dos direitos..." .....	195
3. "Nós temos um documento de uma palha só..." .....	213
4. "Direito de pobre é morar nas pontas de rua".....	221
5. Os direitos trabalhistas na cidade... ..	224
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	237
BIBLIOGRAFIA.....	245

## AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de registrar os nossos agradecimentos a todos aqueles que contribuíram ao longo do caminho que percorremos em busca da produção desse trabalho.

Não podemos deixar de mencionar o nome de duas pessoas que de forma muito especial nos incentivaram a fazer o mestrado: Profa. Marly Viana e Elizete Gaspar.

Nossos agradecimentos às entidades financiadoras do Curso, CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior).

A Orione Dantas, aluno do Curso de História da UEPB, que contribuiu de forma significativa para a pesquisa através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC).

Aos trabalhadores do Condomínio Rural Alto Serrotão, e aos membros da CPT - Comissão Pastoral da Terra - pela atenção e disponibilidade que nos dedicaram durante a pesquisa, contribuindo para que esse trabalho fosse realizado. A todos os demais trabalhadores entrevistados, nossa gratidão.

Aos professores do Curso de História da UEPB, em particular, às professoras Maria Santana Sousa da Silva e Miriam Barreto; à Professora Maria Zélia Pereira Fernandes,

do Curso de Geografia, pelo incentivo à produção deste trabalho, e, em especial, pelo carinho e preocupação quando encaminharam o pedido de afastamento das nossas atividades naquela Instituição para fazer a pesquisa.

A minha turma do mestrado: Amilton, Cláudio, Tânia Régia, Ofélia, Verinha, Tônico, Eugênio, Madaísde, João Arruda e Maria Aldano. Juntos, nesta caminhada, encetamos o exercício da produção acadêmica.

A minha orientadora, Maria Cristina de Melo Marin, pela paciência, pelas observações, críticas e sugestões, e sobretudo pelo respeito à orientanda.

A Professora Ghislaine Duqué (Coordenadora do Mestrado) pela solidariedade, pelo incentivo cotidiano aos alunos, e, em especial, pelo incentivo para que este trabalho fosse "concluído".

Aos funcionários do Mestrado, em particular atenção, a Joãozinho e Verinha, pelo espírito de solidariedade e pela forma sempre atenciosa com que tratam professores e alunos.

A Ruy Everson, pela digitação do trabalho.

Aos meus colegas, professores do Departamento de História e Geografia (UFPB), em particular aos professores Durval Muniz de Albuquerque Júnior e Maria do Socorro Rangel, e à Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia (UFPB), Elizabeth Christina de Andrade Lima por lerem e nos ajudarem a olhar criticamente este texto.

Por último, nossos agradecimentos a uma pessoa muito especial: o companheiro e colega do Departamento, o professor Fábio Gutemberg, pelas discussões, pelas críticas, sugestões cotidianas e, acima de tudo, pelo incentivo à produção científica.

à memória de Manoel Gerônimo de Araújo,  
que durante muito tempo trabalhou  
cultivando a terra, e, acima de tudo,  
por ter sido um bom pai e amigo.

a Toinha, minha mãe, pela dedicação e  
amor no dia-a-dia.

à "lindinha da vovó", Jade, a razão de  
muita alegria.

às minhas filhas, Robenilda, Niedja e  
Joyce, pela compreensão, assumindo  
algumas atividades, para que este texto  
fosse produzido.

ao meu companheiro, Fábio, pela  
dedicação cotidiana, pelo incentivo e  
solidariedade permanente.

## RESUMO

Este texto trata do estudo das identidades de trabalhadores de origem rural que encontram-se na cidade de Campina Grande há um longo período. O nosso objetivo é compreender como esses trabalhadores se reconhecem e desejam ser reconhecidos no percurso da luta pelo acesso à terra.

A pesquisa nos permitiu verificar quatro marcos cronológicos (1960, 1980, 1984 e 1986) que marcaram as experiências desses trabalhadores em conflitos que tratam da luta pela terra em propriedades situadas no espaço urbano. O último enfrentamento que tiveram com o proprietário resultou na conquista da terra onde estão assentados.

Para compreender as identidades desses trabalhadores, foi importante estudar as representações que eles têm de suas experiências no processo social dessas lutas, bem como as lembranças dos conflitos que para eles foram importantes.

O estudo das representações e da memória dos entrevistados contribuiu de forma significativa para percebermos as imagens que esses trabalhadores têm de si, como eles desejam ser reconhecidos, ou como alguns grupos

sociais, ou pessoas individualmente, os reconhecem no palco da luta pela terra para trabalhar.

No percurso da luta pela terra, os nossos entrevistados elaboraram identidades de forma estratégica, contribuindo para ter o direito de nela permanecer.

## RESUMÉ

Notre étude des identités des travailleurs d'origine rurale qui vivent à Campina Grande depuis longtemps. Notre objectif est de comprendre comment ces travailleurs se reconnaissent et désirent être reconnus dans leur parcours de lutte pour la terre.

La recherche nous a permis d'identifier quatre jalons chronologiques (1960, 1980, 1984 et 1986) qui ont marqué les expériences de ces travailleurs; ceux-ci luttent pour la terre dans des propriétés situées dans des espaces urbains et finalement ont conquis la terre où ils sont installés.

Pour comprendre les identités de ces travailleurs, nous avons dû étudier leurs représentations relatives à leurs expériences de luttes et leurs souvenirs liés aux conflits qui furent importants pour eux.

L'étude des représentations et de la mémoire de nos informants a été significative pour nous faire percevoir les images que ces travailleurs ont d'eux-mêmes, comment ils veulent être reconnus, et comment certains groupes sociaux ou personnes individuelles les reconnaissent sur la scène de la lutte pour la terre.

Dans ce parcours de lutte, nos informants ont élaboré, de façon stratégique, des identités qui contribuent à leur donner le droit de rester sur la terre.

## INTRODUÇÃO

*"Da explosão da história memória emerge um novo personagem, pronto a confessar diferentemente de seus predecessores, a ligação estreita, íntima e pessoal que ele mantém com seu objeto, ou melhor, a proclamá-lo, a aprofundá-lo e a fazer, não o obstáculo, mas a alavanca de sua compreensão" (Pierre Nora)*

1982. Ano em que as imagens do bairro de Bodocongó, em Campina Grande, começaram a se fixar na nossa memória. Tínhamos acabado de chegar ao bairro. As lembranças são de poucas ruas calçadas, e muitos conjuntos de casas populares em construção. O conjunto denominado Severino Cabral (ex-prefeito do município) havia sido entregue à população há pouco tempo.

Em sua parte leste várias obras, conhecidas como "Centro Administrativo do Conjunto Severino Cabral", estavam em fase de conclusão. Constituíam-se de um Posto Policial, um Posto Médico, a sala do administrador, e um pátio destinado a uma feira-popular. Este "centro" é conhecido atualmente como "feirinha de Bodocongó". No lado oeste do conjunto, havia uma propriedade conhecida como

"Fazenda Ramada", cultivada por agricultores, na condição de foreiros. Atualmente, é uma área denominada Ramadinha II.

Caminhando pelo bairro, chamavam-nos a atenção os desvios que os automóveis faziam para livrar o feijão, exposto para secar por várias ruas. Era comum encontrarmos homens, mulheres e crianças sentados nas calçadas observando o cereal, que ainda estava na palha. Com essa vigília, tentava-se evitar que os animais soltos pela rua viessem a espalhar ou comer o feijão.

Uma outra atividade dessas pessoas por nós observada era a "limpeza do feijão": homens e mulheres usavam grandes peneiras de palha contendo feijão seco e debulhado, e jogavam contra o vento para limpeza das palhas que nele ainda se encontravam.

Era comum, também, encontrarmos pessoas, no dia a dia, com enxadas nas costas, nas mãos, a caminho para os roçados, alguns deles localizados na "Fazenda Ramada", ao lado do Conjunto Severino Cabral.

Nosso relacionamento com parte dessas pessoas teve início nesse período. Éramos militante do Partido dos Trabalhadores. Participávamos, juntos, de reuniões do núcleo do PT do bairro de Bodocongó. Essa experiência contribuiu de forma significativa para que, cursando o Mestrado em Sociologia Rural, despertássemos para os significados das relações sociais e das atividades dessas famílias, desses trabalhadores.

Este estudo trata da história de algumas lutas de trabalhadores, de origem rural, pela terra na periferia da cidade de Campina Grande, particularmente na zona oeste da cidade<sup>1</sup>. No enredo desta história, os trabalhadores, desejosos de conseguir a terra, constroem identidades ao exigirem de outros grupos sociais a legitimidade de sua luta e o reconhecimento como pessoas que necessitam de terra para trabalhar. Ou seja: articulam imagens de si próprios, identidades, no sentido de como desejam ser percebidos pelos outros. Nosso objetivo é compreender como são elaboradas as identidades desses trabalhadores na busca da terra (não) prometida.

Nas trilhas para compreender essas construções, utilizamos várias fontes: a fonte oral, através das entrevistas, histórias de vidas e questionários; fontes impressas, como os jornais "Diário da Borborema" e "Jornal da Paraíba", que nos forneceram artigos e matérias sobre a luta desses trabalhadores pela terra, em 1980 e 1986. Ainda utilizamos o Processo Judicial nº 125/1981, que trata do requerimento de posse da terra por parte de trabalhadores da "Fazenda Ramada", em 1980.

Essas fontes permitiram compreender suas visões do mundo, as lembranças do medo, as trilhas do silêncio, as cartas jogadas no duro jogo da luta pela terra. A transformação dessas construções em análise social levou-nos

1 Nosso estudo foi realizado com famílias que cultivam a terra nos bairros do Serrotão e Bodocongó. Estes bairros estão situados na zona oeste da cidade, juntamente com os bairros Malvinas, Santa Rosa, Cruzeiro entre outros.

a fazer novas construções, quando nos apropriamos de conceitos, categorias que nascem cotidianamente na academia na tentativa de explicar o "fazer dos homens". A descoberta deste fazer à luz do cientista social se deu a partir de várias "armadilhas". Uma delas é a memória. E por que a memória?

Nas últimas décadas, os cientistas sociais de uma forma geral, têm se preocupado em trazer à tona o vivido, os valores, os costumes que aos poucos vão desaparecendo. Usando as palavras de NORA<sup>2</sup> (1993:7), a preocupação desses estudiosos ao trabalharem com a memória é "O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo".

A memória aos poucos tem sido destruída pelo processo de aceleração da história. É o fenômeno da industrialização, da massificação, da mundialização, em que os meios de comunicação de massa desempenham um papel de grande influência. D'ALÉSSIO<sup>3</sup> (1993:97) fazendo uma leitura de Nora e Halbwachs, chama atenção para o fato de que, dentro deste contexto, "...a história se torna rápida, a duração do fato é a duração da notícia, o novo - produzido incessantemente - conduz as vidas, criando a sensação de

2 NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. IN Projeto história: revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, 1981, p. 7-28.

3 D'ALÉSSIO, Márcia M. Memória: leituras de M. Halbwachs e Pierre Nora. IN Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, Vol. 13, nº 25/26, setembro 92/agosto 93, p. 97-103.

hegemonia do efêmero. A história torna-se eternamente contemporânea".

A aceleração da história tem contribuído para que historiadores, sociólogos, antropólogos, educadores, corram incessantemente na tentativa de preservação da memória dos vários grupos sociais. Essa preocupação também está presente no seio de grupos como os profissionais da saúde, engenheiros, minorias sociais e mesmo de políticos. Hoje há um processo de arquivização da memória. Como afirma NORA (1993:15), "A medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história".

O processo de arquivização da memória parece ser resultado de um processo de culpa, de traumas que os homens carregam sobre suas ações, e uma necessidade de reencontrar o seu pertencimento. Segundo NORA (1993), é a memória - dever. Pode ser que, inconscientemente, este também tenha sido o nosso desejo, quando resolvemos trabalhar com a memória. A decisão de utilizar as fontes orais deu-se em virtude de que, primeiro, tínhamos escolhido trabalhar com um estudo de caso, especificamente um caso muito recente, para que os pesquisadores pudessem se debruçar também sobre uma documentação escrita; segundo, porque as fontes orais têm dado uma contribuição significativa para o estudo de

determinadas preocupações de cientistas sociais, revelando aspectos que, no cruzamento com outras fontes apontam pistas importantes para desvendar os "mistérios" de acontecimentos e relações sociais. Nesse sentido, o nosso objetivo, ao utilizar as fontes orais, foi o de analisar as descobertas surgidas nestes cruzamentos, e não partir do pressuposto de que, utilizando-as, estaríamos dando voz aos "vencidos", como queria BOSI<sup>4</sup> ao estudar as memórias em seu trabalho.

A aceleração da história está, por uma lado levando vários grupos a arquivarem as memórias, por outro, está também levando ao desaparecimento da figura do narrador, "o guardião da memória". Segundo Benjamin<sup>5</sup> (1994:197), "É a experiência de que a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente".

Contudo, se há necessidade de preservar a memória, e as razões são diversas, há também a necessidade de compreender que a memória não é a história. Se a história do início dos tempos modernos era considerada a continuidade da memória comprometida com a necessidade de conhecer nossas origens, de ter a certeza de saber de onde viemos e o que somos e para onde vamos, exprimindo um sentimento de

---

4 BOSI, Eclea. Memória e sociedade. Lembranças de velhos. São Paulo: EDUSP - T.A. Queiroz Editor, 1997.

5 BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura. Obras Escolhidas, vol. I, 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

continuidade e fim da história, hoje é imprescindível fazer a diferença entre memória e história.

HALBWACHS<sup>6</sup> (1990:81-82), já no início do século XX fazia essa diferença entre memória e história. Segundo ele, a memória "...é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém", enquanto "a história começa no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente" (p. 80).

Para HALBWACHS, portanto, a memória é continuidade, é tradição. Na história tudo é renovado, a maneira de ver os homens, de conceber o passado muda... a história também é descontinuidade, ela faz cortes, divide a continuidade em séculos, em temas, ou nas palavras de Halbwachas em atos, por tudo isso ela decompõe a memória social.

ALBUQUERQUE JÚNIOR<sup>7</sup> (1994:47-48) nos dá uma contribuição sobre essa diferença quando acrescenta, "*...a história é a reinvenção do passado...., ...é uma violência que se pratica com as armas dos conceitos, do pensamento, da*

---

6 HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

7 ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. Violar memória e gestar a história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um "parto difícil". IN Revista Clio, UFPe, Recife, 1994, p. 39-52 (Série História do Nordeste, nº 15).

*razão. Por mais bem intencionado que o historiador esteja em relação ao buquê de memórias que tenha coletado, ele terá que deflorá-las para poder gestar a história".*

Estão postas, portanto, as armadilhas da análise social. O pesquisador escuta as memórias e, no processo de decomposição, transforma em história o que antes era memória. É nesse caminho que se deve olhar este trabalho, nesse processo de desconstrução e construção. Mas se a análise social constrói "armadilhas" ao se apropriar da memória, esta também apresenta uma rede de armadilhas que exige determinados cuidados no seu uso. Ao coletar as imagens de um passado, o pesquisador precisa ficar atento, pois a memória tem o poder extraordinário de selecionar. Se a memória registrasse tudo, ela acumulava tudo aquilo que era vivido. Seria, no dizer de BEZERRA<sup>8</sup> (1990), uma memória museológica. Mas, ao contrário, ela é seletiva.

Portanto, se a memória tem este poder de registrar determinados acontecimentos, ela não dá conta de tudo o que é vivido. E quais têm sido as evidências para que possamos registrar ou não determinados "eventos"? Segundo MONTENEGRO<sup>9</sup> (1993: 36) é "a cultura, o inconsciente, a história individual e coletiva...". Desse modo, a memória

---

8 BEZERRA, Adélia. Memória e Ficção. IN Resgate (Revista do Centro de Memória - UNICAMP). Campinas - SP, 1990, p. 9-15.

9 MONTENEGRO, Antonio T. História oral, caminhos e descaminhos. IN Revista Brasileira de História - São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 13, nº 25/26, setembro 92/agosto 93, p. 55-65.

é, segundo POLLAK<sup>10</sup> (1992:204), um fenômeno construído "...social e individualmente...".

Uma outra discussão é preciso pontuar quando se trabalha com a memória. Quando evocamos as lembranças, quando ouvimos os entrevistados, os narradores, por exemplo, estamos fazendo uma coleta de dados sobre uma certa leitura do passado, registrada na memória do indivíduo. Ocorre entretanto, que essa memória individual, segundo HALBWACHS (1990:51) "...é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios". Entendendo assim, as nossas lembranças não são construídos individualmente. Ao contrário, para que elas possam existir, é necessário fazer apelo às lembranças dos outros. Nesse sentido, quando evocamos o passado, estamos lembrando de um momento vivido socialmente onde o nosso fazer está entrelaçado no fazer do outro.

Contudo, se a "memória individual" é um ponto de vista sobre a "memória coletiva", é preciso compreender, segundo ALBUQUERQUE JR. (1994:46), que "Essa aparente unidade que é a "memória individual" é na verdade uma multiplicidade de correntes de pensamento coletivo, e que ...por isso a "memória coletiva" não é uma somatória das "memórias individuais", mas ao contrário, é um campo

10 POLLAK, Michel. Memória e identidade social. IN Estudos Histórico, Rio de Janeiro: Vértice, vol.5, Nº 10, 1992, p. 200-212.

discursivo e de força em que estas memórias individuais se configuram". Por isso mesmo, as lembranças estão sujeitas a transformações, a mudanças constantes.

Se a memória não é história, quais são os elementos constitutivos da memória? Segundo POLLAK, (1992:201) "... são os acontecimentos vividos pessoalmente... e os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer." E nós acrescentamos: é através da linguagem que estes acontecimentos são construídos<sup>11</sup>.

Ocorre, porém, que, muitas vezes, não participamos destes acontecimentos, mas eles podem ter tido uma importância tão grande para nós, que se torna quase impossível acreditar que deles não participamos. POLLAK, (1992:201) nomeia essa circunstância de memória quase "herdada". Ele assim explica: "...podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação". Por isso, quando lembramos de um acontecimento, vivido por nós ou não, evocamos sempre as lembranças de outras pessoas.

De tudo o que foi dito até agora é importante lembrar que a decomposição da memória (HALBWACHS) ou violação da memória (ALBUQUERQUE JR) pelo cientista social é

---

<sup>11</sup> Para a discussão da relação entre Memória e Linguagem cf BOSI, Alfredo. O Tempo e os Tempos. IN ALVES, Adauto (org.) Tempo e história. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 19-32.

a transformação dela em história. E, nesse processo de violação da memória, trabalhamos com o conceito de representações sociais. Na verdade, esse conceito está sendo utilizado por nós na tentativa de compreender nas falas dos entrevistados como e em que circunstâncias são elaboradas suas identidades.

O conceito de "representações sociais" surgiu no século XIX, na Sociologia, com DURKHEIM, com a denominação de representações coletivas. Elas seriam, segundo esse autor<sup>12</sup>, *"o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo: para produzi-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas idéias e seus sentimentos: longas séries de gerações acumularam aí a sua experiência e o seu saber"*. (p. 45)

MINAYO<sup>13</sup> (1994:89-90), ao fazer uma leitura do pensamento de DURKHEIM, interpreta que as representações coletivas nas ciências sociais são *"...categorias do pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a"*. Na leitura de MINAYO o termo durkheimiano de representações coletivas refere-se *"...a categorias de pensamento através das quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade... mas surgem*

---

12 DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

13 MINAYO, M<sup>a</sup> Cecília de S. Conceito de representações sociais na sociologia clássica. IN *Textos em Representações Sociais* (orgs) Pedrinho A. Guareschi, Sandra Jovchelovith. Petrópolis: Vozes, 1994, 89-110.

ligadas a fatos sociais". Para DURKHEIM, as representações coletivas são exteriores às consciências individuais e exercem ação coercitiva sobre estas. A coerção é relativa e está representada, entre outros, pelos valores e pelas crenças. A relatividade da coerção está no fato de os indivíduos aceitarem ou não as formas de coerção. Em outras palavras, a vida social contribuiria segundo DURKHEIM, para formar o "senso comum" ou o "pensar" de uma sociedade. Certos modos de conduta do homem, por exemplo, provinham da coerção que a sociedade exercia sobre os indivíduos.

As representações eram coletivas porque, segundo DURKHEIM<sup>14</sup> (1984:158), existem no homem dois seres: *"...um ser individual que tem sua base no organismo e cujo campo de ação se encontra, por isso mesmo, estreitamente limitado, e um ser social que representa em nós a mais alta realidade, de ordem intelectual e moral, que só podemos conhecer pela observação, qual seja a sociedade"*.

DURKHEIM estava preocupado em saber a origem desse conhecimento, mas compreendia que não devia analisá-lo, já que era defensor da sociologia positiva, ou seja, o pesquisador deveria se distanciar completamente do "fato social", não analisando-o para não comprometê-lo ideologicamente.

O importante nesta rápida passagem pela noção de representações coletivas de DURKHEIM é compreender,

---

14 DURKHEIM, Emile. Sociologia. in RODRIGUES, José Albertino (org.), 3ª ed. São Paulo: Atica, 1994.

primeiro, que ele observava a existência de uma forma de pensar na sociedade, conferindo-lhe um poder de coerção sobre a conduta dos indivíduos; segundo, que, para ele, havia uma distinção entre indivíduo e sociedade. As representações coletivas seriam provenientes do exterior e não do interior do indivíduo. Cabia à sociologia estudar as representações coletivas e, à psicologia, estudar as representações individuais. A questão central era que as "leis" que explicavam os fenômenos coletivos eram completamente diferentes das que explicavam os fenômenos individuais.

A discussão sobre a relação entre indivíduo e sociedade não interessava somente à sociologia ou antropologia, mas também à psicologia. Após a segunda guerra mundial, a necessidade de conhecer a relação entre indivíduo e sociedade aumentou para esta disciplina. É nesse contexto que há uma nova leitura do conceito de representações sociais com SERGE MOSCOVICI<sup>15</sup>. Este autor ao pensar o conceito de DURKHEIM rompe com a dicotomia indivíduo e sociedade e afirma, segundo FARR<sup>16</sup> (1994-46), que "...as representações sociais estão presentes tanto "no mundo" como "na mente" e elas devem ser pesquisadas em ambos os contextos."

---

15 MOSCOVICI, Serge. Textos em Representações Sociais. Prefácio de Serge Moscovici. (orgs) Pedrinho A. Guareschi, Sandra Jovchelovith. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 7-16.

16 FARR, Roberto M. Representações sociais: a teoria e sua história. IN op. cit. p. 31-57.

O próprio MOSCOVICI, no prefácio do livro já citado, chama a atenção para o fato de que "*os fenômenos sociais que nos permitem identificar de maneira concreta as representações e de trabalhar sobre elas são ... as conversações, dentro das quais se elaboram os saberes populares e o senso comum*" (p. 9). Mas, as representações sociais também "*podem ser encontradas, sob outras formas, nas ciências, nas religiões, nas ideologias e em outras circunstâncias*" (p. 10). A compreensão de MOSCOVICI é de que esses saberes, e todos os fenômenos que ele nomeia de representações sociais, são racionais. As principais críticas que fazem a essa afirmação, segundo ele, estão apoiadas na leitura que alguns estudiosos fizeram do conceito de Durkheim. Para este último, esses saberes eram exteriores ao indivíduo e, portanto, eram inconscientes. Em outras palavras, na sociologia clássica, as representações eram concebidas como fenômenos exteriores ao indivíduo.

Moscovici avança na leitura da teoria das representações de Durkheim, na medida em que compreende não haver separação entre indivíduo e sociedade. Os indivíduos, segundo ele, só são racionais porque vivem em sociedade, e a dicotomia indivíduo-sociedade é uma forma de negar a existência dos conflitos provenientes dessa relação. Desse modo, aceitar essa visão dicotômica é ter uma compreensão estática tanto dos indivíduos como da sociedade. Assim afirma MOSCOVICI, "*...o conflito entre indivíduo e o*

*coletivo não é somente do domínio da experiência de cada um, mas é igualmente realidade fundamental da vida". (p. 12)*

As representações sociais, enquanto forma de conhecimento, estão inseridas no senso comum e são tão importantes como outras formas de conhecimento. Essa preocupação, essa ampliação do conhecimento enquanto objeto de estudo, contribui segundo SPINK<sup>17</sup> (1990:119), "...para além das fronteiras da ciência e passando a abarcar também o conhecimento do homem comum". Metodologicamente há, ainda segundo SPINK, duas perspectivas para o estudo das representações sociais. A perspectiva mais tradicional, em que o pesquisador estuda muitos sujeitos para compreender a diversidade, e a outra, é a escolha de um sujeito que se configura em estudo de caso.

No nosso estudo, para compreender as representações sociais, trabalhamos com duas perspectivas: no primeiro capítulo, para compreender as representações sobre o passado, usamos basicamente as falas de três entrevistados; nos capítulos seguintes, as representações sobre as lutas pela terra e as noções elaboradas sobre os direitos, decorrentes dessas lutas, aparecem nas falas de vários entrevistados.

Através dessas falas, buscamos os significados que suas representações expressam. Esses significados vão

---

17 SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. IN op. cit. p. 117-145.

apontando as pistas para compreendermos a imagem que estes trabalhadores constroem de si. Para entendermos estas imagens usamos o conceito de identidade.

Segundo RUBENS<sup>18</sup>, o uso do conceito de identidade surge na Europa e nos EUA no final do século XVIII e início do século XIX, a partir da preocupação em fortalecer os Estados Nacionais. A idéia dos estudiosos era utilizar o conceito de identidade para construir uma imagem de nação homogênea e consolidada. A preocupação era construir a identidade da nação com objetivo de fortalecê-la, mesmo que essa força atropelasse as diferenças existentes na sociedade. Como afirma o autor já citado, "*...esta noção de identidade minimiza as diferenças e contribui com o projeto territorial da sociedade*" (p. 79). É, portanto, no contexto do surgimento do mundo moderno<sup>19</sup> que surgem conceitos e noções como as de raça, cultura, etnia e identidade.

Dentro dessas construções de nação, também foram elaboradas as identidades de nações diferentes. Para explicar o desenvolvimento econômico das diferentes nações, a literatura construiu a noção de nações desenvolvidas, subdesenvolvidas, ou em desenvolvimento<sup>20</sup>. A identidade de uma nação desenvolvida em linhas gerais significava o progresso, o desenvolvimento industrial, a modernização das

18 RUBENS, Guilherme Raul. Teoria da identidade. IN Anuário Antropológico - Tempo Brasileiro. Brasília - DF: Editora da UnB, 1986.

19 Sobre o conceito de moderno cf. Jacques Le Goff. História e memória. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1992, p. 167-199.

20 Cf. por ex: FURTADO, Celso. Economia latina-americana. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.

relações de trabalho. Ao contrário, as sociedades subdesenvolvidas ou em processo de desenvolvimento mantinham ainda relações sociais "arcaicas" e "tradicionais", e, desta perspectiva, o que permitia a construção de uma nação desenvolvida era o rompimento com estas relações. Neste sentido, várias imagens do trabalhador são construídas, no Brasil no final do século XIX e início do século XX, pela literatura.

Fazendo uma leitura das imagens do trabalhador brasileiro, construídas pela literatura neste período, NAXARA<sup>21</sup> chama a atenção para o fato de que o trabalhador era concebido como indolente, preguiçoso e não civilizado. O imaginário que se construiu sobre o brasileiro realçava *"...a sua desqualificação, e inicialmente esteve restrito à população nacional livre e pobre ...através do tempo, esse imaginário ganhou contornos de representação da nacionalidade como um todo, estendendo-se à própria concepção de brasilidade e passando a fazer parte da construção da identidade do brasileiro, como uma de suas características fundamentais"*. (p. 181)

Vejamos o que Naxara observou sobre a identidade do brasileiro quando fez a leitura de alguns estudiosos, como SILVIO ROMERO, ANDRÉ REBOUÇAS e LUIZ COUTY<sup>22</sup>:

21 NAXARA, Marcia R. C. A construção da identidade: um momento privilegiado. IN Revista Brasileira de História (Política e Cultura). São Paulo: ANPUH/Marco Zero. vol. 2. nº 23/24, setembro 91/agosto 92. p. 181-190.

22 Estes três autores escreveram sobre as leis que presidiam o progresso do Brasil no final do século XIX e XX.

"...pensaram a ausência mesmo de um povo brasileiro, no sentido da inexistência de um parcela da população que ocupasse o vazio entre as elites e a massa de escravos e agregados, estes eram vistos como pessoas que não preenchiam as condições para o exercício da cidadania e a formação da nação". (p. 182)

Além disso, o imigrante que, desde o século XIX, já havia sido incorporado como parte da mão-de-obra brasileira, era o exemplo, para a sociedade, do "trabalhador ideal". Conforme ainda NAXARA, havia *"De um lado a desqualificação do trabalhador nacional e de outro o elogio do imigrante, trabalhador ideal, portador da ética do trabalho, disciplinado. Imaginários ambíguos, que oscilaram permanentemente ao sabor das necessidades e das próprias contradições, à medida em que as expectativas que eram alimentadas fossem ou não satisfeitas"* (p. 184). Estudos recentes<sup>23</sup>, entretanto, têm desconstruído esta imagem do trabalhador imigrante como disciplinado.

Essa diferenciação, contudo, não ocorreu somente entre o trabalhador brasileiro e o imigrante, mas entre o mundo urbano e o mundo rural. O urbano era sinônimo de civilizado e o rural de arcaico. O primeiro, representando o futuro, e o segundo, o passado que estava prestes ao desaparecimento. Lembra NAXARA que "esta identificação levou

---

23 Cf. RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

*a uma leitura que realçou o atraso do homem rural brasileiro, identificando campo e atraso, em contraposição ao urbano e civilizado. Oposição que, transposta para um outro nível, diferenciava as elites brasileiras de seu povo, estando a elite identificada ao progresso e à civilização, e o povo, identificado ao atraso e à barbárie (não somente dois, mas diversos brasis)". (p. 185)*

A construção da identidade negativa do brasileiro vinha, como se pode ver, no sentido de denúncia ou de explicação da dificuldade de estabelecer o "progresso" na sociedade. A elaboração da identidade política dos trabalhadores do campo não esteve limitada aos estudiosos do século passado. Em outro contexto histórico e com outras perspectivas, a esquerda brasileira e os intelectuais que assumiam uma "identidade de esquerda" também compreendiam as relações de trabalho no campo como entrave ao desenvolvimento, à industrialização e, conseqüentemente, ao alcance do socialismo<sup>24</sup>.

Durante muito tempo o trabalhador do campo foi conhecido por termos como "caipira", "matuto", "caboclo", "lavrador" etc. Na interpretação de ROMANO<sup>25</sup> estas categorias "...apontavam o anonimato a nível nacional enquanto classe, dos camponeses brasileiros" (p. 200).

24 Cf. ZAIDAN FILHO, Michel. *Comunistas em céu aberto (1922-1930)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

25 ROMANO, Jorge J. *Identidade e política: representações e construção da identidade política do campesinato*. IN *Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências*. Mestrado em Sociologia - UFC - Fortaleza-CE: NEPS/ANPOCS, 1986, p. 194-203.

Durante os anos 50 e 60, com o propósito de fazer uma demarcação entre campos opostos, isto é, entre as classes, observamos como é interpretada a identidade de camponês para Moacir Palmeira, segundo ROMANO: *"É justamente esta categoria "camponês" - segundo Moacir Palmeira (1985), que o vocabulário político emprestou, no final dos anos 50 e 60, para designar a essa identidade nova que ia-se conformando no campo brasileiro através da ação de mediadores - como as Ligas Camponesas, o Partido Comunista, a Igreja e o incipiente Sindicalismo Rural..."* (p. 200).

Com a implantação do regime militar, ainda segundo Romano, não só as lutas dos trabalhadores do campo foram desmobilizadas, mas o próprio termo "camponês" foi censurado. Nos anos que se seguiram, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais - MSTR - elabora uma nova identidade para esses trabalhadores - a de trabalhadores rurais -, implementando a luta pela reforma agrária ou contra os efeitos de alguns projetos do Estado, como as *"...grandes barragens, o Proálcool, ou também dos Planos de Emergência contra a seca do Nordeste, a luta pela criação no Congresso Nacional de uma CPI para apurar as causas e consequências das enchentes do São Francisco... são exemplos diversos que apontariam para o caráter político da ação da representação sindical"* (p. 200). Concomitantemente, a Igreja Católica cria, em 1975, a CPT - Comissão Pastoral da Terra, que atribui aos trabalhadores do campo a identidade de "sem terra".

Do exposto até agora, pode-se depreender que as identidades, e, em especial, a do trabalhador do campo, nascem e morrem no discurso das elites, dos intelectuais e dos mediadores. Para estes últimos, as identidades são elaboradas para classificar os grupos na sociedade. Identidades como camponês, trabalhador rural, sem terra são atributos que tentam estabelecer a similitude entre os indivíduos, mais particularmente entre os trabalhadores do campo. São, portanto, os intelectuais, e, hoje, mais visivelmente, *os mediadores*, (CPT, MST) que, na ansiedade de levarem o trabalhador para o palco das lutas sociais, terminam por lhes atribuir várias identidades. Conforme afirma Menezes<sup>26</sup>, *"os mediadores, cada qual com seu interesse específico no ordenamento do mundo social, tentam impor àqueles que lhes delegam as representações de si esquemas próprios de organizar as classificações e as classes sociais"* (p. 254).

Neste sentido, intelectuais e mediadores, ao atribuírem as identidades aos trabalhadores, consideravam que estavam tirando-os do anonimato político. Segundo ROMANO (op. cit.), por exemplo: *"uma das exigências para que este processo se cumpra, para que a eficácia política se implemente é que os agentes assumam uma identidade política"* (p. 195).

---

26 MENEZES, Heloisa R. G. de. Reforma agrária e identidade social na Baixada Fluminense: uma nova correlação rural-urbana. Tese de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da UFRJ. Rio de Janeiro, 1991. (mimeo).

Passamos a apresentar a discussão sobre o conceito de identidade. Segundo ROMANO, *"A identidade enquanto categoria, é um produto social, construída na história coletiva do grupo, logo não é universal... é através de relações específicas que os grupos estabelecem em sua história que a identidade social se constitui como um "nós" em contraste com 'outros'"* (p. 195).

OLIVEIRA<sup>27</sup> (1976:5, 6, 11), discute a identidade étnica como forma particular da identidade social, através dos mecanismos de identificação, porque segundo o autor estes, *"...refletem a identidade em processo ... e nesta linha de raciocínio a identidade social surge como atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, particularmente de grupo social"*. Esse autor propõe o conceito de identidade contrastiva, a identidade que surge em oposição ao outro, e *"implica a afirmação do nós diante dos outros"*. Acrescenta que, no caso da identidade étnica, *"...ela se afirma "negando" a outra identidade, "etnocentricamente", por ela visualizada"*. Ele afirma ainda que, no jogo da construção da identidade étnica, existe um espaço para a manipulação da identidade. Esta ocorre *"...dependendo das circunstâncias e das pessoas com quem interage"*. Em outras palavras, dependendo da situação que está vivendo, o grupo renuncia à sua identidade, em favor de outra com possibilidades de ter

---

27 OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

ganhos, embora posteriormente a identidade anterior possa ser acionada.

MENEZES (1991) discute à luz de OLIVEIRA a identidade social, a partir da noção grupo e não de classe. A crítica da autora vai basicamente para os estudiosos dos movimentos sociais que tentam pautar suas análises basicamente no plano do enfrentamento, sem se preocupar com as inadequações do uso de conceitos *"...amplamente arraigados na tradição sociológica e embasados em suportes teórico-conceituais aprofundados e rigorosos, como o de operário ou camponês"*. (p. 228)

Nesse sentido, ela utiliza a noção de identidade social para compreender as várias formas de identificação durante o processo de luta social, pois *"...quando se investiga o processo que as produz é através delas que se chega a conhecer a emergência da identidade."* (p. 229)

Optamos, entretanto, por utilizar o conceito de identidade, conforme exposto por POLLAK<sup>28</sup>. Esse autor compreende a identidade na perspectiva de imagem para si, de si e para os outros: *"Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e na sua própria representação, mas também da maneira como quer ser percebida pelos outros"* (p. 204). Em seguida, o autor acrescenta que *"ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança,*

---

28 POLLAK, Michel. op. cit. p. 200-212.

*de negociação, de transformação, em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outros" (p. 204).*

Para nós, neste estudo a identidade é construída em torno das disputas e dos conflitos sociais. Estes conflitos não ocorrem somente no sentido de um grupo em contraposição a outros, em sentido do "nós" em contraste com "os outros", mas também no interior do próprio grupo. No nosso estudo compreendemos que o grupo não tem uma identidade homogênea. Foi possível compreender que durante suas experiências, ou diante de certos interlocutores, surgem diferenças. Compreender o grupo apenas a partir de características que o tornam homogêneo, é concebê-lo como estático, rígido, não sujeito a novas experiências. Nossa intenção não é apenas compreender a identidade a partir da unidade, mas buscar nesta suposta unidade, as diferentes imagens que elaboram de si.

Portanto, quando nos interessamos em estudar a(s) identidade(s) desses trabalhadores, foi na tentativa de compreender qual a imagem que eles constroem para enfrentar determinadas situações, como, por exemplo: serem percebidos na cidade diante de outros grupos sociais, diante da justiça, dos mediadores e até mesmo perceber qual a identidade por eles sonhada. Isso não quer dizer, entretanto, que não buscamos também olhar como eles são

percebidos pelos outros, e como em algumas ocasiões a imagem criada por outros é aceita, negociada ou silenciada.

Postos os conceitos que, de certa forma, constroem o enredo do nosso texto, embora outros conceitos sejam utilizados para dar conta de alguns temas que apareceram nas entrevistas, apresentamos um pouco do que foi a pesquisa e a forma como está estruturado este texto.

A área escolhida para pesquisa foi o Condomínio Rural Alto Serrotão, situado no bairro Serrotão na zona oeste da cidade de Campina Grande. A denominação de Condomínio Rural Alto Serrotão foi dada pelos trabalhadores que ocuparam a área em 1986. No Condomínio, há trinta e nove famílias assentadas. Um ano após a ocupação, a área passou a ser considerada bairro, através de um projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal de Campina Grande<sup>29</sup>.

Alguns dos nossos entrevistados participaram da luta pela terra na Fazenda Ramada, situada no bairro de Bodocongó<sup>30</sup>, área vizinha ao bairro do Serrotão.

A nossa militância política, no bairro de Bodocongó, no início dos anos 80, permitiu conhecer alguns agricultores da área, facilitando os contatos com as demais pessoas do Condomínio, e, mais tarde, com outras pessoas que, embora não residam no Condomínio, deram uma grande

29 Cf. Projeto de Lei nº 1542/87, da Câmara Municipal de Campina Grande.

30 O bairro do Bodocongó localiza-se na zona oeste de Campina Grande, a aproximadamente 5km do seu centro; tem uma população de cerca de 43.077 habitantes, compreendendo os conjuntos populares Malvinas e Bodocongó I e II, e as áreas da Ramadinha I e II, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Planejamento do Município de Campina Grande (SEPLAN), 1994.

contribuição, na fase de coleta de dados. A pesquisa teve início em 1992, tendo sofrido algumas interrupções, em decorrência de nossas atividades acadêmicas, razão pela qual só a concluimos em 1993.

Estabelecemos o primeiro contato em maio de 1992, com D. Lourdes, moradora do Condomínio. Fizemos uma exposição do nosso projeto e lhe sugerimos ser nossa intermediária. Marcamos o dia da exposição do nosso projeto para o grupo. Compareceram quinze pessoas, treze agricultores e dois representantes da Comissão Pastoral da Terra, grupo mediador daqueles trabalhadores. Depois da exposição, alguns presentes fizeram perguntas de esclarecimento e se dispuseram a contribuir no que fosse possível para a coleta dos dados. A cada família, foi aplicado um questionário, normalmente ao "dono" ou "dona" da casa.

Os questionários aplicados com as trinta e nove famílias tiveram o objetivo de conhecer o número de pessoas beneficiadas com a terra, quantos moravam na área, as atividades que desenvolviam dentro e fora do Condomínio, número de filhos e o que faziam, e por último, por que tinham ocupado a terra. Esta última pergunta, do tipo semi-aberta, foi para identificar, entre as pessoas que responderam o questionário, aquelas que se mostravam mais dispostas a falar sobre a área. Além disso, procurávamos,

formulando-a, colher pistas para que, aos poucos, organizássemos o restante da pesquisa<sup>31</sup>.

Iniciamos o trabalho de pesquisa fazendo entrevistas semi-abertas. Assim, quando o entrevistado enfatizava um aspecto que nos interessava, fazíamos algumas perguntas com um roteiro pré-estabelecido, objetivando que o entrevistado pudesse aprofundar o tema no qual havia feito referência e sobre o qual desejávamos ter mais conhecimento. Com os trabalhadores assentados no Condomínio fizemos nove entrevistas. Tivemos contato também com pessoas que, embora não pertencessem ao grupo, conheciam as "primeiras histórias da área". Essas pessoas haviam trabalhado no Serrotão dos anos 40 a meados dos anos 70.

Depois de analisar algumas entrevistas, uma vez que elas se mostraram insuficientes achamos mais interessante trabalhar com história de vida. Essa opção permitiu que várias lembranças do passado fossem evocadas. Pudemos, então, observar as trajetórias de vida, conhecer algumas biografias e tentar descobrir mesmo o que "não foi dito". Neste sentido, resgatamos as histórias de vida do Sr. Paizinho, agricultor e ex-membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais nos anos 60, período em que acompanhou algumas experiências no Serrotão; do Sr. Benedito, agricultor e ainda hoje "morador" dos herdeiros do falecido

---

31 Durante a realização da pesquisa, contamos com a participação de Orione Dantas, aluno do Curso de História, da Universidade Estadual da Paraíba, e bolsista de Iniciação Científica, vinculado ao PIBIC. Na época (1993), eu pertencia ao quadro de docentes dessa universidade.

Major Juvino do Ô (proprietário das terras do Serrotão até os anos 60); e do Sr. Zé Rita, agricultor e também ex-morador do Major, mas, hoje, proprietário de um pequeno lote de terra próximo ao Condomínio. Além dessas pessoas, entrevistamos membros da Comissão Pastoral da Terra - CPT e tentamos várias vezes entrevistar um dos filhos do Major. Em várias ocasiões ele se comprometeu em dar entrevista, mas, como havia sempre dificuldades, desistimos.

Observamos e participamos também de várias atividades dos trabalhadores do Condomínio Rural Serrotão, como reuniões, atividades religiosas, as comemorações que o grupo realiza, e o trabalho no roçado. Além disso, fizemos algumas visitas aos assentados que, naquele momento, ainda não moravam no Condomínio, mas têm suas moradas em bairros próximos. Estes passam o dia no Condomínio e, no final da tarde, retornam às suas casas.

Em seguida, fizemos um levantamento sobre as fontes escritas. Estudamos um Processo Judicial que envolveu boa parte desses trabalhadores em enfrentamento com os proprietários na fazenda Ramada, nos anos 80. Fizemos uma pesquisa em dois jornais da cidade (Diário da Borborema e Jornal da Paraíba), procurando descobrir se havia alguma matéria ou artigo sobre os anos de lutas que foram destacados pelas entrevistas e histórias de vida dos assentados. Também fizemos a leitura dos Cadernos de Educação Popular, que tratam das lutas desses trabalhadores

nos anos 80. Estes cadernos foram produzidos pelo Centro de Ação Cultural - CENTRAC<sup>32</sup>

Duas questões importantes apareceram com o uso das fontes orais e achamos interessante registrá-las: primeiro, a construção de quatro marcos que aparecem nas falas dos entrevistados - os anos de 1960, 1980, 1984 e 1986; segundo, trata-se do recorte que é dado nestas construções, a luta política, e como pano de fundo a conquista da terra. Foi a partir das lembranças que os entrevistados têm desses anos que construímos nosso trabalho.

Uma primeira questão que colocamos diz respeito a como são construídos os marcos pela "memória histórica", e nesse sentido compreender porque tivemos como referência no nosso texto os marcos que foram eleitos pelos entrevistados.

Os "fatos" sociais acontecem todos os dias, mas nem todos entram para a "memória histórica". A "memória histórica", segundo ALBUQUERQUE JR (1994:47), "*...é para nós composta de fatos convencionados como históricos que têm repercussões nas memórias pessoais e de grupos porque têm significado para eles, são aqueles fragmentos de história que são incorporados às memórias coletivas e individuais, servindo como marcos temporais*". Como exemplo, citamos o de 1822, como o ano da Independência do Brasil; 1889 como o ano da Proclamação da República brasileira; 1930 e 1964 como anos de Revolução e muitos outros. Achamos importante chamar

---

32 O Centro de Ação Cultural (CENTRAC) é uma organização não governamental que presta assessoria ao movimento popular e sindical de Campina Grande, desde a década de 1980.

a atenção de que esses eventos construídos pela "memória histórica" silenciam sobre certos fatos para privilegiar aqueles que interessam a determinados grupos da sociedade. Os marcos construídos pela "memória histórica" são acontecimentos considerados como "importantes" de serem registrados na memória individual ou coletiva, em detrimento de outros fatos, considerados por aqueles que produzem a memória histórica como sem relevância para a sociedade.

DE DECCA<sup>33</sup>, exemplificando com o marco de 1930, faz uma discussão sobre como a historiografia brasileira tem legitimado a "memória histórica". Para compreender esse processo de legitimidade, o autor chama a atenção sobre as discussões de ALTHUSSER e MARILENA CHAUI a respeito da função da ciência nesse processo.

Para ALTHUSSER, segundo DE DECCA, a ciência tem a função de preencher os espaços vazios deixados por esta "memória histórica". Em outras palavras, para ALTHUSSER, a ciência produz o discurso pleno, verdadeiro, em contraposição ao discurso ideológico. Para exemplificar esse entendimento sobre a função da Ciência, DE DECCA cita o exemplo de como foi construído o marco da "Revolução de 30: *"Tomada como 'fato' que divide cronologicamente a história da República, trinta aparece nas análises como um corpo de representação pontilhado de espaços em branco, lacunas que o discurso acadêmico deve preencher para alcançar a verdade*

---

33 DE DECCA, Edgar. O silêncio dos vencidos. 4ª ed. São Paulo: Brasilienses, 1988.

*oculta desse acontecimento"* (p. 48). Estes espaços foram, por exemplo, no caso de 1930, preenchidos pelo discurso acadêmico com temas como o tenentismo, a industrialização etc, que legitimam 30 como marco histórico. A "verdade" ou não do acontecimento (nesse caso, à Revolução de 30) estaria na interpretação que a ciência devia dar ao preencher os espaços em branco, fazendo assim uma separação entre ciência e ideologia.

DE DECCA reproduz um trecho da crítica de MARILENA CHAUI, sobre a proposição de ALTHUSSER: *"O discurso ideológico se sustenta, justamente, porque ele não pode dizer até o fim aquilo que pretende dizer. Se ele disser até o fim, se ele preencher todas as suas lacunas ele se auto destrói como ideologia"* (Apud, De Decca, p. 47)

Sintetizando, MARILENA CHAUI propõe que o papel da ciência é propiciar a auto-destruição do discurso ideológico pelas suas contradições: *"O que eu estou procurando dizer é que se trata de encontrar uma via pela qual a contradição ideológica entre em movimento e destrua a construção imaginária"* (Apud, De Decca, p. 48)

É exatamente a sugestão de CHAUI que DE DECCA trabalha em sua obra. Questiona o discurso ideológico sobre o marco de 1930, construído pela "memória histórica" e os acontecimentos produzidos pelo discurso acadêmico para legitimar trinta. Nas palavras de DE DECCA, *"Fazer, portanto, com que o discurso sobre a revolução de trinta se auto-destrua não apenas como momento de exercício e prática*

*do poder, mas também como discurso da historiografia, exige fundamentalmente um contra-discurso que assuma a ótica e a dimensão simbólica de uma outra classe social, excluída da memória histórica produzida pelo exercício de dominação nos anos trinta" (p. 72).*

Portanto, DE DECCA ao estudar Trinta utiliza-se de pressupostos teóricos metodológicos que permitiram a destruição do discurso existente sobre trinta, percebendo os vários lugares onde a história havia sido produzida mas que foram silenciados pela "memória histórica"<sup>34</sup>.

Depois dessa breve discussão sobre a construção dos marcos históricos e sociais, chamamos a atenção para o fato de que os marcos lembrados pelos nossos entrevistados, são marcos marginais que entram pelas frestas da porta da "memória histórica", por isso interessa-nos registrá-los.

A segunda questão extraída por nós das fontes orais é a ênfase dada pelos entrevistados (com certeza também por nós) à sua luta pela terra. Para os entrevistados, a nossa presença é um momento de atualização de seus interesses e vontades. O nosso interesse em resgatar a luta do grupo em torno da terra está em compreender o "fazer-se" desta luta, o que não significa que reproduzamos, em nossa análise, esses interesses e vontades, já que, além

---

34 DE DECCA na obra "O Silêncio dos Vencidos", investiga os acontecimentos que o discurso acadêmico elegeu para historiografia e descobriu aqueles que foram silenciados pela memória histórica. Trata-se do projeto e das ações do Eloco Operário e Camponês entre 1926 e 1929.

deles, tivemos o cuidado de explicitar as contradições e conflitos presentes nessas falas.

Discutidos os conceitos básicos que norteiam este trabalho e o percurso da pesquisa, apresentamos em seguida a forma como está estruturado.

No primeiro capítulo, intitulado "O SERROTÃO É UMA HISTÓRIA: IMAGENS DO PASSADO", utilizamos as lembranças que alguns entrevistados invocaram sobre as relações de trabalho no Serrotão nos anos 60 e 70. São personagens principais dessa parte, o Sr. Benedito, o Sr. Zé Rita e o Sr. Paizinho. Os primeiros foram moradores-foreiros do Major Juvino do ó e em seguida de seus herdeiros; o segundo, foi um dos diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande nos anos 60 e acompanhou os conflitos entre os trabalhadores e os herdeiros do Major no Serrotão quando da partilha da terra.

Das falas dos entrevistados que hoje estão assentados no Condomínio Rural Alto Serrotão, foi possível observar que as lembranças evocadas do passado tratam também dos conflitos com os proprietários para permanecer cultivando a terra. Essas lembranças tratam dos anos 80 na fazenda Ramada localizada no bairro de Bodocongó. Para enriquecer as informações sobre este último conflito, utilizamo-nos de fontes escritas, como um Processo Judicial e as notícias que a imprensa divulgou na época.

No segundo capítulo, "A BUSCA DA TERRA NÃO PROMETIDA", trabalhamos com as entrevistas e as histórias de

vida dos assentados para reconstruir o percurso que eles fizeram do campo até a cidade e, na cidade, as estratégias que usaram para lutar pela terra. Buscamos também, analisar as representações que foram construídas sobre os espaços que ocuparam. É na cidade que a luta pela terra toma a forma de luta em grupo. Esta experiência, embora tenha lhes proporcionado o assentamento, também trouxe preocupações com relação ao futuro daquela comunidade como "proprietários" da terra.

No terceiro e último capítulo, "DA DÁDIVA DE DEUS AOS PRESENTES DOS HOMENS", trabalhamos as noções de direitos que são construídas durante a luta política desses trabalhadores, a partir de 1960. Nossa intenção é compreender como esses trabalhadores elaboraram noções de direitos e de que forma fazem uso delas.

No decorrer dos três capítulos, vamos pontuando as identidades que são elaboradas, reelaboradas, negadas e silenciadas, na tentativa de descobrir como e em que circunstâncias elas aparecem.

**CAPITULO PRIMEIRO**

**"O SERROTÃO É UMA HISTÓRIA":  
IMAGENS DO PASSADO**

## "O SERROTÃO É UMA HISTÓRIA: IMAGENS DO PASSADO..."

Esperar que o presente se torne passado, para poder torná-lo inteligível. Este tem sido um dos ofícios dos cientistas sociais. Na busca desse passado, a memória entra em disputa com uma infinidade de fontes. Ao buscar o passado desses trabalhadores, a memória foi privilegiada nesse jogo fascinante da descoberta, mas não foi a única. As fontes escritas, como os jornais e o processo-judicial, deram suas contribuições para que a pesquisadora reiventasse o passado ou "um" passado. Um passado selecionado pela memória, aquele que trata das disputas, de conflitos, mais ainda, um passado que apresenta a disputa pela terra.

Mas o passado não se encontra sozinho no "passado". Ele tem como parceiro, o presente. Reconstituir a memória é muitas vezes compreender a força do presente dando significados ao passado. O presente interfere na reinvenção do passado. Segundo POLLAK<sup>35</sup>, (1989) "...há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido". (cf. p.9) E, nós acrescentamos, há também uma permanente interação entre o que é escutado e o que é vivido

---

35 POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2. Nº 3, 1989.

por aqueles que reinventam o que é transmitido. Este tem sido o papel dos cientistas sociais de uma forma geral.

As idéias que se seguem são, portanto, construções de quem transmite e de quem escuta. Construções que vão sendo elaboradas durante um percurso de interpretação da realidade, recebendo influências de outras várias construções. Elas provêm de contatos com outros grupos, indivíduos, instituições e com um leque de espaços construídos socialmente. É nessa perspectiva que compreendemos a interpretação do "fato social". Neste sentido, o passado desses trabalhadores está permeado de construções, elaborações e representações do presente.

De que forma as fontes, em especial a memória, contribuíram para interpretarmos o passado destes trabalhadores? Para nós foi a luta política produzida pela força da religiosidade, onde o trabalho, ou a ausência dele é a grande preocupação. Nessa luta para ter a terra como espaço do trabalho, apresentamos para o leitor, neste capítulo, as representações que estes trabalhadores têm do início dessa luta na periferia da cidade de Campina Grande, particularmente onde estão constituídos os bairros do Serrotão e Bodocongó. Neste passado, descobrimos que a luta pela terra vem embebida de interpretações religiosas, míticas, mas descobrimos também que existem medos e silêncios. Medo de lembrar para proteger ou para não reviver...

No interior dessas representações tivemos a intenção de fazer uma outra descoberta: como é elaborada a identidade desses trabalhadores? A identidade para nós é elaborada como afirma POLLAK (1992), a partir de conflitos sociais e intergrupais (cf. p. 204). Estes conflitos estão em todas as instâncias da sociedade. Na família, na escola, nos grupos e no interior do próprio homem. Por isso, ela é negociada, disputada e reelaborada. Nos conflitos, os homens constroem uma imagem de si, para si e para os outros. Imagens que são elaboradas e reelaboradas continuamente.

Assim, descobrir as imagens que esses trabalhadores tiveram de si, no passado, pode apontar pistas sobre como devemos reconhecê-los no presente. Neste capítulo, nosso objetivo é compreender as representações que estes trabalhadores têm de um fragmento do seu passado e como são construídas as suas imagens no interior dessas representações.

## 1. Imagens da Bíblia, Imagens da Vida

Decidimos iniciar esta primeira parte da dissertação com uma conversa ocorrida no meio de uma entrevista, concedida a nós por trabalhadores que residem e cultivam a terra no Serrotão. Esse diálogo, ocorrido entre dois entrevistados, marcou profundamente a entrevista por

várias razões. Primeiro, porque nos deu pista para a concepção que eles têm da vida, ou de suas experiências de vida. Essa concepção tem um referencial - a Bíblia. É através do "conhecimento" que eles adquiriram nesse livro, que achamos importante interpretar algumas de suas representações. Pode ser que a leitura popular da Bíblia não atenda às exigências do conhecimento científico, acadêmico, mas, como chama a atenção AUGÉ<sup>36</sup> (1974), tem o poder de permitir àqueles que o detêm, a reflexão acerca de sua própria cultura.

Segundo, é a partir deste referencial, associado a outros mais ou menos importantes, que esses entrevistados constroem alguns valores políticos e sociais. É esse "conhecimento" que lhes permite refletir sua prática social e, possivelmente, o acesso a esse tipo de conhecimento permite a construção de valores, tradições, preconceitos e comportamentos. Estes valores cristãos são milenares e têm resistido a outros valores e comportamentos considerados modernos e que, por isso também, têm sua razão de continuar sendo referenciais de vida para algumas (ou muitas) pessoas.

Diante da familiaridade com esses valores, com o "conhecimento bíblico" e por conhecer as histórias de outras pessoas, o Sr. Zé Rita e o Sr. Benedito, tornaram-se referenciais para outros entrevistados. Ambos são conhecidos

---

36 AUGÉ, Marc. A construção do mundo. Religião, Representações, Ideologia. Lisboa, Edições 70. 1974.

popularmente como pessoas que conhecem a história do Serrotão.

Segundo WALTER BENJAMIM<sup>37</sup> (1974) o narrador *"...pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe ouvir dizer)"* (cf. p. 221). Isto foi verificado em outras entrevistas que fizemos a alguns trabalhadores que se encontram hoje assentados em uma parte da terra na área. O Sr. Zé Rita e o Sr. Benedito são considerados por eles como bons contadores de histórias sobre o Serrotão. Eles tiveram e ainda têm uma longa experiência naquela área<sup>38</sup>. As lembranças de parte desse tempo foram preservadas pela memória dos dois. Eles fazem parte das primeiras gerações de trabalhadores que foram cultivar a terra no Serrotão, nas décadas de 40 e 50, e ainda continuam residindo neste local. O primeiro conseguiu comprar um pedaço de terra, construir sua casa e continuar plantando. O segundo, ainda é um dos poucos que trabalha na condição de morador no Serrotão, para os herdeiros do falecido Major Juvino do Ó<sup>39</sup>.

37 BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura. Obras escolhidas.* 7ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

38 Esses dois entrevistados tem uma experiência de vida, cuja referência é a luta pela terra. O Sr. Benedito foi membro da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande, quando da sua formação, no início da década de 60. O Sr. Zé Rita participa das atividades realizadas pela Igreja em defesa da terra para o agricultor, há muito tempo. Atualmente, estas atividades são orientadas pela CPT - Comissão Pastoral da Terra.

39 O Major Juvino do Ó foi proprietário de mais de 1000 hectares de terra no Serrotão, além de outras propriedades em Campina Grande. Foi também um dos grandes comerciantes nesta cidade. Era

Nós vamos também utilizar seus relatos para reconstruirmos parte do seu passado no Serrotão. São "eventos" ou momentos da vida de muitas famílias que estavam "silenciados" e achamos interessante registrar. Para isso coletamos informações dispersas e montamos parte de sua história, como quem monta um quebra cabeça, até achar uma das pontas do fio que teceu o passado naquela área. Uma dessas pontas, ou parte de sua história, foi justamente a experiência de centenas de famílias que eram moradores do principal proprietário de terras da zona oeste, o falecido Major Juvino do O. E são justamente os senhores Zé Rita e Benedito que contribuem com seus relatos para resgatar essa história.

Tanto o Sr. Zé Rita, como o Sr. Benedito, são remanescentes de um grupo de mais de 600 famílias que trabalhavam no Serrotão, nas terras do falecido Juvino do O desde a década de quarenta. São os agricultores mais antigos da área e ainda moram lá.

Estes dois senhores são os atores principais desse primeiro capítulo. Foram eles que contribuíram de forma significativa para que fosse possível a "narrativa" do acesso à terra nesta parte da periferia da cidade por muitas famílias que neste texto ficaram no anonimato.

---

proprietário da Casa Vesúvio na antiga rua do Seridó, hoje Maciel Pinheiro. Foi membro-presidente do Conselho-Municipal entre 1923-1928 e um dos fundadores da Maçonaria Campinense. Faleceu aos 90 anos de idade. Mesmo antes do seu falecimento a propriedade passou a ser administrada por um dos seus filhos. cf. Memorial Urbano de Campina Grande, Dez 1994, p. 60.

Na visão de mundo de alguns trabalhadores entrevistados no Serrotão, o tema terra tem um significado particular. É comum os entrevistados traduzirem o seu entendimento da realidade, tendo como referência as idéias religiosas. No trecho abaixo, podemos observar estes significados:

*Sr. Zé Rita: oh! Seu Benedito, e quando Moisés andava no mundo com o pessoal, naquele tempo de Jesus, já tinha sido retaiada a terra ... o poderoso já tinha aquela terra, não tinha?*

*Sr. Benedito: O poderoso? Ah! Não!*

*Sr. Zé Rita: Tinha!*

*Sr. Benedito: Tinha a posse.*

*Sr. Zé Rita: Apóis pronto! Então já era poderoso, porque... eu me lembro muito bem quando nós fazia aquela reunião com (?) ... e eles falavam que Moisés saía com aquele povo, no deserto, atrás de terra prá se localizar, ali dentro. Então eu fico pensando assim ... desde do tempo de Jesus que já tem ... <poderoso><sup>40</sup>*

As lembranças acima são evocadas através do diálogo. O Sr. Zé Rita solicita ajuda ao Sr. Benedito na evocação das lembranças. Estas passam pelo processo de reflexão. BOSI<sup>41</sup> (1987), discutindo a função social da memória, afirma: para que possa ocorrer a lembrança é preciso existir a reflexão, a localização e o sentimento.

---

40 Trechos da entrevista de Sr. Zé Rita e Sr. Benedito concedida em 20/03/93.

41 BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos. São Paulo. Edusp. T.A. Queiroz, Editor, 1987.

Nesse sentido, o presente tem um papel importante na memorização. *"Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição."* (cf. p. 39) Quando o Sr. Zé Rita e o Sr. Benedito, num esforço conjunto buscam as lembranças, há um momento de reflexão e localização do tema "terra". As lembranças sobre a terra têm uma localização: as "leituras" sobre a Bíblia. Ajudando-se mutuamente, os dois constroem a interpretação. É portanto, no interior dessas lembranças que passamos a compreender as suas representações.

Neste primeiro trecho da entrevista, podemos observar que o diálogo é iniciado para refletir duas questões básicas que fazem parte de suas experiências: a formação da propriedade privada<sup>42</sup> e a existência do "povo" sem terra. A terra teria sido "retaiada" no tempo que Moisés andava no mundo. Esse tempo era o "tempo de Jesus". O tempo para esses trabalhadores, e para os estudiosos da Bíblia, não possui uma cronologia. Para os últimos, entretanto, o tempo de Moisés não é o tempo de Jesus.

Segundo SCHURÉ<sup>43</sup>, *Moisés "viveu no décimo terceiro - embora pode ter sido décimo quarto - século antes de*

---

42 Sobre o conceito de propriedade privada cf. Friedrich Engels. A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado. 9ª ed. tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1984.

43 SCHURÉ, Edouard. Os grandes Iniciados. História Oculta das Religiões. Editora TecnoPrint. S.A. 1987.

*Cristo. Não possuímos informações sobre ele, exceto oriundas dos livros sagrados dos judeus e de suas tradições, tais como registradas por escrito" (cf. p. 115).*

Mas o que parece ser importante para esses trabalhadores é que a história daqueles que estão despossuídos de terra e vivem lutando por ela têm sua origem na "história" bíblica. Esta visão bíblica da história dos judeus despossuídos de terra se assemelha, conforme seu ponto de vista, com a sua história.

É uma visão mística do mundo que contribui para revelar sua experiência de luta pela terra diante daqueles que são concebidos como "poderosos". A imagem que eles têm de si, à semelhança do "povo judeu", é de um povo à procura de terra para se "localizar". Essa "procura" permeada por conflitos, também lhes permite ver sua imagem à imagem do outro - o judeu. Continuando a leitura do diálogo daqueles dois trabalhadores, podemos observar a representação que eles têm do papel do líder e da formação da propriedade da terra.

*Sr. Benedito: "Não. Moisés foi tirado do Egito, da terra prometida, porque esse povo tinha sido escravizado pela Babilônia... tomou conta, e eles ficaram lá, escravizados, que quando Deus tirou eles foi propriamente para esse terreno, terra de Jericó". 44*

---

44 Trechos da entrevista de Sr. Rita e Sr. Benedito concedida em 20/03/93.

Os problemas sociais (a escravidão) vividos pelos personagens bíblicos teriam sido percebidos e "solucionados" pela figura de um líder - Deus -; Deus e Jesus simbolizam para esses entrevistados a mesma "pessoa" ou mesma divindade. Aqui Deus é concebido no aspecto antropomórfico, como homem que se envolve com situações sociais. "Jesus ou Deus" para salvar o seu povo da escravidão do povo egípcio manda um enviado - Moisés - para levá-lo à terra prometida.

*"Agora, por causa aí de uma desconfiança, que ele saiu prá terra de Jericó em 40 dias, passou 40 anos. E ele mesmo não entrou. E esse povo foi se apossando, ficava uma parte num lugar, outra parte em outro, mas apossada e não comprada. E foi até chegar em Jericó, porque quem já entrou... por causa de uma desconfiança entre Moisés e Abraão... 40 dias ele não entrou, quem entrou foi Josué. Esse entrou e retomou, mas a posse Deus tinha dado a Abraão, a terra de Jericó..."<sup>45</sup>*

A possível "desconfiança" que aparece na fala de Seu Benedito podemos interpretar da seguinte forma: primeiro, estamos vivendo um "tempo" catastrófico proveniente da desobediência ao senhor, desobediência causada pelo "pecado"; e, segundo, a própria desobediência teria levado o homem a possuir a posse da terra e não o

---

45 Trecho da entrevista de Sr. Rita e Sr. Benedito concedida em 20/03/1993.

paraíso, a felicidade, a terra prometida, a idade do ouro prometida por Deus. A posse nesta leitura seria os indícios da formação da propriedade privada. A razão de Moisés não entrar na terra prometida, trata-se segundo SCHURÉ, quando faz a leitura da Bíblia, de uma forma de "julgamento" do líder Moisés por Deus:

*"Se não posso entrar em Canaã como chefe, então deixa-me entrar como o mais ínfimo dos comandados" E novamente o eterno respondeu: "Não". "Se não posso entrar vivo, deixa-me entrar morto. Que meus restos descansem na terra prometida". Mais uma vez o eterno sacudiu a cabeça. "Não podes entrar, por causa de teus pecados" ... O homem é covarde, bestial, invejoso, lascivo, mentiroso e perverso. Entretanto, quem é tu mesmo, senão um homem? "Quando Moisés ouviu estas palavras ... resignou-se a morrer, pois conheceu então que a terra prometida não é Canaã, mas o mundo inteiro a perpétua escola de justiça, clemência e amor." (cf. p. 70)*

Essa idéia de que a terra prometida é o mundo inteiro também aparece na fala de seu Benedito e ajuda na elaboração da visão que ele tem do mundo e na construção do "futuro". A terra prometida pode ser a sua utopia, o sonho do paraíso, a idade do ouro. Portanto, essa interpretação da terra prometida como sendo o mundo inteiro, diferencia-se daquela promessa feita por Jesus. Hoje, seriam os homens que teriam que lutar para conseguir a terra prometida. Por isso, eles constroem noções de direitos, para mediar os interesses contraditórios. Esta noção aparece implicitamente na fala seguinte do entrevistado:

57

"Quer dizer que nós não podemos entrar nos direitos da posse do outro. O morador na vez que passou 10 anos, 15, 20... ele é posseiro, já tem direito ... pois bem, como eu ia dizendo, Deus entregou a terra ao homem, não a um só, entregou a todos. Deixou a terra para o homem. Agora o povo por sabedoria, ganância, foi se apossando. Se apossando, tomando conta também, aí foi se apossando, se apossando tomando dos mais fracos e foram se apossando, se apossando, porque olhe, a terra prometida é todas as terra do mundo, porque Deus deu as terras ao homem prá trabalhar: quer dizer que a igreja tá fazendo ver. Quer dizer que a terra prometida não foi só aquela. É todas. Até naquele tempo. Não tinha gente em outros lugares, aí foi para lá."<sup>46</sup>

Na fala do Sr. Benedito a posse aparece como fruto da desobediência ao senhor, e neste sentido, os homens começam a elaborar os "direitos" para resolver este conflito, já que foi a desobediência que provocou a fúria do senhor. Seu Benedito ao usar o pronome "nós" para afirmar que "não podemos entrar nos direitos da posse do outro", aponta pistas para várias interpretações. A primeira é a concepção que ele tem de acesso à terra. Se Deus entregou a terra ao homem (não a um só, como afirma ele), a terra não tem proprietários, mas sim posseiros.

A outra pista diz respeito à sua identidade. Aqui, a categoria "posseiros" é transferida do presente para entender o passado e para lhe conferir uma face de sua identidade. Essa imagem de si, como posseiro, foi adquirida na luta pela terra e está presente não só na fala de seu

Benedito, mas de vários assentados, como veremos mais adiante, nos capítulos seguintes. Por enquanto, discutimos essa identidade na fase do acesso à terra. Construir a imagem de posseiro é construir no imaginário do "outro" a legitimação do direito à terra. É uma tentativa de retorno ao "tempo" em que ainda não estava formada a propriedade privada, isto é, a condição de posseiro, mesmo sendo uma categoria elaborada socialmente no presente é concebida por eles como "dada" por Deus.

Não temos formação especial para discutir a conceituação jurídica da posse, mas utilizamos a citação seguinte de um estudioso em "Direito das Coisas", para compreender que a posse, à qual o Sr. Benedito refere-se, fundamenta-se num direito adquirido. Segundo LEVENHAGEM:<sup>47</sup> (1989)

*"...a posse uma vez firmada, faz com que a situação por ela estabelecida venha a merecer da ordem jurídica respeito e defesa, em atenção à paz social e à categoria de direito, assume, entretanto, uma posição de direito, de um direito sui generis, especial e, que, como todo direito, tem a resguardá-la ações específicas, que são previstas no Código de Processo Civil, nos artigos 523 e 920 seguintes." (cf. p. 23)*

Portanto, essa condição de posseiro desejada pelo Sr. Benedito para aqueles trabalhadores que cultivam uma determinada terra, expressa a intenção de que eles sejam legitimados, no imaginário social e diante das instituições

---

47 LEVENHAGEM, Antonio José de Sousa. Código Civil-Comentários Didáticos (Direitos das coisas) São Paulo, Editora Ática. S.A. 1989.

sociais, como indivíduos que têm direito sagrado e institucional à terra. Dessa forma, na medida em que se reconhecem e se fazem reconhecer como posseiros estão garantindo "aliados" na luta pelo acesso à terra.

Vejamos um outro exemplo de posse, na leitura que o entrevistado faz da luta histórica pela terra no Brasil:

*"Como se diz aqui: quando o Brasil foi descoberto, o Brasil tinha dono. Eram os indígenas. Como foi que eles (os proprietários) foram fazendo? matando, expulsando e tomando conta... foi assim que eles fizeram. E como é que agora, prá o cara possuir um remendo de terra precisa comprar? Quem começou a vender foi o governo. Sabedoria do governo, vendia por data. Um camarada comprava uma data, cercava duas, três, como esse terreno aí do finado Tôta, quando procuraram as escrituras, cadê? Tinha a escritura de um remendo. Ele cercou o mundo todo. Esse terreno aí ... (apontando para uma terra próxima...) 48*

Na memória desses entrevistados, idéia de acesso à terra foi construída tendo como fundamento os ensinamentos cristãos, e as leituras de referência são do velho testamento, no segundo livro de Moisés chamado "Exodo", possivelmente leituras orientadas por membros da Igreja Católica que são seus mediadores desde o princípio da década de 60. Dois aspectos são fundamentais nessa interpretação, e têm muita relação com a luta deles para ter o acesso à terra nessa área da cidade.

---

48 Trecho da entrevista de vida de Sr. Benedito, concedida em 20/03/1993.

Primeiro, diz respeito à compreensão da formação da propriedade privada. A terra foi concedida aos homens por Deus, na condição de legítimo e universal proprietário. Os homens desobedeceram às regras e normas estabelecidas por Ele, e, como "castigo", tiveram apenas a posse. Alguns homens por "sabedoria" e "ganância" foram cercando as terras e tornando-se "poderosos".

Portanto, para esses trabalhadores a terra não nasceu sob a forma de propriedade privada. Deus não distribuiu individualmente a terra: a posse foi a alternativa encontrada pelo homem para usufruto da terra prometida por Deus. Do ponto de vista desses trabalhadores, quando a terra é "retaiada" ela passa de um bem coletivo para um bem privado, em outras palavras, quando os "gananciosos" tomam conta da terra, ela passa a sofrer uma transformação. Ela deixa de dar frutos, de alimentar muitas famílias para ser cercada para criar gado, ou usada por exemplo, para especulação imobiliária.

Para esses trabalhadores, existem vários responsáveis pela formação da propriedade privada. Inicialmente essa responsabilidade é conferida ao governo, pois teria sido ele quem começou a vender. Vendia por data<sup>49</sup>, permitindo que os "gananciosos" cercassem aquelas que compravam, usurpando outras e "cercando o mundo todo". A

---

49 Termo utilizado no Brasil Colônia, que tinha o significado de grande porção ou faixa de terra.

usurpação de terras é claramente percebida por um dos trabalhadores entrevistados, quando, olhando da janela de sua casa, apontava as terras de alguns proprietários vizinhos, bem ao alcance de nossos olhos, nas quais não era perceptível nenhuma cultura plantada. Ao contrário, foi possível observar que apenas algumas cabeças de gado ocupavam a terra. Quando, entretanto, um trabalhador solicita um emprego, afirma o entrevistado, eles ainda querem o foro e o pasto, e muitos proprietários "nem assim querem dar". Do ponto de vista desse entrevistado, na área, não é difícil encontrar proprietários que só tinham "a escritura de um remendo" e terminaram "cercando o mundo todo".

A terra é por eles concebida como algo sagrado e dado por Deus para todos, e que o homem, possuído por sentimentos pecaminosos e por "sabedoria", foi tomando a terra dos mais "fracos", usando-a como um bem privado, para especular.

Essas noções foram apresentadas, inicialmente, para ilustrar a experiência e o conhecimento que esses entrevistados adquiriram com mais de 40 anos de luta pela terra na área, associado a interpretações que eles têm da Bíblia. Esta interpretação tem como influência fundamental a presença de representantes da Igreja Católica que são seus mediadores.

Segundo AUGÉ (1984:13, 14), a religião, assim como a magia, eram estudadas "...como crenças e técnicas de

*manipulação do mundo e do homem*", entretanto, "...os sistemas religiosos, esforço de compreensão do mundo, tendem a proporcionar-lhes os meios para agir sobre ele". Em outras palavras, a religiosidade permite, para aqueles que a vivenciam, uma explicação acerca de suas práticas culturais. Este pode ser o exemplo desses entrevistados, a visão de mundo que eles apresentam tem um significado religioso, embora apareçam elementos fora dessa religiosidade, como por exemplo, as noções de direitos. Eles constroem e pontuam a temática da terra com argumentação baseada na religião e buscam o sentido, a "razão" de continuar lutando pela "terra prometida".

## 2. "Tempo de fartura..."

Para começar a desenrolar os fios que teceram as histórias do grupo na luta por terra na cidade, chamamos a atenção para o que, na zona oeste da cidade de Campina Grande, apresentou-se para eles como atrativo, familiar e onde tivessem desejo de viver-trabalhar, ou seja, a terra "disponível"<sup>50</sup>. Neste item, vamos acompanhar as lembranças

---

50 De acordo com estudos da COPLAN (Coordenadoria de Planejamento) no livro do Perfil do Município - 1984 -, a área mais disponível da cidade para expansão urbana, é a zona oeste. Portanto, a organização do espaço físico de Campina Grande anterior aos anos 60, teve uma grande influência para que essa área se constituísse enquanto espaço atrativo para se cultivar a terra.

que ficaram dos anos 60, no Serrotão. Esses anos servem de marco para a história do grupo, na medida que está registrada na memória social como um momento de ruptura, de descontinuidade das suas relações de trabalho. É a memória do trabalho, do silêncio a ser descoberto, dos conflitos, da permanência de velhas e das novas experiências de trabalho, de vida, enfim, de situações específicas de um dado momento histórico. É um tempo de "fartura e de ribuliço", de confiança e desconfiança, de negociação e expulsão, de medo de perder e de ganhar, afinal, é um tempo em que homens de carne e osso - trabalhadores e proprietários de terra - se enfrentam na luta social.

Para alguns estudiosos<sup>51</sup> dos conflitos entre trabalhadores e os proprietários de terra no campo brasileiro durante os anos 50 e 60, as relações sociais no campo podem ser concebidas como tradicionais. Este modelo de análise implica em conceber as relações sociais entre proprietários e trabalhadores limitando-se à organização do trabalho. Em outras palavras, os trabalhadores, nessa relação "tradicional", têm, diante dos proprietários, o papel de submissão, de dependência. Essa situação, de acordo com esse modelo, persiste, enquanto não mudar a organização do trabalho, isto é, enquanto as relações capitalistas de produção não mediarem as relações sociais:

---

51 Cf. por exemplo, Azevedo, Fernando Antonio. As Ligas Camponesas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

64

*"Na verdade, essa dominação tradicional persistia e reproduzia-se porque o produtor direto ainda não havia sido despojado de suas condições naturais de trabalho ... o que os reduzia a um estado de dependência e submissão diante da figura do patrão-latifundiário, o único capaz de lhes conceder o acesso à terra, nas áreas de maior fertilidade e valorização fundiária" (cf. Azevedo, 1982 p. 37)*

THOMPSON na obra "Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase"<sup>52</sup> (1979), ao estudar a sociedade inglesa do século XVIII, aponta pistas de como o pesquisador deve proceder na análise das lutas existentes entre grupos sociais, anteriores ao processo de industrialização. Para Thompson, os modelos de análise que tratam essas relações como "paternalistas", "tradicionais" caem na "armadilha" de observar que as classes e os conflitos de classes só surgem quando se desenvolve a industrialização. Desta forma:

*"... como agente histórico la clase obrera no existia y, puesto que asi es, la tarea tremendamente difícl de intentar descubrir cual era la verdadera consciencia social de los pobres, de los trabajadores, y sus formas de expresion, seria tediosa e innecesaria." (cf. p. 15)*

As relações sociais do grupo em estudo não podem ser concebidas como típicas da sociedade pré-industrial. Na década de 60, as relações sociais capitalistas no campo brasileiro encontravam-se em relativa expansão<sup>53</sup>, embora

---

<sup>52</sup> Thompson, Edward. P. Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase. Estudios sobre la crise da sociedad industrial. Barcelona, Editora ática, 1987.

coexistissem com relações sociais concebidas como não capitalistas, como, por exemplo, as relações de moradores, rendeiros, foreiros, dentre outros. Os trabalhadores que estudamos trabalhavam na propriedade do Major na condição de morador-foreiro<sup>54</sup>. Ao nos aproximarmos da metodologia de Thompson, desejamos compreender essas relações como de "mão-dupla" desmistificando a idéia de que a relação de morador, ou foreiro por exemplo, reduz o trabalhador a um estado de dependência e submissão diante do proprietário, como postula Azevedo, na citação anterior.

Além disso, a opção metodológica de Thompson implica em observar as relações sociais vista de baixo, ou como diria CHRISTOPHER HILL<sup>55</sup> (1987), em "*O Mundo de Ponta-Cabeça*", "*do ponto de vista da minhoca*" (p.30). Para THOMPSON, o conceito de "paternalismo"... tiende a oferecer um modelo de ordem social visto desde arriba; contiene implicaciones de calor y de relaciones personales que suponen nociones valorativas; confunde lo real com lo ideal" (cf. p. 19-20).

---

53 Sobre o processo de modernização das relações sociais no campo brasileiro, cf. Silva, José Graziano da. *A Modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

54 A relação de morador-foreiro na propriedade do Major ocorria de forma bastante particular. O trabalhador era morador, porque residia em casas construídas pelos próprios trabalhadores na terra do Major, mas, enquanto morador, não tinha nenhuma obrigação para com o Major. A sua condição de foreiro era que implicava no pagamento anual de um certo valor que eles chamam de renda, para cultivar a terra, ou seja, era uma relação de arrendatário, mas que morava na fazenda.

55 HILL, Christopher. *Idéias Radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. Tradução e apresentação Renato Janine Ribeiro, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

A opção metodológica de THOMPSON nos dá uma grande contribuição, na medida que podemos compreender as lutas do grupo em estudo a partir de suas práticas, não e tão somente econômicas, mas culturais. Para ele, não existe desenvolvimento econômico que não venha acompanhado de desenvolvimento cultural. Portanto, é a partir do olhar que quer ver outras relações, e não só as econômicas, que vamos interpretar as lutas do grupo.

Acompanhamos inicialmente as lembranças que o Sr. Zé Rita guarda do passado no Serrotão:

*"Isso era uma história. O Serrotão é uma história, porque quando nós chegamos aqui, começamos a plantar cultura de fumo, batata-inglesa, feijão, milho... isso era trancado de uma ponta a outra. O caminhão rodava duas vezes por semana: na sexta e no sábado prá feira. Os compradô do Sertão, Alvinho, Argemiro Ambrósio e outro, e outros por aí... fincava pé aqui dentro tirando carga daqui pró Sertão. Isso era milho, era feijão... um caminhão de batatinha inglesa, a gente tirava prá Fortaleza, pró Recife, Campina Grande ... sempre dizia; "olha, enquanto eu for vivo, vocês trabalha aqui até o fim da minha vida". Aí, ele também já meio velho, e nós fomos trabalhando, com o maior prazer do mundo... as casas de farinha daqui era cheia, direto, plantando roça, eu tinha uma gangorrazinha de casa de farinha, com dois fornos. Trabalhava de sábado a domingo. Vinha gente de Bodocongó com farinha prá fazer aqui. Toda sexta e todo sábado, o caminhão levava uma carga de farinha daqui, da casa de farinha. Num era só minha não, era da redondeza. Então, aqui era uma beleza. Depois que Juvino do O*

enfraqueceu, aí tomou conta os filhos<sup>67</sup>  
dele, e veio o ribuliço"...<sup>56</sup>

As lembranças de Sr. Zé Rita sobre os anos 60, no Serrotão, estão carregadas de significados políticos. É a memória política. BOSI (1987) quando discute os espaços da memória chama a atenção de que a evocação da memória política é a leitura social do passado com os olhos do presente:

*"Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica "neutra". Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da História, e reafirmando sua posição ou matizando-a". (p. 371)*

Assim, lembrar do passado no Serrotão significa lembrar também de conflitos, de bons e maus tempos, "tempos de fartura" "tempos de ribuliço".

As lembranças que o Sr. Zé Rita tem do acesso à terra<sup>57</sup> nas áreas periféricas da cidade de Campina Grande<sup>58</sup> nos anos 60, mais precisamente na zona oeste da cidade, são

56 Trecho da entrevista de vida de Sr. Rita concedida em 20/03/1993.

57 Estamos chamando de acesso à terra a prática desses trabalhadores em busca de terra na cidade para fazer roçados.

58 O município de Campina Grande em 1950 tinha uma dimensão de 2.259 km<sup>2</sup>. Hoje, com a criação de pequenos municípios em torno da cidade, foi reduzido a 970 km<sup>2</sup>. Por exemplo, o distrito industrial, já se encontra dentro do município de Queimadas; o distrito de Santa Terezinha se encontra dividido entre Campina Grande e Massaranduba, e por último, uma parte da nossa cidade já se encontra dentro do município de Lagoa Seca. Todos eles, municípios limites de Campina Grande, diminuindo consideravelmente os terrenos vazios cf. MELO, Luis Gonzaga. Campina Grande. O Desenvolvimento em Questão (Seleção de artigos publicados na Imprensa). Campina Grande: Gráfica Júlio Costa, 1988.

de um "tempo de fartura", embora dentro deste já apareça o "tempo do ribuliço". É como se existissem dois tempos. O primeiro refere-se ao tempo em que o Major era vivo. Era um tempo de fartura e de trabalho. A fazenda do Major, com aproximadamente 1300 hectares, era a referência nessa área de Campina Grande, para muitos agricultores que desejavam trabalhar na terra. O outro tempo foi um tempo de "ribuliço". O Major faleceu e a terra foi partilhada entre os herdeiros. Foi um tempo em que as leis do Código Civil<sup>59</sup> foram utilizadas com mais frequência para "solucionar" os problemas do campo e, dizem os entrevistados, foi um tempo em que "os doutor diziam que a terra ia ficar comum". "Foi um tempo de vida... foi um ribuliço". A expressão "os doutor diziam que a terra ia ficar comum" apareceu para nós como a parte silenciada da memória do grupo para compreender a relação entre o silenciado e o verbalizado. Mas primeiro, achamos importante registrar as lembranças do Serrotão na época em que nesta área era possível ter acesso à terra para o plantio.

A área ainda não havia sido totalmente desbravada. Aos poucos, trabalhadores de vários lugares iam chegando, desmatando, arrancando tóco, derrubando grandes árvores e

---

59 O Código Civil é um conjunto de leis normatizados com a formação da República Brasileira no final do século XIX e segundo Julião ... "a lei em que se baseia o movimento camponês para se reorganizar e reivindicar os seus direitos é o Código Civil e não a Consolidação Trabalhista (59) ... O Código Civil é, portanto, útil na arregimentação dos camponeses. Além disso, com base nesta legislação é fácil registrar rapidamente o estatuto de uma sociedade civil qualquer, de uma Liga Camponesa" (60) cf. Julião, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S.A. 1962.

fazendo carvão para o cozimento dos alimentos da família. As fruteiras mais comuns eram a bananeira e o umbúzeiro. Nos lugares mais altos da área, a mata era densa.

Essas terras disponíveis nas proximidades da zona urbana atraíram muitos trabalhadores sem terra e sem trabalho. Nessa área da cidade, esses trabalhadores tiveram "facilidades" de achar um pedaço de terra para cultivar, e Campina Grande como já foi dito, é uma cidade que, até a década de 60, tinha fortes atividades rurais na periferia, contribuindo para atrair trabalhadores que tinham vontade de "botar um roçado".

Na representação dos entrevistados, o cotidiano e o trabalho na propriedade do Major Juvino do Ô só foram tranqüilos enquanto ele estava vivo. "Olhe, ele sempre dizia, enquanto eu for vivo, vocês trabalham até o fim da minha vida". Essas palavras do Major, lembradas pelo Sr. Zé Rita marcaram profundamente as referências das experiências na área, antes e depois do seu falecimento.

O acesso à terra na propriedade de Juvino do Ô dava-se através da relação de trabalho como morador-foreiro. Todos os anos os trabalhadores pagavam o fôro adiantado para que pudessem trabalhar o ano seguinte. Suas lembranças sobre o trabalho na propriedade do Major são a de que tinham uma relativa autonomia. Tinham "liberdade" de decidir as culturas que queriam plantar; podiam criar alguns "bichos"; tinham "liberdade" de transformar a mandioca em farinha e vender no mercado. Afirmam que muitos construíram suas

próprias casas de farinha e suas moradias. Alguns tinham ainda a (relativa) liberdade de alugar "pontos" para agricultores que iam chegando à área. Os entrevistados representam diferentemente o trabalho no Serrotão, tendo como parâmetro a relação com o Major e, em seguida, com os herdeiros. A imagem construída do Major para esses trabalhadores é a de um aliado, na tentativa de permanecer trabalhando nas terras dos herdeiros, mesmo que seu aliado estivesse na condição de proprietário-morto.

Esses trabalhadores apresentam-nos essa relação como harmoniosa, saudável. Mas, como se dava, no dia-a-dia, essa relação com o Major? Observamos em várias passagens de seus depoimentos que muitos deles não chegaram a conhecê-lo nem sequer vê-lo de longe. O principal intermediário do Major era o administrador, que alguns deles chamam de "gerente".

Era o "gerente" quem definia o lote de terra em que o trabalhador deveria plantar. Outras práticas cotidianas que são bastantes significativas para trabalhar a terra eram negociadas com ele, como, por exemplo: ceder "o ponto" ou uma parceria de terra para um outro trabalhador que estava sem roçado; ajudar nas tarefas do roçado do administrador; cuidar das fruteiras da fazenda do Major e, em troca, não pagar o fôro são, no conjunto, relações de negociação, de troca, mas com um outro trabalhador - o administrador - que, possivelmente, tinha um outro tipo de relação com o proprietário, o que não conseguimos verificar.

E por que as decisões para trabalhar na terra eram tomadas entre administrador e os que a cultivavam e não entre os trabalhadores e o Major?

Os dados da pesquisa permitem-nos compreender que o tempo em que os entrevistados viveram com o Major foi no momento em que este encontrava-se esclerosado, nas palavras de um dos entrevistados: "o Major não conversava com a gente não, porque já estava com demência". Portanto, se a relação desses trabalhadores com o Major era "distante", como foi construída essa imagem? Essa imagem construída sobre a conduta do Major permite-nos concebê-la como uma invenção do grupo para garantir que determinados costumes vivenciados na relação com ele pudessem permanecer na relação com os herdeiros.

A expressão "*com o Major nós vivia sussegado*" pode estar representando a segurança de não sair da terra. É uma construção mítica do proprietário e representa uma crença que vai sendo reproduzida pelo grupo, para se contrapor às práticas dos herdeiros, após a morte do Major. Segundo, MACEDO:<sup>60</sup> (1989) "*Parece mais útil, em vez de considerar esse assunto uma falsidade, perceber que os mitos são repositórios de algumas das mais belas tentativas feitas pelos povos, em todo o decorrer da história, para dar significado aos problemas da condição humana*" (p.22). Assim compreendendo, parece-nos que o significativo, na história

---

60 MACEDO, Carmem Cinira. Imagem do Eterno. Religiões no Brasil. São Paulo, Moderna, 1989.

de nosso entrevistado, é construir a imagem de um "bom" proprietário. As argumentações passam por situações concebidas como um "tempo de fartura", onde todos trabalhavam e "viviam sussegado", ao contrário, de um "tempo de ribuliço", onde a expulsão, a luta para permanecer na terra tem seu início. A construção da imagem do "outro" como "bom" apresenta-se como contraposição ao "mal", representado nas linguagens que construíram sobre os herdeiros.

Depois da morte de Juvino do Ô, as lembranças que ficaram registradas na memória dos entrevistados têm como referência os conflitos existentes entre eles e os herdeiros para permanecerem na terra. Isto pode ser verificado na tentativa por parte dos herdeiros de proibir a criação de gado e o cultivo de culturas de ciclos demorados. Todos aqueles moradores-foreiros que tinham algumas "sementinhas de gado" foram convocados a uma reunião para providenciar a venda. Nenhum morador deveria mais plantar um "palmo de roça". A possibilidade deste plantio provocava medo, insegurança nos proprietários. Como exemplo, temos a mandioca que tem um ciclo de aproveitamento ano e meio. Para os trabalhadores expulsos que haviam plantado essa cultura, ocorria a possibilidade de recorrer à justiça e garantir o direito de passar mais tempo na terra, por isso, as proibições aos moradores.

## 3. 1962: O "ribuliço": lembranças escondidas.

O Sr. Zé Rita lembra um diálogo que teve com um dos proprietários e onde a ordem era não plantar mais a mandioca:

Proprietário: *Você de agora em diante só vai plantar batatinha e feijão. Mandioca você não planta um palmo.*

Sr. Zé Rita: *Sr. Rodrigues...*

Proprietário: *Sr. Rodrigues não. Eu estou dizendo que não é para plantar não.*

Sr. Zé Rita: *O negócio é o seguinte: mulher! chame esse magote de neguim que tem aí... aí os meninos chegaro tudo, uns nú da cintura prá cima, outros de calção, e era menino que friviava, aí eu disse: o Sr. tá vendo aí? Bem nunca passaram não, agora o recurso que nós tem é um palmo de roça. Quando não tem nada eu vou no roçado, a mulher vai no roçado arranca um pedaço de macaxeira, arranca um pouco de mandioca, ela rela, faz beijú e nós come, eles vão dormir com o bucho cheio. Mas, se por acaso um dos meus filhos morrer de fome...*

Proprietário: *O que o Sr. vai fazer? vai me matar?*

Sr. Zé Rita: *Eu não sei ... só sei que meus filhos não vai passar fome ... e de agora em diante eu vou plantar maniva até por riba das pedras, até por riba das pedras...*

Proprietário: *No meu terreno?*

Sr. Zé Rita: *No seu terreno mesmo. É sua a terra, mas o benefício é meu, eu comprei. Tenho aqui os meus recibos que eu venho pagando tudo diretinho. Aí deu*

a gota, nós fomos três vezes na polícia,<sup>74</sup>  
aí foi no tempo que esses dois homens aí  
(outros herdeiros) loteou, ficou  
rateando um pedacinho de terra, aí eu  
peguei e comprei, e muitos outros  
(moradores) ainda estão bolando...<sup>61</sup>

A memória do Sr. Zé Rita sobre o trabalho é também uma memória política. São as lembranças dos conflitos. Neste diálogo com o proprietário, aparecem as lembranças do conflito que se instaura depois da morte do Major. Este diálogo aponta uma das formas de resistência ao processo de expropriação dos moradores na fazenda Serrotão, mostrando a força da lembrança sobre a posição dos envolvidos no conflito, pelo menos do ponto de vista do entrevistado. Este, consegue não só lembrar de suas palavras, de seu posicionamento diante da situação, mas das palavras, e do posicionamento do proprietário: é um momento de reflexão da relação de poder existente entre os dois.

Nessa relação, o morador inicialmente apela para a solidariedade do proprietário, para que ele compreenda que a mandioca, é uma cultura de grande importância para a renda familiar. As formas de pressioná-lo é lembrar ao proprietário que o cultivo da mandioca é importante para sobrevivência dos filhos, que são muitos e pequenos e que não devem sofrer por conta dessa decisão. Nesse sentido, a família é a ponte entre o trabalho e o conflito. Diante da resistência e da intolerância do proprietário, o

---

61 Trechos da entrevista de Sr. Zé Rita concedida em 09/03/93.

entrevistado faz-nos ver, na sua narrativa do diálogo entre os dois, duas demonstrações de poder que são expressas em tom de ameaça: a primeira, avisa: "...*Se por acaso meus filhos morrer de fome...*" e a segunda afirma, "*de agora em diante eu vou plantar maniva por riba das pedras, até por riba das pedras*".

A firmeza, e a "teimosia" em "continuar plantando a mandioca", transparente na fala do Sr. Zé Rita, possivelmente está fundamentada na compreensão que ele tem dos direitos construídos. Observemos a expressão: "*É sua a terra, mas o benefício é meu, eu comprei*". Nela, percebemos que o entrevistado apresenta noções dos direitos que tem sobre a terra do proprietário ou seja, os benefícios construídos. Nessa interpretação, o entrevistado apresenta uma imagem de quem tem noções sobre os direitos conquistados sobre o espaço, ou seja, a terra. É uma identidade política, através da qual ele quer ser percebido como cidadão.

A noção de cidadania se apresenta na fala do entrevistado ao usar a categoria direito. Este significa muito mais do que a permissão para continuar plantando a mandioca. Afirmar que tem direitos sobre a terra significa compreender suas necessidades de permanecer cultivando-a, e do seu ponto de vista, essas necessidades são partes constitutivas do direito.

O conhecimento sobre os direitos pode ter sido adquirido na relação que esses trabalhadores tiveram com os

representantes das Ligas e do Sindicato durante a década de 60. É mais provável, entretanto, que o tenham adquirido a partir das discussões que iniciaram com seus mediadores sobre o Estatuto da Terra<sup>62</sup>. Se essa conjectura tiver sentido, as lembranças do Sr. Zé Rita sobre o diálogo que teve com o proprietário foram elaboradas a partir de um período mais recente.

As imposições do proprietário para os trabalhadores não plantarem a mandioca ganha um outro aliado - a polícia. Esta é também reconhecida por seu Zé Rita como inimigo, pois contribui para negar os direitos de cidadão.

#### 4. Descobrimos os silêncios no medo das Ligas

A nossa curiosidade em conhecer o significado dos conflitos neste período no Serrotão aumentava cada vez mais durante a pesquisa. As informações que tínhamos eram dispersas. Os proprietários haviam afirmado, segundo os entrevistados, que a terra tinha de ser desocupada para criarem gado, argumento hoje desmistificado pelos entrevistados. Segundo eles, os proprietários criavam apenas algumas cabeças de gado, quantidade ínfima para a totalidade dos 1.300 ha de terra.

---

62 O proprietário, no término do contrato (que só pode efetuar depois da colheita) pode não renová-lo, mas, na sua vigência, não pode impedir que o arrendatário continue plantando as culturas estabelecidas no contrato. Cf. Seção II, Art. 95 do Estatuto da Terra. Luz, Valdemar P. da. Estatuto da Terra, Porto Alegre, Sagra, 1991.

Numa conversa informal, uma ex-moradora, cautelosamente olhando de um lado para outro, apontava a primeira pista para compreendermos a razão de tantos trabalhadores terem sido expulsos naquele momento: "*Eles, os doutor, queriam deixar a terra toda comum*". Quem seriam esses doutores que queriam socializar a terra? E de que forma? Quando começamos a entrevistar o Sr. Zé Rita e o Sr. Benedito, constatamos que os proprietários, na época, afirmavam que os moradores precisavam sair, para eles criarem gado.

Entretanto, a terra precisava ficar desocupada porque, segundo ainda esse entrevistados, "*a lei*" estava para chegar. Essa lei, segundo eles, vinha para garantir a vida dos moradores na terra. Na sua representação, era a "*lei sindical*", era a "*lei do governo*". Antes do uso do Código Civil e do Estatuto da Terra pelos trabalhadores no campo, o proprietário podia jogá-los fora da terra. É essa a interpretação que os ex-moradores do Serrotão tiveram da legislação estendida aos trabalhadores rurais, no início da década de sessenta.

Depois dessa pista, começamos a desenrolar os fios que haviam costurado as teias que cobriam os conflitos ocorridos em 1962 no Alto Serrotão. Os "*doutor*", lembrados pela ex-moradora, eram os advogados das Ligas Camponesas. Particularmente, ela se referia a Ofélia Amorim e Langstein de Almeida, nomes que no decorrer da pesquisa foram aparecendo. Estes últimos tiveram uma participação

importante na organização das Ligas, no município de Campina Grande. As reuniões programadas por eles e presenciadas por alguns agricultores do Serrotão eram realizadas em Lagoa de Dentro, área vizinha ao Serrotão. Também nesse momento estava em processo de formação o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande. Foi, portanto, um momento de efervescência da organização dos trabalhadores rurais. Os trabalhadores entrevistados não ficaram muito à vontade para falar das Ligas Camponesas. O que levou estes trabalhadores a silenciarem sobre a presença das Ligas no Serrotão? O silêncio aparece por razões muito diversas.

Os principais mediadores destes trabalhadores são os membros da Igreja Católica que, na época, tinham uma percepção sobre a Reforma Agrária completamente diferenciada da divulgada pelas Ligas. A Igreja defendia que os conflitos entre os trabalhadores e proprietários deviam ser resolvidos através de acordos ou na justiça, enquanto as Ligas Camponesas, embora inicialmente tivessem esse objetivo, entre os anos 60 e 61 segundo AZEVEDO (1982) "... a *palavra de ordem era reforma agrária radical...*" (p. 85) Portanto, para os proprietários, o projeto das Ligas era a possibilidade deles perderem a terra e neste sentido as estratégias que utilizaram foram diversas para contribuir com a saída dos trabalhadores da fazenda. Desse modo, as razões dos silêncios dos trabalhadores devem ser entendidos nesse contexto. Tanto é, que poucos se dispuseram a falar

sobre isto, sendo necessário buscar outros depoimentos de pessoas que não foram moradores-foreiros do Serrotão.

Essa atitude cautelosa colocou-nos algumas reflexões: de quem ou do que os trabalhadores do Serrotão têm um medo, querem proteger ou silenciar? tem medo de agredir a setores da Igreja que divergia na época do projeto das Ligas e que continuam presente como mediadores? têm medo de lembrar das práticas repressivas do Estado para aqueles que se aproximavam das Ligas? ou querem proteger a si mesmo por compreenderem que o projeto das Ligas Camponesas não se aproximava daquele que tinham incorporado como o seu?

A primeira questão que nos chama a atenção é a de que a memória sobre as Ligas foi silenciada, mas não esquecida. Segundo POLLAR, (1989), *"o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais"* (p. 5). Aqui reconhecemos como oficial, não só o discurso dos proprietários, do Estado, mas da própria Igreja.

Passamos a palavra a um outro narrador, o Sr. Paizinho, que, na época, era membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande.

*"Isso foi no início de 62. Foi quando começou o trabalho de organização sindical... por motivo que naquela época não existia Sindicato. Então as Ligas Camponesas se envolveram tanto que ela amedrontou até a igreja católica. E eles (os membros da ligas) dentro daquelas associações deles, eles achavam que não tinham espaço dentro da justiça, porque*

80  
a justiça já tava de olho neles... e a luta deles é mais tribal, como se diz, é a luta da violência. Então eles vendo que não tinham muita chances na justiça, eles procuraram fazer com que formasse a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande. E quando eles lançaram aquele edital e tudo mais, da fundação do Sindicato, foi quando a Igreja se despertou para isso. Então naquela época era D. Manoel, era o Bispo de Campina Grande, então ele convocou os vigários e disse: "- Olhe, é importante que vocês padres das paróquias, organize o povo, principalmente aqui em Campina Grande, que as Ligas estão crescendo de maneira tal, que agora chegaram ao ponto de fundar um sindicato"<sup>63</sup>.

A reação dos mediadores (membros da Igreja Católica) na região, durante este período, foi impedir a sua aproximação com as Ligas Camponesas. Estas, representavam a violência, a guerra. Neste sentido, o primeiro passo foi convocar os trabalhadores para participar da formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para assumir a diretoria e contribuir para que os membros das Ligas dela se afastassem. Segundo AZEVEDO (1982), "*A reforma agrária era condenada pelo clero conservador, sob o argumento de que a família e a propriedade são inseparáveis como valores cristãos...*"(p. 91)

*"As ligas era o meio deles apoiarem na terra da agricultura, mas era um meio que o Estado se agarra para jogar os trabalhadores dentro de uma luta quente ... ou morrer ou matar. Naquela época as leis eram mais socialmente deles ... eles entendiam mais das leis do que a gente. Naquele tempo o governo era João*

Goulart, e o governo apoiava mais as <sup>81</sup>  
ligas do que os Sindicatos"<sup>64</sup>.

No depoimento acima, as Ligas Camponesas são concebidas por seu Paizinho, como aliadas do Estado. Conforme seu ponto de vista, as Ligas, na medida em que apoiavam os trabalhadores para ficar na terra, conduzia-os, com sua prática, para o enfrentamento com o seu aliado - O Estado. A proposta de "reforma agrária" de João Goulart é visivelmente confundida como de parceria com a proposta das Ligas Camponesas. Do ponto de vista do entrevistado, Ligas e Estado comungavam das mesmas práticas, e a Igreja tinha que intervir em defesa dos trabalhadores do campo.

*"Aí quando surgiu as primeiras causas, porque as ligas já estavam começando a lutar junto aos moradores da terra. Porque aqui, acolá botava um morador para fora ... aí foi quando eu entrei, quer dizer, entrei prá tirar as idéias das ligas e incentivar o povo de outra maneira, que lutava dentro da justiça. Agora aquilo que fosse dentro da justiça, eu dava minha vida por eles, eles não tivessem medo ... aí naquela época, não só lá no Serrotão, mas como também começou acontecer várias causas. Aconteceu aqui no Marinho... se não me engano... lá houve mortes, duas ou três mortes em pouco tempo. Quer dizer agitação das Ligas Camponeas... que se juntava lá em Langstein de Almeida e fazia aqueles discursos, aquelas frentes, frente-popular, que a gente chamava, mas uma frente popular de agitação, ...no brejo arranjaram mais de 500 ou 600 pessoas... fazia aquela multidão, aí desacatava proprietário prá briga, prá violência, prá o que quizesse, era para o que der e vier. Alí*

---

64 Idem.

o que acontecia num tiroteio, <sup>82</sup> que acontecesse ali ... então quando morriam um, dois, a culpa era do povo. Ali era o povo quem recebia a culpa. Aí, era por isso que a Igreja, quer dizer, começou a temer aquela situação... e haja camponeses sendo perseguido"<sup>65</sup>

A segurança que os agricultores sentiam em cultivar a terra na época do Major é posta em xeque, na medida em que a partilha entre os herdeiros se concretiza. Momento histórico marcado pelo "início" dos primeiros direitos estendidos aos trabalhadores rurais através do Código Civil, e que passaram a ser fiscalizados pelas Ligas Camponesas e pelos Sindicatos em formação, para que fossem cumpridos.

O fato de o discurso dos representantes das Ligas refletir o desejo de uma Reforma Agrária "ou da terra ficar comum" provocou um verdadeiro pânico para os proprietários de terra no Serrotão e para os membros da Igreja. Com a partilha da terra, não só mudavam os proprietários, mas as regras que mediavam a relação proprietário-morador. O "protetor" dos moradores, o Major, havia falecido, e, agora os seus herdeiros estabeleciam novos padrões de comportamentos com os moradores. E por isso, a partir daquele momento, do ponto de vista dos entrevistados, eles recebiam como "um presente dos Deuses", as leis que regulamentavam essas relações.

Para o narrador acima, as Ligas representaram as possibilidades de enfrentamento até a morte, portanto,

possibilitava guerras. Na sua memória, ficou registrado o discurso dos membros da Igreja, na época, que viam nas Ligas Camponesas um perigo para os agricultores. A "metodologia" das Ligas, segundo o narrador, era tribal, violenta, enquanto a da Igreja era mais "maneira" para o agricultor, não os jogava no enfrentamento direto com os proprietários. Vejamos uma compreensão diferenciada da explicitada pelo narrador acima. São as interpretações do Sr. Zé Rita e do Sr. Benedito, nas respostas à pergunta feita por nós: "Os agricultores gostaram da lei?"

Sr. Benedito: *Da lei de João Goulart? Gostaram.*

Sr. Zé Rita: *Oh! sr. ... aquelas leis dessa Liga Camponesa não veio com ... não foi daquele, que era comunista, Luis Carlos Prestes?*

Sr. Benedito: *Não, foi o quê! E não foi por causa disso que João Goulart foi cassado, foi por mode dessa liga...*

Sr. Zé Rita: *Porque naquele tempo Luis Carlos Prestes tentou esse movimento de Liga, não foi?*

Sr. Benedito: *Das Ligas? Não sei, sei de João Goulart. Ele foi cassado, processado e retirado do país... João Goulart foi cassado .... Dr. Lagnstein. foi um bocado deles aí... porque eu penso assim: que naquele tempo de João Goulart se ele domina o Brasil, o Brasil hoje era outro, porque tudo que ele projetou foi em bem da nação, mas quando ele enfrentou a posse, ele enfrentou logo de vez... agora eu sei que a Igreja tinha uma combinação nisso aí....*

Sr. Zé Rita: *Era, porque naquela época que nós era ... padre Cristiano, aqueles*

84  
outros padres tudo, a Igreja era a favor da gente, só não das Ligas.

Pesquisador: Das Ligas não, por quê? As Ligas não vinham dividir as terras?

Sr. Benedito: A Igreja não. O sindicato rural não era prá dividir as terras ... era prá ficar pagando o foro. E se ele quisesse tirar, qualquer um proprietário, se fosse prá botar um filho; agora, se o morador não pudesse comprar, ele tinha que indenizar o morador com quanto ele pudesse se localizar em outro lugar, prá poder vender...

Pesquisador: E vocês achavam melhor a idéia da Igreja ou das Ligas?

Sr. Benedito: Eu achei melhor a idéia da Igreja, veio mais maneiro .... porque com as Ligas ia ser um derramamento de sangue muito grande, né?<sup>66</sup>

No diálogo acima (com nossa interferência) podemos observar o modo de lembrar dos entrevistados. O Sr. Zé Rita, quando quer lembrar, evoca, ao Sr. Benedito, as lembranças que foram comuns aos dois. Segundo HALBWACHS, (1990) a memória individual não está desvinculada da memória coletiva, ao contrário, *"Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros"*. (cf. p. 54) Quando o Sr. Zé Rita aponta as dificuldades de lembrar os nomes de pessoas que estavam ligadas às Ligas Camponesas, apela para as lembranças do Sr. Benedito, e os dois juntos vão reconstituindo as representações sobre a presença das Ligas no Serrotão.

---

66 Trechos das entrevistas de Zé Rita e Sr. Benedito concedidas em 20/03/93

Para o Sr. Zé Rita e o Sr. Benedito, a noção de lei foi construída como algo dado. Para eles, as leis foram "dadas" por João Goulart, com a participação de Luis Carlos Prestes, embora seja o nome de João Goulart que aparece como a pessoa responsável, já que era ele o presidente da República. A representação gravada na memória dos entrevistados acerca de João Goulart é que ele tinha um grande projeto que beneficiaria a nação, caso não tivesse sido cassado e "retirado" do país.

O que aparece como falta de estratégia de Goulart do ponto de vista dos entrevistados é que *"ele enfrentou a posse logo de vez..."* referindo-se à modalidade de atuação das Ligas na luta pela terra, já que nas suas representações os direitos foram estendidos ao campo por João Goulart e Luis Carlos Prestes. As Ligas Camponesas eram a organização que tinha o objetivo de fiscalizar se esses direitos estavam sendo cumpridos. Os sindicatos, criados com o apoio da Igreja também tinha este objetivo, mas eram mais "maneiros" e se preocupavam em não derramar sangue. Esse discurso difere um pouco do anterior, na medida em que vê nas Ligas uma possibilidade de ter a posse da terra, mas condena também a forma de luta dessa organização.

A maneira de resgatar o passado foi marcada pela representação, segundo a qual apenas "um" homem tinha um projeto para intervir na realidade do trabalhador rural, criando condições jurídicas e políticas para transformar aquela realidade. Essa representação parece ser bastante

comum na concepção dos trabalhadores das mais diversas áreas do Nordeste. SIGAUD<sup>67</sup>, quando fez um estudo na Zona da Mata Pernambucana, sobre agricultores moradores dos engenhos que haviam saído para as pontas-de-rua, percebeu que as noções de direitos por eles compreendidas estavam associadas ao Estatuto do Trabalhador Rural e que, nas suas representações, esses direitos tinham sido dados por Miguel Arraes:

*"O importante, no entanto, é que para a grande maioria, os direitos foram dados aos trabalhadores por Miguel Arraes (Arraia). É sob a forma de um dom, uma graça ou dádiva que partiu do Governador que os direitos se configuram na consciência social dos trabalhadores". (cf. p. 118)*

Estudando a memória de velhos e velhas aposentados de Pernambuco, MONTENEGRO<sup>68</sup> (1992) observou que Getúlio Vargas aparece como "protetor" dos trabalhadores. Essa representação tem, como referência para os trabalhadores, a aplicação das Leis Trabalhistas, na década de 30:

*"A constância e a expressiva presença na memória coletiva de representações como "Pai dos Pobres", "Justiceiro", "Bondoso" evidencia um período da história onde a intervenção no cotidiano da vida do trabalhador através de diversas leis trabalhistas, associada a todo um aparato propagandístico, estabeleceu uma visão da história, do político e do passado com contornos*

---

67 SIGAUD, Lygia. "A idealização numa área de plantation". Contraponto. Revista de Ciências Sociais do centro de Estudos Noel Nutelo, Ano II nº 2, 115-126. Nov-1977.

68 MONTENEGRO, Antonio Torres. História Oral e Memória. São Paulo, Contexto, 1992.

87  
*bastante determinados. Toda uma geração de trabalhadores resgata um tempo histórico, onde "um político", no seu entender, realizou medidas em defesa do seu interesse e dos demais trabalhadores". (103)*

Com os agricultores do Serrotão também foi construído este tipo de representação. Essa experiência, essa familiaridade, e essa popularidade dos agricultores com as leis que "vieram da força ao morador" tiveram um significado importante: elas vieram no momento em que as relações sociais baseadas em uma certa tradição estavam em processo de dissolução. Nesse momento, o Serrotão foi palco de muitas lutas travadas por trabalhadores de origem rural, que vivem nas "pontas de ruas da cidade".

Tanto as Ligas Camponesas como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais competiam palmo a palmo pela direção da luta dos trabalhadores no Serrotão. É nessa disputa, que os trabalhadores entrevistados negam sua identidade como participante das Ligas Camponesas. No seu ponto de vista, elas representavam a violência, e neste sentido é muito mais interessante construir uma imagem de si como homem pacífico, que não se envolve em lutas que derramam sangue, mesmo que alguns trabalhadores tenham sido filiados às Ligas e ao Sindicato simultaneamente, fazendo-se representar através do símbolo da carteira de associados. É nessa confusão do envolvimento político que surgem os personagens Zé Gonçalves e Zé Euflazino. Estes dois trabalhadores cultivavam a terra no Serrotão. O primeiro era filiado às Ligas e pertencia à

direção do Sindicato. O segundo, pertenceu à direção do Sindicato por mais de 15 anos. A conduta desses trabalhadores na luta pela terra permitiu que os trabalhadores do Condomínio Rural conferissem-lhes atualmente a condição de mitos.

5. Zé Gonçalves e Zé Euflazino: a construção dos mitos dando formas à luta pela terra

*"Zé Gonçalves apanhou... ele queria ensinar o povo aquela metodologia das Ligas, que era mais pior do que o direito do Sindicato... aí os capangas se reuniram e deram uma surra nele..."<sup>69</sup>*

Na perspectiva de legitimar um "líder" e, ao mesmo tempo, construir um "inimigo" do grupo, estes dois personagens se perpetuaram na memória social do grupo. Essa presença revela concepções sobre a prática social do grupo no presente e ao mesmo tempo lhe permite marcar sua identidade na luta pelo acesso à terra. Em outras palavras, estamos chamando a atenção para o fato de que a prática política dos "Zé", no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande e nas Ligas Camponesas no início dos anos 60, contribuiu para que os trabalhadores entrevistados

---

69 Trecho da entrevista concedida por Celestino Ferreira (Sr. Paizinho) em 06/03/93.

elaborassem um modelo de conduta lutando pela terra "hoje" no Serrotão, através da origem mítica da prática política dos dois sindicalistas.

Segundo SOUSA FILHO<sup>70</sup> (1995) os mitos "... são *'modelos' de conduta e conferem sentido à existência humana*" (p. 82). É neste sentido que compreendemos a construção dos mitos de Zé Gonçalves e Zé Euflazino pelos trabalhadores do Serrotão.

Zé Gonçalves é concebido como um líder que lutava em defesa dos trabalhadores e cuja conduta política conferiu-lhe a morte. Hoje ele é cultuado através da fotografia na sala de reuniões do grupo assentado, e divide com São José - "protetor" dos agricultores -, no dia 19 de março, as mesmas homenagens que o grupo lhe presta. Nas procissões, a imagem de São José é levada por uma criança do mesmo nome juntamente com a fotografia de Zé Gonçalves. As orações tanto são oferecidas a um, como ao outro. A seguir transcrevemos alguns trechos das falas de alguns trabalhadores, na procissão de São José, realizada em 19 de março de 1994, para compreendermos como é reforçada na memória social do grupo, a necessidade de dar continuidade às atividades religiosas e ao culto de Zé Gonçalves:

*"Eu peço a qualquer que seja posseiro da terra... enquanto eu for vivo a caminhada eu acompanho, e eu morrendo, a família com os amigos não deixem de fazer a caminhada" (M.V)<sup>71</sup>*

70 SOUSA FILHO, Alípio. Medos, Mitos e Castigo: notas sobre a pena de morte. São Paulo, Cortez, 1995.

*"E também gente tem que falar sobre Zé Gonçalves, que foi um lutador com o povo... lutando, ele morreu na luta, que nós todo ano estamos lembrando o nome dele. E temos que lembrar toda vida, porque ele viveu com nós e deixou a semente dele semeada aqui prá o mundo".<sup>72</sup>*

As imagens negativas que o grupo tem de Zé Euflazino devem-se às suas práticas sindicais. Sua atuação como presidente do Sindicato teve início durante o período militar. Os presidentes se sucediam através da intervenção, e, segundo o Sr. Zé Rita e o Sr. Benedito, esse "líder" construiu "muitas estórias inventadas" para chegar à presidência do sindicato:

*"Naquela época o finado Zé Euflazino ainda disse que Zé do ó, ainda deu uns tiros nele, mas tudo "estória inventada"*

*"Ele fazia reunião com a gente e quando era 9 horas da noite, ia beber cachaça mais Rodrigo e Zé do ó (proprietários) então... era conversa de iludir besta"*

*"Zé Euflazino denunciou para o exército que Pereira (presidente do Sindicato) estava vendendo as merenda da escola, para ficar como interventor".*

*"Ele era presidente do Sindicato, mas na hora da confusão aqui no Serrotão, ele fugia".<sup>73</sup>*

---

71 Falas de M.V. gravados no dia 19 de março de 1994 na procissão de S. José.

72 Falas de D. Lourdes Amâncio gravada no dia 19 de março de 1994 na procissão de S. José.

73 Trechos das falas de Sr. Benedito e Sr. Zé Rita da entrevista concedida em 20/03/93.

Conforme se deprende dessas falas, Zé Euflazino não é cultuado, mas ficou registrado na memória social do grupo como um "líder traidor", na medida em que construiu, durante suas experiências no sindicato, uma imagem de líder, cuja prática política correspondia, no ponto de vista dos entrevistados, aos interesses dos proprietários. Ele foi da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais durante mais de 15 anos, e, segundo um entrevistado, *"ele de dia combinava com a gente e de noite ia prá casa dos fazendeiros fazer comoção com os patrões e deixava a gente no desmantelo"*.

Mas se a Igreja condenava a atuação das Ligas no Serrotão, porque vem contribuindo para preservar a imagem positiva de um de seus líderes? O mito de Zé Gonçalves presente no imaginário dos trabalhadores tem a intenção de construir um símbolo na luta pela terra, mesmo que no passado sua prática política tenha sido repudiada pela Igreja, pois o que é levado em consideração é sua conduta para o presente, conduta que inclusive o levou à morte. A sua morte também é um "destino" que permite o seu culto: as comemorações de festas religiosas, enfim, são um esforço para preservar o seu nome e a sua imagem na memória do grupo.

## 6. Imagens dos herdeiros x imagens do exército...

Diferentemente da imagem criada do Major Juvino do O, as representações sobre alguns herdeiros são bastante negativas. As imposições dos herdeiros para não plantar mandioca, para não criar animais e as constantes expulsões, permitiram aos trabalhadores entrevistados absorverem a condição de desprotegidos, na medida que houve uma ruptura no relacionamento. Ruptura marcada pela morte do Major, pela atuação das Ligas e pelo uso mais constante do Estatuto da Terra.

A terra do Major foi partilhada entre nove herdeiros, cabendo a cada um, segundo depoimento do Sr. Benedito, 133 hectares. As atitudes dos herdeiros para resolver a questão da terra com os moradores não foram semelhantes. Alguns herdeiros resolveram lotear a terra e vender aos moradores. Entretanto, como afirma o Sr. Rita, poucos moradores compraram. Outros herdeiros resolveram "dar uma simbólica indenização":

*"Alguns herdeiros resolveram retaiá a terra. Cada morador podia comprar o seu, mas todo morador não pode comprar... outros resolveram dar a cada um um dinheirinho para comprar um rancho - que não era casa, era um rancho, casinha em pé de rua"<sup>74</sup>*

---

74 Trechos da entrevista cedida por Sr. Zé Rita em 20/03/93.

Nesta "aparente ação de negociação" ou de "cumprir" o Estatuto da Terra<sup>75</sup> está uma transparente astúcia de alguns herdeiros. Alguns moradores compraram o lote de terra, mas sem a documentação que comprovasse esta relação comercial, e, por falta de provas no tribunal, muitos perderam a terra:

*"Foi o caso de Raimundão. Quando ele morreu, a viúva entendeu de vender o terreno, deixa que o proprietário já tinha vendido para João Ribeiro, Ernani Mariano... quando o Agricultor botava na justiça para conseguir recuperar a terra, ele não tinha recibo não"*<sup>76</sup>

Mas nem todos os moradores que compraram agiram assim, o Sr. Zé Rita é um exemplo, que exigiu a escritura:

*"No meu caso não, eu tinha os recibos e peguei a escritura. O advogado disse: Quando chegar lá no Serrotão coloque na cabeça de uma estaca, procure, um pau bem grande e coloque lá, prá todo mundo saber que você tem escritura"*<sup>77</sup>

Portanto, aqueles herdeiros que tentaram construir uma imagem de negociador, articulador, para os moradores são visivelmente vistos através de imagens negativas diante de suas artimanhas.

---

75 "O art. 92 §3º do Estatuto da terra determina: "No caso de alienação do imóvel arrendado, o arrendatário terá preferência para adquiri-lo em igualdade de condições, devendo o proprietário dar-lhes conhecimento de renda, a fim de que possa exercer o direito de preempção dentro de trinta dias, a contar da notificação judicial ou comprovadamente efetuada, mediante recibo" cf. LUZ, Valdemar P. da. Estatuto da terra 2ª ed. Porto Alegre, SAGRA, 1991,

76 Trechos da entrevista concedida por Sr. Zé Rita em 20/03/93.

77 Idem

Na memória social do grupo, os herdeiros que se envolveram diretamente nos conflitos com os moradores, além de desejarem sua saída da terra ainda divulgavam diante de outros grupos sociais uma identidade que eles não se davam e que era bastante negativa: a de comunista.

*"Porque o exército veio pra Rodrigues (proprietário) fazer combinar com os moradores para que os seus moradores tivessem direitos e Rodrigues não queria, queria voar tudo prá fora sem... ele chamava a gente de comunista... aí foi obrigado o exército vim pra casa dele e tratou:*

*- Vocês têm que trabalhar, e você (se dirigindo ao proprietário) tem que dá o direito a eles também, não pode ser assim, de avoar tudo prá fora sem que eles tenham direito. Então, o sr. que é o dono da terra, tem que acudir o pequeno, porque não pode ficar tudo abandonado. Aí foi quando ele disse: "É que eles são um bando de comunista, que quer tomar as terras da gente". Foi no tempo das Ligas"<sup>78</sup>*

Nessa fala do proprietário (herdeiro) lembrada pelo Sr. Benedito os trabalhadores são denominados de comunistas na presença dos representantes do exército. A imagem de comunista não é uma imagem que agrada a esses trabalhadores, pois comunista para eles significava ter um projeto que "tomava" as terras dos proprietários. Além disso, ser comunista significou estar associado às Ligas, e ser defensor do seu projeto, condições em que esses trabalhadores não se reconhecem, seu projeto de acesso à

terra havia sido elaborado por representantes da Igreja Católica e era bastante diferenciado do das Ligas Camponesas. Os herdeiros, portanto, queriam denegrir a imagem dos trabalhadores diante do exército, conferindo-lhes uma identidade indesejável.

As representações do Sr. Zé Rita sobre a presença do exército no Serrotão nos anos 60 e 70 são imagens positivas, na medida em que, acreditam eles, o exército estava no Serrotão com interesse de ajudá-los. Os membros do exército representavam a "ordem", que tinha sido desorganizada pelos herdeiros do Major.

Entretanto, perguntamos: porque o exército era solicitado para intermediar as relações entre herdeiros e proprietários? E quem o solicitava? Se eram os proprietários que o via como aliado, por que os trabalhadores construíram sobre ele esta representação positiva? Se eram os trabalhadores quem o solicitava, qual a imagem do exército em Campina Grande, na época? São questões que poderão ser respondidas em uma outra pesquisa.

No momento, o que estamos registrando é a evidência de que forças coercitivas, de hierarquias diferenciadas são representados por este trabalhador de forma diferente, como é o caso da polícia. Esta, é vista como aliada dos proprietários e, quando solicitada, dava conta da situação de forma arbitrária.

*"Rodrigues veio com a polícia e nós tava na hora da audiência. Um bocado de*

gente, aí nos fomos cercados <sup>96</sup> pela  
polícia... quando dei fé chegou três  
carros de polícia... 3 ou 4, aí nós  
fomos cercados, aí pegaram os troços de  
Chico Canuto (morador) e botaram tudo no  
meio da estrada sem direito a nada"<sup>79</sup>

No depoimento acima, observamos que os proprietários e a polícia são concebidos como inimigos dos trabalhadores, por não reconhecerem seus direitos. A evidência mais provável é a de que as representações que os trabalhadores têm do exército são construídas a partir do presente. Nos conflitos contemporâneos, quem é chamado a intervir é a polícia militar e não o exército. Esta instituição hoje constrói uma imagem, para a sociedade, diferente daquela que construiu com sua prática, nos anos da ditadura.

Nesse sentido, o uso de impressões do presente para verificar o passado nos parece evidente. A própria noção de direito foi construída depois da experiência da perda da terra no Serrotão, mas o Sr. Zé Rita quando narra os conflitos entre os trabalhadores e a polícia durante os anos 60 e 70, tem o entendimento de que os trabalhadores na época já tinham clareza dos direitos sobre a terra. A outra possibilidade está ligada à idéia de que o projeto das Ligas Camponesas não era o mesmo dos trabalhadores do Serrotão. Quanto a este aspecto, exército e trabalhadores não se concebiam como "inimigos". O projeto de "Reforma Agrária" das Ligas não foi incorporado por todos os trabalhadores, e

---

79 Ibidem

a derrota deste projeto antes de ser uma derrota de todos, parece ter sido a derrota de alguns grupos sociais, dos quais se exclui parte da Igreja Católica e trabalhadores rurais por ela acompanhada.

Como se vê, as representações dos entrevistados sobre os anos 60 e 70 no Serrotão carregam a marca da tensão, do conflito. É possível observar que no Serrotão, a religiosidade tem um papel importante para reforçar a memória do grupo. As imagens do passado apontam a força da religiosidade para explicação do mundo. A terra é considerada sagrada. Os mitos do Major, dos líderes sindicais são exemplos desta explicação da realidade. Mas se a religião tem sua fatia de interferência no passado, há outras situações possivelmente do presente que permitem a reelaboração do passado. Acreditar na figura bondosa do Major sem o ter conhecido, é uma forma de resistir a prática dos herdeiros. Os trabalhadores, ao repudiarem as práticas destes, evocam o exemplo de conduta do Major. Esse modelo de comportamento parece ser uma construção para se contrapor a tais práticas.

Assim, chegamos ao "fim" das lembranças do Serrotão nos anos 60. As constantes pressões dos proprietários sobre os trabalhadores permitiram o "esvaziamento" do local. A fazenda, que antes era formada por centenas de moradores cultivando roçados, transformando a mandioca em farinha, negociando com mercadores, transformou-se, durante os anos 60 e 70, em um grande

monstro adormecido, esperando o momento de ser comercializada. As ruas foram se aproximando, as estradas foram asfaltadas (Br. 230) e assim estava praticamente concluído o processo de reorganização do espaço.

A nossa pesquisa não verificou os "destinos" da maioria dos moradores-foreiros, que foram expulsos nas décadas de 60 e 70 do Serrotão. As informações que temos são resultados de conversas com alguns ex-moradores e com os assentados do Condomínio e que são em geral, muito vagas.

Alguns moradores receberam alguns "trocados", representando a indenização; outros formaram uma rua só de trabalhadores expulsos do Serrotão, em Lagoa de Dentro, área vizinha ao Serrotão, com o nome de "Rua da Fome"; outros foram cultivar a terra no Sítio Lucas e nas fazendas próximas, localizadas nas áreas periféricas de Campina Grande; e outros ainda, foram morar e cultivar a terra na Fazenda Ramada.

É nesta última área, que vamos continuar acompanhando-os. Nessa fazenda verificamos mais um conflito de terra em 1980, do qual participaram agricultores que haviam trabalhado no Serrotão, seus filhos, e agricultores que vieram das mais diversas regiões próximas à cidade de Campina Grande. De uma forma geral, são agricultores que residem na periferia desta cidade há muito tempo, e que, há um longo período, cultivavam pequenos roçados nessas áreas.

7. "A luta pela terra nas pontas de ruas": as lembranças dos conflitos na Fazenda Ramada nos anos 80.<sup>99</sup>

Para rastrear as lutas desses trabalhadores nessa área, utilizamos depoimentos dos trabalhadores assentados no Serrotão, acompanhamos a luta na justiça através da leitura do Processo-Judicial que trata da Ação de Manutenção de Posse impetrada pelos trabalhadores, e a pesquisa nos jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba. Para localizar o leitor, chamamos a atenção para as imagens do bairro de Bodocongó hoje, 15 anos depois deste conflito.

O bairro apresenta um "desenvolvimento" já há um certo tempo e sedia uma das mais antigas indústrias de Campina Grande, - A Indústria Textil S.A, fundada em 1933. Durante a pesquisa, ela tinha nos seus quadros aproximadamente 300 trabalhadores entre homens e mulheres, produzindo tecidos crus ou "sacaria", como popularmente se conhece. A produção era vendida para a Paraíba, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Do universo dos 300 trabalhadores da fábrica, 95% são moradores do bairro<sup>80</sup>.

Outras indústrias como a Ipelsa, a Rovsa e alguns Curtumes fazem parte da imagem urbana do bairro, no qual se encontram ainda o Matadouro Municipal, o Campus II da Universidade Federal da Paraíba, algumas Faculdades da Universidade Estadual, e o Instituto Médico Legal. É um

---

80 Esses dados foram coletados em 17/02/1993 na Indústria Textil localizada no Bairro.

bairro que já foi palco de muitas lutas, tendo como mediadores, representantes da Igreja Católica, com atuação de várias pastorais, membros das SABs (Sociedades de Amigos de Bairros), Clubes de Mães, e militantes de Partidos Políticos.

Toda essa área, na década de 50 e início da década de 60, era constituída de roçados. Os roçados iam desde o Serrotão até onde atualmente, está localizado o Campinense Clube, a aproximadamente 4 km do Serrotão.

Vejamos algumas lembranças dos entrevistados sobre a área nos anos 60.

*"Ali em Bodocongó, tudo era roçado, tudo era mato, mato assim... capoeira. Mata grande... era onde nós trabalhou. O povo trabalhava tudinho na roça. Todo mundo quando era de tarde ia embora prá suas casas, mas já em outro canto, num sabe? Olhe no começo a gente já plantava batata doce lá no conjunto dos professores, a gente já plantava batata doce, ali, tinha pé de umbu; ali a gente passava dentro dos mato prá ir aos roçados"<sup>81</sup>.*

Nesse primeiro depoimento, observamos uma imagem do passado saudosista. São as memórias do trabalho, onde as imagens do roçado, das culturas plantadas, permitem-nos compreender que esse contexto social foi um sonho dos homens que viviam de cultivar a terra, mas que parece ter passado e não volta mais. A expressão da entrevistada: "o povo tudinho trabalhava no roçado", faz com que compreendamos que nesse período havia muita gente cultivando a terra em Bodocongó, e

81 Trechos da entrevista de D. Lourdes Amâncio concedida em 25/07/93.

que a área se constituía no seu ponto de vista de uma "comunidade de agricultores".

Além do mais, as lembranças desse período são evocadas a partir de suas experiências do presente, como veremos neste depoimento abaixo, onde os entrevistados afirmam que a terra não era de jogar gado, era só de agricultura, referindo-se às formas de expulsão utilizadas pelos proprietários na área nos anos posteriores.

*"A terra só uma parte era de agricultura, a que a gente trabalhava... essa terra num era de jogar gado, era só de agricultura, dele arrendar... era livre assim prá o povo trabalhar, pagando o foro, pagando os direitos da pessoa".<sup>82</sup>*

*"Eu cheguei a trabalhar cinco (5) anos mais ou menos, e essa terra já vinha de agricultura de antigamente, conforme dizia outros agricultores. Pagava foro todo ano, pagando foro adiantado, pra ter direitos a entrar no outro ano. Cerca de trezentas (300) famílias mais ou menos trabalhavam nessas terras. Era muita terra e não só era essa não, a gente trabalhava nessa terra e ainda tinha muita terra desocupada".<sup>83</sup>*

As lembranças desse período registradas na memória dos trabalhadores assentados no Condomínio Alto Serrotão, mostram que essa área também foi desbravada por trabalhadores de origem rural, para cultivar roçados. Não temos condições de afirmar o tempo em que as primeiras

---

82 Idem

83 Trechos da entrevista de Severino Crispim concedida em (22/08/93)

famílias de agricultores chegaram à área para cultivar a terra. Os fragmentos do passado registrados na memória de alguns entrevistados, apontam para os anos anteriores à década de 60. Para outros, a área já vinha sendo utilizada para agricultura há muito mais tempo. Portanto, o tempo de cultivo nas terras em Bodocongó é um "tempo longo", mas "impreciso".

A fazenda Ramada ficava situada onde atualmente as pessoas consideram como "Bodocongó Velho", para diferenciar a área do bairro onde foram edificadas vários conjuntos populares, e que é conhecido como "Novo Bodocongó".

Essa fazenda sofreu o processo de partilha em 1953<sup>84</sup>. A propriedade pertencia a Dinamérica Alves Correia popularmente conhecida por D. Merquinha. Depois do seu falecimento, a terra foi partilhada, cabendo às filhas Iracy Alves Correia e Lourdes Alves Correia, um mil e quinhentos hectares. Dessa parte, as beneficiadas fizeram doação de quatrocentos hectares a Roberto Correia do Monte (neto da falecida Merquinha), e lotearam quarenta hectares.

Os herdeiros deram continuidade à prática anterior de D. Merquinha e continuaram cedendo a terra aos agricultores que os procuravam, na forma de arrendamento<sup>85</sup>. Parte da área, o governo do Estado desapropriou e construiu

84 Cf. Processo judicial nº 124/1981. 3º Cartório - Fórum Afonso Campos - Campina Grande - PB

85 Os trabalhadores que cultivaram a terra nesta fazenda ora se denominam rendeiros ora foreiros. A descrição dessa relação pelos entrevistados é de arrendamento rural. Nesta relação segundo o Estatuto da Terra no Art. 95, os trabalhadores arrendam a terra por tempo indeterminado mas o prazo de término do contrato deve ser sempre depois da colheita. Cf. Luz, Waldemar P. da. Estatuto da Terra, Porto Alegre, SABRA, 1991.

um conjunto de 3.000 casas populares, mas faltavam as obras de infra-estrutura básica, como água, luz e canalização de esgoto. Em 1983, centenas de famílias ocuparam o conjunto e deram-lhe o nome de "Malvinas". Ainda hoje é este nome que persiste. Vizinho ao conjunto, a propriedade ainda pertencia aos herdeiros, que continuaram arrendando aos agricultores para cultivar.

Em frente dos roçados já havia o Conjunto "Severino Cabral", que também foi edificado através de desapropriação, feita pelo Estado, para construção de casas populares. Em uma rua próxima aos roçados, havia uma casa de farinha de propriedade de um agricultor e servia para transformar a mandioca que vinha dos roçados, em farinha, goma e beiju. Era comum nas quintas e sextas-feiras, as famílias se reunirem para levar a mandioca para a casa de farinha para fazer a transformação. Ainda hoje, a memória popular registra a rua Manoel Adelino de Melo como rua da casa de farinha.

Foi nessa área da cidade de Campina Grande que trabalhadores desbravando, destocando e cultivando a terra, retiravam parte de sua sobrevivência. Nela, aproximadamente trezentas (300) famílias plantavam milho, feijão, batata-doce e mandioca na condição de "rendeiros". Entre os agricultores entrevistados, há famílias que trabalharam na terra durante mais de vinte anos. Todos os dias, ao terminarem suas atividades nos roçados, os trabalhadores se

dirigiam para suas residências que se localizavam próximas aos roçados.

Os trabalhadores cultivavam a terra em uma área onde já se havia iniciado o projeto de urbanização do Estado. De um lado, Bodocongó "velho" e, de outro, o "novo". Apenas 300 hectares de terra estavam disponíveis para o cultivo da terra, enquanto o Estado não desse continuidade ao projeto de urbanização. Este projeto não tardou a vir e a forma de viabilizá-lo foi expulsar os trabalhadores que cultivavam a terra nesta fazenda.

Em outubro de 1980, a faixa de terra de aproximadamente 300 hectares, pertencente aos proprietários já citados, e arrendada a 126 agricultores, foi invadida por mais ou menos duzentas rezes de propriedade de um Sr. chamado Manoel Damião, popularmente conhecido por "Neco Damião".

Essa invasão, autorizada pelos proprietários da terra, segundo depoimento dos entrevistados, causou pânico nos agricultores que viram suas lavouras completamente destruídas. Esta informação foi ratificada pelos trabalhadores, no processo-judicial estudado. Possivelmente, muitos trabalhadores que cultivavam a terra na Fazenda Ramada - não perceberam que a boiada colocada para comer as culturas plantadas fazia parte das medidas que deveriam contribuir para a "rua" chegar, ou seja, a terra estava sendo cultivada, enquanto o mercado imobiliário não a requisitasse para dar início às construções.

O primeiro sinal da construção de conjuntos de casas populares veio através da invasão do gado que destruiu as plantações dos agricultores. De forma "estranha" também, as cercas haviam sido cortadas em vários lugares. Por várias vezes as iniciativas tomadas pelos agricultores eram botar o gado para fora, consertar as cercas e procurar saber de quem era o gado. Informação difícil de se ter, ninguém sabia ou não queria informar.

Ao anoitecer, os agricultores faziam várias tocaias para evitar que o gado destruísse as plantações. Numa tocaia de sucesso, o gado ia sendo preso no Matadouro Municipal que fica localizado no bairro, medida que imediatamente foi proibida pelos funcionários que dirigem o Matadouro. Também as cercas que haviam sido levantadas pelos trabalhadores, com frequência, eram incendiadas. Durante os dias de outubro de 1980, essa prática foi rotina na vida deles. Na fazenda Ramada, construíram alternativas singulares de manter-se na terra. Reconstruir as cercas, prender o gado no Matadouro Municipal, embora não tenham surtido o efeito desejado, podem ser compreendidas como uma ação de resistência à construção dos conjuntos populares. É uma resistência às inovações que o Estado e os proprietários da terra queriam impor aos trabalhadores da área. Concordar com essas inovações significava aceitar a perda do acesso à terra. Atribuímos a essa experiência de resistência desses trabalhadores, o que THOMPSON (1979) interpreta como "cultura tradicional e rebelde":

106

*"La cultura conservadora de la plebe se resiste muchas veces, en nombre de la <costumbre>, a aquellas innovaciones y racionalizaciones económicas (como el cerramiento, la disciplina de trabajo, las relaciones libres en el mercado de cereales) que gobernantes o patronos deseaban imponer." (cf. p. 45)*

Se o projeto dos proprietários era, naquele momento, negociar a terra com o Estado e, apresentar para a sociedade "seus interesses" no processo de urbanização, mesmo que este empreendimento fosse realizado através da expulsão dos trabalhadores, para estes, que viviam do cultivo da terra na área, essas inovações não interessavam, porque vinham justamente contrariar o seu desejo de nela permanecer. Além disso, a tática de colocar o gado na terra pelos proprietários representa para os trabalhadores a dissolução das relações de trabalho que, embora com dificuldades, antes, proporcionava a sobrevivência de sua família.

Observamos a memorização de D. Lourdes sobre aquele momento de ocupação da terra pela boiada:

*"Quando foi um dia meu marido tava com mais de uma cinquenta (50) de mandioca velha que era prá vender. Ele tava no roçado e veio almoçar. Aí chegou uma pessoa na carreira e disse:  
- Sr. Pedro, vá olhar o roçado, tá completo de gado. Pedro correu, deixou o prato na mesa, quando ele chegou lá, tava o roçado, a mandioca acabada. Era gado prá todo lado. Soltaram os gado dos fazendeiros tudinho. A gente lutou... lutou... uns corria prá um canto, outros prá outro. Ia prá imprensa, outros*

pediam ajuda de todo mundo, terminou<sup>107</sup> a  
gente perdendo a terra da Ramada<sup>86</sup>

Embora D. Lourdes afirme nesta fala acima que lutou com os demais trabalhadores para permanecer na terra, na fala abaixo, ela representa a luta como insuficiente e apresenta o medo de lutar como a razão principal da perda da terra:

*Naquele tempo o povo tinha medo de lutar... o povo ainda tem medo... hoje não tem mais não... de lutar por nada... ninguém tá roubando... a gente tá procurando os direitos da gente... Quando a gente soube que essa terra tava vendida... foi quando a gente viu o gado tudinho destruindo os plantios. O assunto é que era prá construir, né? ... realmente, construir casa popular... muito depois surgiu as Malvinas, e ainda hoje continua construindo".<sup>87</sup>*

As lembranças de D. Lourdes sobre a invasão da boiada nas terras cultivadas, foram relatadas com tristeza e agonia. Quando lembrava daquele começo de tarde de um dia de outubro, seus olhos encheram-se de lágrimas. Revoltada com a situação, ela afirma ser culpa dos agricultores que não estavam ainda organizados, tinham medo de lutar. A compreensão de luta para D. Lourdes está ligada possivelmente àquelas encaminhadas pelo partido. D. Lourdes já militou muito tempo no Partido dos Trabalhadores, tendo sido, inclusive, candidata a vice-prefeita em 1982.

---

86 Trechos da entrevista de D. Lourdes Amâncio concedida em 25/07/93.

87 Idem

Entretanto, como podemos observar em várias passagens de seus depoimentos, não houve ausência de luta, mas ausência de uma luta particular do partido, que ela parecia desejar naquele momento.<sup>88</sup> Contudo, as resistências que aqueles trabalhadores vivenciaram foram singulares naquele contexto social.

O acontecimento de outubro ficou gravado na memória de D. Lourdes. As imagens mais marcantes foram os roçados sendo destruídos pelo gado, e a luta do marido quando foi socorrer os plantios do roçado. Quando D. Lourdes afirma que não ganharam a terra porque não lutaram, nos faz acreditar que os trabalhadores não conheciam o projeto do Estado. Contudo, quando a boiada invadiu a área já fazia aproximadamente um mês que o Estado havia desapropriado parte da área para construir conjuntos de casas populares. Vejamos abaixo trecho da cópia do Diário Oficial encontrado no processo-judicial.<sup>89</sup>

*"...O imóvel referido no artigo anterior (art. 1º) destina-se à construção de um conjunto habitacional de interesse social, pela Cia. Estadual de Habitação Popular, que fica autorizada a promover desapropriação mediante acordo ou procedimento Judicial, incorporando - se ao seu patrimônio o imóvel desapropriado". (decreto nº 712-1980).*

---

88 O Partido dos trabalhadores foi formado em Campina Grande no início dos anos 80.

89 Cf. Processo Judicial nº 124/1981. 3º Cartório. Fórum Afonso campos - Campina Grande - PB

Portanto, antes da boiada invadir o terreno, os agricultores já tinham mais um patrão, o Estado. Este, representado na época pelo então governador Tarcísio de Miranda Burity, desapropriou parte da propriedade em que os trabalhadores cultivavam e, possivelmente, incubiu os proprietários da estratégia de isolar o projeto dos trabalhadores através da expulsão. Os trabalhadores puseram em ação as armas de que, naquele momento, dispunham.

Alguns acompanhamentos foram dados aos trabalhadores, nos mais diversos níveis: reuniões orientadas por professores da Universidade Federal da Paraíba, advogados, membros do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, representantes da Pastoral da Terra, alguns partidos políticos etc., dando início a uma batalha judicial. Os trabalhadores mudaram de idéia dando prioridade à Ação Possessória, em vez da Indenização dos danos causados pelo gado.

No dia 20 de março de 1981, foi dada entrada na Justiça a uma Ação de Manutenção de Posse pelos trabalhadores da Fazenda Ramada. As denúncias na imprensa local não haviam surtido o efeito prático e esperado, embora tenham contribuído para despertar um sentimento de luta, de vontade de se manter na terra. A idéia dos trabalhadores, naquele momento, foi usar um dos mecanismos utilizados pelos proprietários quanto "se sentem ameaçados" - a Lei. Vejamos na inicial do processo de Ação de Posse<sup>90</sup>, como são

90 Cf. Inicial do Processo Judicial já citadas.

construídas, pelo advogado, as identidades dos trabalhadores envolvidos.

*"...os postulantes há mais de 15 anos por força de um contrato tácito de arrendatário exploram a Fazenda Ramada em Bodocongó, encravada neste município, pagando anualmente ao seu proprietário o valor ajustado, conforme recibos rubricados, ora pelo proprietário, ora pelo administrador.*

Neste trecho da Inicial do Processo, os agricultores, representados pelo advogado, recebem uma atribuição de ordem jurídica: são nomeados de "postulantes". Essa imagem, criada pelo advogado, é a de um cidadão que apresenta, diante do poder judiciário um tempo de trabalho na fazenda do proprietário, documentado através de recibos, mesmo que a documentação estivesse irregular. Abaixo, aparece na fala do advogado uma justificativa pela ausência da comprovação dos recibos mais recentes:

*...nos idos de 1972 foi pelo proprietário introduzido um contrato de arrendamento formal... entretanto, os arrendatários mais antigos deixaram de formalizar os seus contratos por entender, que estes estavam renovados automaticamente; ...ultimamente, ou seja, o proprietário deixou de fornecer recibo de pagamento correspondente ao arrendamento, todavia, os requerentes, cercados de boa fé e considerando serem rendeiros, sem existir entre arrendador e arrendatários a menor dúvida, e mais, por serem pessoas ignorantes não se apressaram em exigir o documento (recibo), referente aos pagamentos das anuidades que*

religiosamente são efetuados no mês <sup>111</sup> de  
outubro de cada ano:<sup>91</sup>

As identidades dos trabalhadores criadas pelo seu defensor jurídico, para justificar a continuidade do tempo de trabalho na terra, mesmo sem as provas documentais, é de "pessoas de boa fé", "rendeiros" e "ignorantes".

São imagens elaboradas com intenção de sensibilizar o juiz, na medida que, no conteúdo dessas identidades, está o perfil de pessoas excluídas, pela sociedade, do acesso ao conhecimento das leis, não tendo por isso exigido, do proprietário, os recibos. E ainda, para tocar a sensibilidade do juiz, o advogado aponta, na fala abaixo, os responsáveis pela desorganização do trabalho que contribuía para a sobrevivência desses trabalhadores.

*...os postulantes exploram com culturas de subsistência (milho, feijão, mandioca, algodão) e mais verduras, numa área de cem hectares;... precisamente há trinta dias, foram os postulantes surpreendidos com uma invasão de uma boiada, de mais de duzentas reses pertencentes ao sr. Neco Damião nos campos de plantação, precisamente quando se preparavam para colheita. Todavia, tal invasão foi feita por ordem do proprietário dos imóveis sobreditos". (Inicial do Processo datada de 17 de novembro de 1980)<sup>92</sup>*

A luta na justiça continuou, e nos roçados também. Os trabalhadores permaneceram cultivando a terra até a

---

91 Idem

92 idem

ordem judicial. Por outro lado, a pressão dos proprietários aumentou. Dessa vez foi o mais novo proprietário, o Estado. O Governador do Estado, através da Cehap, numa manhã de 14 de abril de 1981, também ordenou a ocupação dos terrenos cultivados, colocando tratores para aplainar a terra. A "rua" precisava chegar, anunciava a presença das máquinas.

Na parte desapropriada pela Cehap, foi constatada, através dos peritos legais a presença de 111 roçados em uma área de 100 hectares. Na parte restante da terra, pertencente às Sras. Maria de Lourdes Correia e Iraci Correia, foi constatada a existência de 46 roçados em 50,25 hectares, e nas terras de Roberto Correia do Monte, 11 roçados em uma área de 9,50 hectares, totalizando 168 roçados<sup>93</sup>. Alguns agricultores possuíam mais de um roçado e nem todos entraram na justiça, mas aqueles que o fizeram, enfrentaram os antigos proprietários nos tribunais e nos roçados.

As primeiras atitudes de resistência dos trabalhadores foram no sentido de afastar o gado das terras cultivadas, mas foram ameaçados pelo vaqueiro dos proprietários. Segundo os entrevistados, quando os trabalhadores tentavam conversar com os proprietários, estes faziam "ouvido de mercador"; quando levantavam as cercas, no dia seguinte elas encontravam-se no chão. Essas atitudes de resistência-negociação dos agricultores, contribuíram também

93 Estes dados estão nos relatórios que os peritos fizeram nas fazendas Ramada. Eles foram indicados pelo juiz e pelas partes interessadas. Cf. Processo Judicial já citado.

para que os proprietários criassem também novas estratégias para enfrentá-los, por exemplo: quando os trabalhadores levantavam as cercas, eram acusados perante autoridade policial de estarem levantando-as em lugares onde não haviam existido antes e conseqüentemente alterando a dimensão da posse em questão. Muitos deles foram "convidados" a prestar esclarecimentos na delegacia. Esta situação que, do ponto de vista dos entrevistados, foi criada pelos proprietários, tinha um objetivo: derrubar a medida provisória cedida pelo Juiz no dia 15 de maio de 1981, que determinava a Manutenção Provisória da Posse. Essa decisão do juiz em dar a Posse Provisória permitiu que os trabalhadores continuassem plantando na área até a sentença final do processo.

No dia 02 de fevereiro de 1982, a Cehap impetrou um Mandato de Segurança no Tribunal de Justiça do Estado, contra o Ato de Jurisdição do Juiz que havia mantido provisoriamente a posse dos agricultores da fazenda Ramada. No dia 10 de abril de 1982, ocorreu um acordo entre as partes envolvidas, sendo determinado que o prazo para desocupação da área seria 30 de junho de 1982.

Entretanto, os trabalhadores só entregaram as terras da família Correia no dia 02 de agosto de 1982, e as terras da Cehap, no dia 10 de Dezembro de 1984. Essa última situação se deveu ao fato de que, embora os agricultores tivessem tomado conhecimento de ordem legal para desocupar as terras, observaram que as terras do Governo estavam

"abandonadas". A capoeira havia tomado conta e nenhuma casa havia sido construída. Os agricultores decidiram voltar a cultivar a terra, e só então, depois de uma reclamação da Cehap na Justiça, o Juiz determinou a imissão de posse.

Nos conflitos de terra que ocorreram na fazenda Ramada era visível a presença de dois projetos bastantes diversificados. O dos trabalhadores que desejavam a terra para continuar cultivando, e o do Estado que desejava a terra para desenvolver o projeto de urbanização e construir casas populares.

#### 8. "Péssimas lembranças... mal tempo no Serrotão...

Alguns trabalhadores, quando expulsos da fazenda Ramada em 1984, procuraram outras terras para cultivar. Quando houve o acordo judicial em 1982, alguns deles voltaram ao Serrotão para trabalhar nas terras de José Nascimento, anteriormente pertencentes à família do Ô; outros, nas terras do Sr. Rodrigues, também comprada da família do Ô, e outros só vieram em 1984, quando foi acionada a justiça pela Cehap para que eles saíssem da fazenda Ramada.

Esse fato contribuiu para que muitos trabalhadores que haviam saído da Fazenda Ramada ficassem trabalhando no Serrotão em propriedades distintas. Quase todos os

trabalhadores expulsos voltaram a trabalhar nas terras que no final da década de 50 pertenciam ao Major Juvino do O. Essa não foi a única vez que os agricultores voltaram a trabalhar nas terras do Serrotão, e também não foi a última que o gado entrou em cena para destruir as lavouras dos agricultores.

Para os trabalhadores que lá estavam e para aqueles que iam chegando, ficaram péssimas lembranças, foi um mal tempo no Serrotão.

Mais uma vez, o acesso à terra nessa área, e a relação com o proprietário eram simbolizados pelas relações de trabalho já comuns a eles, principalmente o pagamento do foro. A obrigação de deixar a pastagem para o gado, fazia parte das exigências dos mais novos proprietários do Serrotão. Aproximadamente 40 famílias trabalhavam em 126 hectares de terra, localizados no Serrotão, onde posteriormente foi construído o conjunto de casas populares, denominado Conjunto Mutirão. Plantando feijão, milho, batata-doce, abóbora e algodão, essas famílias conseguiram, segundo MELO (1988), "lucrar", no ano anterior à ocupação (1983) 16 toneladas de milho, 9 de feijão, 5 de fava e meia de algodão.

Mas a chegada da "rua" anunciava a existência de mais um conflito entre proprietários e trabalhadores. Segundo os entrevistados, os agricultores que lá estavam cultivando a terra também foram pegos de surpresa e, desta vez, não foi o "gado que chegou" destruindo as plantações,

mas as máquinas de uma construtora, por determinação do Estado. Mais uma vez, o Governador do Estado, na época (1984) Wilson Braga, autorizou a desapropriação de quase toda a terra do Serrotão, sem o conhecimento dos trabalhadores que lá estavam cultivando.

*"As lavouras foram destruídas pelas máquinas, sem que os gritos de piedade de várias mulheres com as mãos na cabeça, e de homens que durante muitos meses trabalharam para conseguir alguns sacos de feijão, fossem atendidos".<sup>94</sup>*

Esses trabalhadores foram despejados às pressas pela FUNSAT - Fundação Social do Trabalho - com o discurso de empreender a construção de dois mil "embriões" de casas, em mutirão. Outra vez o governo não cumpriu o prometido e, no dia 19 de janeiro de 1984, parte das terras do Serrotão, cento e vinte e um (121) hectares, desapropriadas pelo Estado foi ocupada pela população que estava precisando de moradia. O Estado, através da FUNSAT, resolveu distribuir os lotes de terra, incentivando a população que havia ocupado o terreno a construir as casas em mutirão. MELO, estudando o desenvolvimento urbano de Campina Grande, neste período, chama a atenção para a qualidade das moradias que foram construídas pelo Governo Estadual na época: *"as moradias que os órgãos responsáveis estão construindo ultimamente são apenas embriões de casas, com 18 m<sup>2</sup> onde a família se amontoa e se comprime..."* (p. 27)

94 Trechos da entrevista concedida por D. Lourdes Amâncio em 25/07/93.

E, ainda assim, nem toda terra foi ocupada com a construção do conjunto popular "O Mutirão". O restante da terra estava entregue à capoeira, e, por isso foi também ocupada, conforme afirma um entrevistado:

*"Depois começaram a construir, a fazer rua, onde é o Mutirão hoje, mas o movimento foi pra ocupar pouca terra, e ficou a terra quase toda em capoeira. A capoeira tomando conta. Através disso ficou um morador lá (Sr. Nivaldo). Esse morador não tinha pra onde ir, e botou na Justiça, e vai lá... mas pra o final, ele foi expulso de uma vez, por conta da terra, e se ele não sair, chamam a polícia pra tirar ele".<sup>95</sup>*

É justamente nessa área "entregue à capoeira" que, atualmente, 39 famílias estão assentadas desde 1986, como veremos no próximo capítulo.

Chamamos a atenção do leitor para o fato de que a luta pelo acesso à terra na zona oeste da cidade, por esses trabalhadores data de um longo tempo. Na memória dos entrevistados, as lembranças do passado apresentam-se com a interferência do presente. As influências das experiências do presente podem ser percebidas na construção que fazem da relação com o Major, na construção dos mitos de Zé Euflauzino e Zé Gonçalves, na interpretação do acesso à terra, enfim o passado é reelaborado a partir de impressões do presente.

---

95 Trechos da entrevista concedida por Sr. Severino Crispim em 10/08/93.

Declarações do tipo: "O Major não exigia nada"; "não jogava o gado"; "não mexia com a gente", anunciam que na relação com o Major não havia conflitos. Mas, se não havia conflitos nessa relação, como o conflito ausente faz-se presente na fala dos entrevistados? É através do diálogo do passado com o presente. "Quem exigia", "quem jogava o gado", "quem mexia" com os agricultores eram os proprietários de terra para os quais os entrevistados trabalharam posteriormente. E assim, eles reelaboram o passado, tornando-o inteligível.

Nas suas representações do passado, entra em cena a disputa pela terra. Nesta disputa os protagonistas balisam interesses diferenciados. O desejo dos trabalhadores é ter acesso à terra para cultivar; para os proprietários, a terra se assemelha ao trunfo da carta que é escondida na "manga da camisa". O desmatamento, a limpeza do terreno feita pelos trabalhadores, associado aos benefícios sociais implementados pelo Estado, valorizam a terra que é comercializada pelos proprietários. O Estado se apresenta como comprador das propriedades e dá início ao processo de reorganização do espaço, através da urbanização. Nesse sentido, os interesses são opostos e surgem os conflitos.

Para dar sentido à luta pela terra, os trabalhadores têm, na religiosidade, as estratégias do saber e do poder. O saber provém do conhecimento bíblico adquirido junto aos seus mediadores. As representações políticas que eles têm da sociedade demonstram terem eles a compreensão de

que ela é constituída de sujeitos com interesses diferenciados, provenientes dos possuídos e despossuídos dos bens materiais. Do ponto de vista desses entrevistados, os homens estariam nestas condições por desobediência ao "senhor".

A terra que havia sido "prometida" por Deus, não há como alcançá-la. Neste sentido, a "terra prometida é atualmente todas as terras do mundo". Por isso é necessário lutar por ela e esta tem sido a mensagem da Igreja nas representações dos entrevistados. As necessidades econômicas e sociais associadas ao saber religioso e ao poder que há em suas ações levam estes trabalhadores a lutarem por terra na cidade.

No relacionamento desses trabalhadores com os mediadores no Serrotão, a presença das Ligas foi "silenciada" mas não "esquecida". As imagens que os trabalhadores construíram das Ligas são relativamente negativas, principalmente no que diz respeito ao projeto que eles apresentavam para o acesso à terra. Foi concebido como um projeto violento, que provocava a morte. Para eles, o projeto da Igreja era mais "maneiro", não os jogavam no enfrentamento com os proprietários e não provocava morte. Portanto, o caminho mais sensato era a negociação diretamente com os proprietários ou a luta na justiça.

Nas representações que os entrevistados têm do passado, o marco cronológico refere-se aos anos 60 e 80. Das lembranças desses períodos foram elaboradas identidades a

partir das referências do trabalho na terra. Inicialmente é bastante perceptível a identidade de pobre, de não-proprietário, de homens que tem dificuldades de ter acesso à terra. Essas imagem que elaboraram de si, funciona como uma condição para ter o direito de revertê-la através da luta pela terra.

Durante o caminho que fizeram em busca da terra, várias identidades foram elaboradas. Na relação com o Major a qualidade do padrão de vida foi a referência para construir de si uma imagem de trabalhadores "sem preocupações", e que viviam "sossegados". Com a dissolução dessa relação sentem-se desprotegidos, mas a religiosidade contribuiu para elaborar uma identidade de "povo de Deus" à procura de terra, à semelhança do povo judeu, a partir da interpretação bíblica.

Na luta pela terra, várias identidades são acionadas: agricultor, renteiro, foreiro, mas a que apresenta maior significado é a de posseiro. Essa condição lhes permite ser reconhecidos com direitos à terra, mesmo que esse direito seja frágil e sua identidade seja constantemente ameaçada.

Para nós, a forma como esses entrevistados elaboram suas identidades diferencia-se daquelas que são elaboradas pelos mediadores e pelos intelectuais. Enquanto estes elaboram atributos para classificar os trabalhadores na sociedade, como um "nós" diante dos "outros", na representações dos nossos entrevistados foi possível

observar que as imagens que elaboram de si, partem de suas experiências trabalhando e lutando para permanecer na terra, do conhecimento que tem sobre a Bíblia e sobre o Estatuto da Terra.

No próximo capítulo apresentaremos as táticas e estratégias que esses trabalhadores elaboraram para conquistar a terra não prometida.

**CAPITULO SEGUNDO**

**"A BUSCA DA TERRA NAO  
PROMETIDA"**

## "A BUSCA DA TERRA NÃO PROMETIDA"

Na primeira parte deste capítulo, decidimos apresentar, para o leitor, as lembranças de alguns trabalhadores assentados no Condomínio Rural Alto Serrotão. Por meio da memória, desejamos resgatar as suas experiências de vida, durante o percurso que fizeram do campo para a cidade, e discutir as identidades elaboradas a partir das representações que eles fazem do percurso realizado. Metodologicamente, nossa intenção é compreender como são elaboradas as imagens que eles têm de si e daquele momento, observando até que ponto o presente ajuda nessa reelaboração. Escolhemos três relatos de trabalhadores que estão assentados no Serrotão: o de Carmita, que participou, pela primeira vez, da luta pela terra em 1986; e o de D. Lourdes e Severino Crispim, que iniciaram a luta, desde 1980, nas Fazendas Ramadas e Bodocongó. Na segunda parte, vamos trabalhar as estratégias e táticas dos assentados para conquistar e permanecer na terra.

### 1. Lembranças da trajetória Campo-Cidade

*"Eu nasci em Alagoa Nova. Depois fui morar em Areia. Quando minha mãe morreu,*

a gente morava em Areia. Eu tinha treze anos, eu acho que seja assim. Quando minha mãe morreu, nós éramos seis irmãos. A mais velha ficava dentro de casa, era eu. E quando minha mãe morreu, a gente tudo dentro de casa sem saber o que ia acontecer, que isso é o que eu não gosto de falar... e quando foi no outro dia meu pai pegou e deu a gente tudinho... a gente não conhece nenhum irmão, nem irmã, nem nada... deixou a gente no mundo, tudo destruído como se fosse animais... a gente veio da agricultura, meu pai foi morador, foi morador do Major Cunha Lima... peça muito ruim o meu pai. Eu não gosto de falar nele.. eu sei que meu pai não tinha canto certo não, tanto fazia estar aqui agora, como mudar os troços e sair no mundo, ele era como retirante. Eu sei que nós trabalhava lá no Major, ganhava pouco, mas era um pessoal bom para morador. Eu sempre me lembro que quando... se não fosse ladrão, qualquer um podia matar um, e correr prá lá, que depois que passasse pela porteira ninguém tinha esse direito de ir buscar ele lá não. Com a continuação do tempo, eu fui crescendo na casa de uma tia, ela me maltratava muito, eu fugi e vim embora prá Campina e comecei a trabalhar nas casas e conseguimos sobreviver. Depois de dezoito anos fui me entendendo melhor. Com vinte anos fui mãe da primeira filha. Minha filha foi criada como Deus criou batata... A minha vida toda foi de doméstica. Eu desisti de trabalhar nas casas dos outros porque não tinha mais condição. Quando é uma pessoa pobre que entende a gente, tudo bem... pessoa pobre não, pessoa humilde, e aí a gente também se preocupava com a família que tinha deixado em casa abandonada. Um dia eu conheci uma italiana que me deu vida melhor, porque eu só trabalhava meio-dia e assinou minha carteira. Depois eu não tinha mais condição de trabalhar nas casa dos outros, aí fui prá o roçado lá no Lucas. De lá eu trabalhei com Cazé um ano. Eu tinha um roçado lá. Trabalhei bastante no meu roçado, mesmo, só para mim e colhi bastante, só que eu tinha uma família grande. Depois eu saí de lá,

125

*porque terminou a colheita de lá e ele não queria mais arrendar para ninguém... eu acho que o pessoal queria gado. O ricão só quer gado. Aí, eu fui trabalhar em João Mota, agora lá em João Mota tinha muitos problemas, porque a gente não podia fazer um rancho bem feito para morar. Eu morava quase debaixo de um pé-de-pau, porque eu fiz um ranchinho bem bacana e quando foi um dia o vaqueiro disse que tinha que derrubar. Mas eu morava sozinha lá porque minhas crianças eu não ia levar, porque tinha que estudar. Eu morava era só mesmo. Aí ele disse que tinha que derrubar, aí eu derrubei e passei um ano morando no sol. Pronto, trabalhando lá em João Mota foi quando surgiu a conquista desta terra daqui. Aí mandaram me avisar e eu vim.<sup>96</sup>*

O Município onde Carmita nasceu, Alagoa Nova, faz parte de um conjunto de pequenos núcleos populacionais do interior da Paraíba, e fica localizado no Brejo<sup>97</sup>, região caracterizada pela cana-de-açúcar. Essa cultura era a principal atividade agrícola da região, seguida da mandioca, frutas, verduras, agave e cereais, sendo a cana-de-açúcar considerada cultura nobre na região. As demais culturas são cultivadas, em geral, por pequenos proprietários ou meeiros, em terras cedidas por alguns proprietários, para produção de subsistência<sup>98</sup>.

No período em que Carmita saiu de sua terra (final da década de cinquenta), haviam, no município de

96 Trechos da História de Vida de Carmita cedida em julho 93

97 Sobre as características físicas dessa área cf. ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o Homem no Nordeste, 5ª ed. São Paulo, Atlas, 1986.

98 Maiores referências sobre a organização da produção no Brejo Paraibano, cf. GARCIA JÚNIOR, Afrânio. O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Marco Zero, Brasília DF, Editora da Universidade de Brasília, MCT/CNPq 1989.

Alagoa Nova, 36 engenhos de fabricação de rapadura e aguardente, e 341 fábricas de corda de agave<sup>99</sup>. Ainda criança, Carmita foi morar em Areia, município vizinho á sua terra natal, onde também a produção se concentrava na cana-de-açúcar. Ambos os municípios caracterizam-se pela predominância da monocultura, contribuindo para que os trabalhadores que não têm terra tenham grandes dificuldades de sobrevivência.

A forma de Carmita resgatar o seu passado foi construir sua biografia e trazer à tona as imagens da sua família. O marco para as rupturas que se sucedem na sua vida, é a morte de sua mãe. A fala sobre essas recordações estão carregadas de emoções que parecem ser traumáticas: "isto é que eu não gosto de falar", diz, chamando a atenção da pesquisadora. A morte de sua mãe lhe traz recordações das atitudes de seu pai ao abandonar a família e separar seus irmãos, não lhes permitindo a oportunidade de continuarem juntos. Hoje, Carmita sente falta dos laços familiares, dos irmãos que deixou de ver e que não sabe se reconhece ou se estão vivos.

Na memória de Carmita, foi preservado o que marcou sua saída. A morte de sua mãe é a referência para o esfacelamento da família e conseqüentemente a necessidade de "fuga". As imagens de seu pai são bastante negativas e traumáticas, isso pode ser verificado na sua fala. Ela

---

99 Cf. SALES, José Borges de. Alagoa-Nova. Notícias para sua História. Portaleza. Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso. 1990.

transmite ressentimentos, mágoas e tristezas, sendo seu pai apontado como responsável pela desestruturação da família.

Lembrando o tempo em que morou no município de Areia, Carmita sente saudades de um dos patrões de seu pai. Era o Major Cunha Lima. A lembrança mais forte é a da proteção. Essa prática do Major de "amparar assassinos" é vista por ela como de proteção àqueles que o procuravam. Esta interpretação de Carmita pode estar associada a uma necessidade de proteção, pois as únicas imagens positivas são de sua mãe, dos irmãos e do Major. Este, pode estar simbolizando o pai que sonhava ter, já que as lembranças paternas são marcadas pela ausência de proteção justamente no momento em que ela mais precisava, ou seja, quando perdeu a mãe. Portanto, o marco das recordações de Carmita na sua terra de origem é a família. O momento de "desorganização" dos laços familiares é, no seu ponto de vista, quando acontece a ruptura com a família, com o local de origem, colocando em perigo sua identidade, pois as origens genealógicas foram destruídas na sua memória.

Segundo BOSI<sup>100</sup>. 1987, *"As lembranças do grupo doméstico persistem matizadas em cada um de seus membros e constituem uma memória ao mesmo tempo una e diferenciada. Trocando opiniões, dialogando sobre tudo, suas lembranças guardam vínculos difíceis de separar. Os vínculos podem persistir mesmo quando desagregou o núcleo onde sua história*

100 BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos. 2ª ed. São Paulo. T.A. Queiroz. Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

*teve origem*" (p. 344). O vínculo que mantém Carmita ligada à sua origem é a sua família, mesmo que esta seja uma família ausente.

Na cidade, ela assume inicialmente a condição de empregada doméstica e apresenta uma imagem de mulher sofrida, explorada. Além disso, a jornada diária de trabalho na condição de doméstica contribuía para deixar seus filhos "abandonados", situação bastante delicada que lembra o seu passado, quando foi abandonada pelo pai. A única lembrança positiva, na condição de doméstica, é quando a sua patroa italiana assinou a sua carteira profissional.

Mesmo assim, ela resolveu trabalhar novamente na agricultura, nas áreas próximas à Campina Grande, onde nos apresenta lembranças diferenciadas de suas experiências. Na fazenda de Cazé, ela conseguiu trabalhar na terra e manter a família, só saindo de lá quando o proprietário resolveu criar gado. Nessa situação, ela consegue diferenciar os seus interesses daqueles defendidos pelo proprietário. Enquanto ela desejava plantar para alimentar a família, o "ricão, afirma ela, só queria criar gado". Nesta situação podemos observar que Carmita constrói uma imagem de si que é contrastiva com a do proprietário. Sua imagem é criada em oposição à imagem do outro: ela é pobre, ele é rico e têm interesses contraditórios, uma imagem conflituosa influenciada pelo acesso ou não aos bens materiais.

Na fazenda de João Mota, ela lembra que houve "problemas" e o que ficou registrado em sua memória foi o

impedimento, por parte do proprietário, de construir um "rancho" para ela morar. O rancho do qual Carmita fala é um "modelo" de casa feita com barro e vara, e coberta com palha de coco, muito comum nos roçados, para guardar ferramentas. Mas esta, possivelmente, era a única referência de moradia que ela tinha para se abrigar no roçado. As imagens das experiências de Carmita, em sua trajetória do campo para cidade, são imagens fragmentárias do trabalho e da família, e os conflitos tanto são de ordem econômica, quanto emocionais. As duas situações não estão desligadas, são complementares, para explicação das situações vividas posteriormente, criando uma imagem de si, e para o outro (neste caso, nós), de pobre, desprotegida, explorada e angustiada.

Em seguida, vejamos as lembranças de D. Lourdes sobre sua trajetória do campo para cidade.

*"Eu nasci em Caracó, município de Lagoa Nova. Lá eu me criei. Depois com idade de 12 anos mudamos para Campinote, lá foi onde eu acabei de me criar, se casar, de tudo... foi uma vida sacrificada porque desde de criança que meu pai trabalhava na agricultura, e eu sendo a filha mais velha dele, era quem ajudava em tudo. Comecei a trabalhar na casa de farinha, cevar mandioca em cima do quarentão, uma cuia de medir farinha. Botava no chão para mim subir e cevar a mandioca tão criança eu ainda era. Meu pai trabalhava assim, toda vida trabalhou na agricultura, nunca a gente possuiu terra. Quando a gente veio para Campinote, nós viemos trabalhar nas terras de Cicho Caboclo... eu trabalhei toda vida de arrendado, de meia, não sabe? Saímos de lá para o Ceará em 56.*

130

Fomos trabalhar na agricultura porque o povo dizia que lá era bom, e a gente mudou para Serra de S. Pedro, Pedro vendeu as roças, vendeu uma vaquinha que tinha. Os pais dele gostavam de andar assim caçando um canto melhor e a gente foi para lá. Só que nós fomos trabalhar num pedacinho de terra nossa. O dinheirinho que tava no mocó<sup>101</sup>, a gente levou e comprou um pedacinho de terra lá. Sõ que lá era bom tendo inverno, se não tivesse era para morrer de fome. Quando a gente chegou lá não deu essas coisas não. No ano que a gente chegou foi um ano de seca, a gente sofreu e a gente comprava alimentos a essas pessoas que guardava nos silos... eles vendiam a essas pessoas para trabalhar para eles... aí tudinho vivia assim de trabalhar com os patrão. Quando era de tarde, se era dele dar o dinheiro, pagava com farinha ou com feijão... ai a gente vendeu tudo e viemos embora para Campina Grande. Quando viemos para Bodocongó, nós ficamos morando naquela rua da Premol e trabalhando na terra da Ramada<sup>102</sup>.

As lembranças da infância de D. Lourdes têm como referência o trabalho do pai, da casa de farinha, onde o ajudava, raspando a mandioca. É nessa direção que ressaltamos as palavras de BOSI,<sup>103</sup> segundo a qual "A memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia" (1987: p. 298).

Em 1956, a família de D. Lourdes aventurou a possibilidade de possuir um pedaço de terra. Foram todos

---

101 Mocó é a designação que se dá a uma bolsa usada a tiracolo.

102 Trechos da entrevista concedida por D. Lourdes Anâncio em 25/07/93.

103 BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos. 2ª ed. São Paulo. "A Queiroz. Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

para o Ceará. Nessa época, D. Lourdes já era casada: "o povo disse que era bom no Ceará, aí a gente se mudou pra terra de S. Pedro. Foi quando a gente vendeu tudinho: umas roças que tinha e uma vaquinha." Chegaram no Ceará no ano de seca. Compraram um pedaço de terra, mas os problemas começaram a surgir.

Ser proprietária de terra no Ceará não foi o suficiente para realizar os sonhos de D. Lourdes: "*Os proprietários de lá (Ceará) já conheciam a região*". Lá eles poupavam, guardavam os alimentos para se prevenir da seca. Eles não vendiam, e armazenavam em silos construídos na parte superior da casa. Muitos proprietários pagavam os trabalhadores com alimentos. Esse costume vivenciado por algumas famílias no Ceará e lembrado por D. Lourdes, permite ter alimentos nos períodos de seca, e utilizá-los também como pagamento, in natura, aos trabalhadores. E foi nessa condição de trabalho que a família de D. Lourdes teve que viver naquele Estado, mesmo sendo proprietária de um pedaço de terra. "Naquela época, aí estavam tudinho trabalhando pra os patrões, pra receber aquela micharia... meu pai, meus irmãos, tudinho trabalhando assim. Aí a gente vendeu o terreno e viemos embora prá Campina Grande. Viemos embora prá Bodocongó".

As lembranças de D. Lourdes sobre sua saída do lugar de origem, são, marcadas pelas recordações do casamento e, da infância, mas as evocações mais fortes foram as lembranças do trabalho, isto é, sua condição de

agricultora trabalhando na terra. Para isto, ela nos apresenta uma identidade de trabalhadora da agricultura que não possui a terra para cultivar, quando afirma: "a gente nunca possuiu terra... a gente vivia trabalhando de meia, arrendado". Quando foi para o Ceará, para se libertar da condição anterior, e da identidade de "agricultora sem terra", sonhou ser proprietária. Mas comprar a terra não foi o suficiente: a seca e o desconhecimento do "costume dos cearenses" (a técnica da silagem) contribuíram para destruir os sonhos da agricultora.

Observemos a seguir a fala do Sr. Severino

Crispim:

*"Sou filho natural de Esperança, nasci no sítio Varge e lá meus pais me criou. Meus pais eram agricultor, lá no sítio. Toda vida fui agricultor tanto eu como meus irmãos. Quando passei de maior, me casei e fui morar em Boqueirão de Pocinhos. Eu saí e fui morar nas terras dos outros, trabalhando de meia para o patrão. As condição também não dava para viver. Trabalhava mais pra os outros que pra mim. Deixei a família na terra do meu pai e fui para Recife. As terras do meu pai era pouquinha, também não dava condição. Fui para o Recife devido a minha condição financeira. Depois que eu consegui um dinheirinho, voltei. Chegando no Areial, comprei uma casa, um pedacinho de terra, aquela porcaria que ainda não dava para viver, foi aí quando saí de Areial vendi tudo e fui para Campina Grande. Aqui em Campina comprei uma casa em Bodocongó, arrendei uma terra em Bodocongó mesmo, na terra da família de Roberto do Monte, na Ramada, onde hoje é a Ramadinha, Malvinas".<sup>104</sup>*

---

104 Trechos da entrevista concedida por Severino Crispim em 25/07/93.

O sr. Severino Crispim nasceu no Sítio Varge, município de Esperança, também localizado no Brejo paraibano.

Com a realização do seu casamento e a ínfima quantidade de terra pertencente a seu pai, ele precisou de outras alternativas de sobrevivência. Foi inicialmente trabalhar de meia<sup>105</sup> na região do Cariri, mas, na condição de meeiro, percebeu que não dava para sobreviver. Se a terra do seu pai era insuficiente para tirar o sustento das duas famílias, trabalhar como meeiro para os patrões não havia lhe acrescentado nada que pudesse garantir a sobrevivência. Ao contrário, afirma ele, *"trabalhava mais para os outros do que pra mim"*. A segunda alternativa foi a cidade. A expectativa era poupar, e voltar a ser proprietário de um pequeno pedaço de terra no seu lugar de origem. A cidade, neste caso, funciona como espaço de trabalho e de esforço para poupar, objetivando garantir a volta com a possibilidade de levar "um dinheirinho" e comprar um lote de terra para cultivar<sup>106</sup>.

Entretanto, a terra adquirida pelo Sr. Severino Crispim em Areial não garantiu a sua sobrevivência, pois a

---

105 Segundo GARCIA (1989) *"...no roçado do meeiro nem todo produto é obrigatoriamente partilhado entre o trabalhador e o dono da terra. Esse é sempre o caso da planta do lombo do leirão, algodão ou mandioca, mas, nos cultivos associados, as condições variam, como é o caso do feijão-mulatinho, feijão-macaçar, milho, fava e verduras"*(57).

106 Sobre as experiências dos trabalhadores migrarem para a cidade, com objetivo de "fazer uma poupança" para retornar ao campo, cf. Meneses, Marilda Aparecida de. Da Paraíba para São Paulo e de São Paulo para Paraíba (Migração, Família e Reprodução da Força de trabalho) tese de Mestrado apresentada no Mestrado de Sociologia - UFPb. Campina Grande - 1985.

sua dimensão era insuficiente para o plantio. A Alternativa utilizada por ele foi vendê-la e deslocar-se para Campina Grande.

Na condição de pequeno proprietário de terra, impossibilitado de tirar o suficiente para sobreviver com sua família no município de Areial, foi preferível, conforme seu ponto de vista, vir para uma cidade maior, onde, além de existir a terra para cultivar, mesmo na condição de rendeiro, havia a possibilidade de conseguir um emprego. As experiências desses trabalhadores dão conta de idas e vindas em busca de um modo de vida que lhes permita a sobrevivência. Esse modo de vida, para alguns desses trabalhadores, poderia ser melhor se fosse trabalhando no campo, entretanto, o "destino" foi a cidade, e na cidade, além de terra para trabalhar, outras atividades que não são possíveis encontrar no campo, propiciam-lhes a possibilidade de sua reprodução física e social.

Os deslocamentos desses entrevistados foram marcados por necessidades econômicas, por situações familiares, por desejos de conseguir a terra ou emprego em outra região. Entretanto, essas necessidades, sejam elas econômicas, afetivas, familiares, ou outras não percebidas por nós, tiveram como "fim" do percurso, a cidade. Alguns desses trabalhadores têm mais de 40 anos na cidade, contudo, esta se apresenta com vários aspectos negativos para quem vem do campo. Vejamos a imagem que foi construída da cidade por alguns entrevistados.

## 2. "Fim do percurso: a periferia da cidade..."

As experiências de alguns anos na cidade e de outros no campo, levaram esses trabalhadores a construir representações positivas e negativas sobre a cidade.

A "rua", na concepção desses entrevistados, é o lugar ideal, mas "para quem tem posses", tem acesso a bons empregos, para quem tem estudo. O acesso ao estudo, na sua compreensão, significa ter acesso à profissionalização, ter qualificação profissional. Viver na rua sem emprego certo, sem perspectiva, significa caminhar para a marginalidade.

Além de ser um espaço propício à marginalidade, a cidade é sempre lembrada por alguns entrevistados como espaço de muito barulho, diferentemente do ambiente rural, silencioso, solitário e calmo. Lugar ideal para "criar a família", garante uma entrevistada. Esta falta de tranquilidade para quem sempre foi acostumado a "dormir com portas abertas", é uma agressividade ao seu modo de vida no passado.

Para quem é pobre, sem emprego ou com emprego "fraco", a rua é ruim até para morar, lamenta outro entrevistado. Para ele, o trabalhador, nessas condições, só pode residir se for na periferia da cidade, e, nessas áreas, dificilmente o trabalhador tem acesso aos benefícios de infra-estrutura, tais como calçamento, meio-fio, esgoto. Vejamos o depoimento a seguir:

"A gente que mora na periferia da cidade, só mora nas pontas de ruas. Até para receber um benefício da prefeitura é difícil. Sempre o que a gente vê é lama nas ruas. A buraqueira é grande... quem mora nas pontas de rua sempre falta alguma coisa. A cidade é pra pessoas que tem seu bom emprego, pra quem tem estudo, aí vai morar nas ruas que sejam beneficiadas com calçamento, rede de esgoto. Coisa que pra pobre é sempre muito difícil.. as ruas vivem cheia desse pessoalzinho que a gente chama de trombadinha... vamos dizer assim, assaltante. A prostituição que a gente vê hoje dentro das grandes cidades, sempre a gente vê que atingiu muito o pessoal que foram agricultor mesmo, e hoje estão na rua e são mais pobre que quando vieram do campo ... quer dizer esse pessoal se tivesse no sítio trabalhando lá com a família, não tinha acontecido esse alarme de ladrão que tem nas ruas hoje".<sup>107</sup>

O campo é visto como lugar ideal para o homem viver bem. A terra é a saída para quem não tem estudo. O trabalho na terra evita a prostituição e a marginalidade. Para o sr. Severino Crispim, boa parte dos trabalhadores que seguiram o "caminho" da marginalidade, têm origem rural, ou são filhos de agricultores. Dessa forma, a marginalidade, a prostituição, "perseguem" com mais facilidade aqueles trabalhadores que não têm estudo, que não têm profissão, e daí, ser o homem do campo mais penalizado.

As visões construídas sobre esses espaços por alguns trabalhadores entrevistados, é de que o "sítio" (termo usado quando se referem ao campo) é o espaço

107 Trechos da entrevista concedida por Severino Crispim em 10/03/93.

oposto ao da cidade, pois esta representa não só as péssimas condições de trabalho, mas, também, as péssimas condições de moradia. Além disso, há a falta de solidariedade entre a vizinhança, os modos e os comportamentos que prejudicam a educação da família e por último, uma dieta alimentar totalmente diferente da do campo: no campo, quando se tem, se alimenta também de verduras, frutas e cereais frescos, normalmente retirados do próprio quintal, ao contrário da alimentação da cidade. Que aspectos positivos sobre a cidade é, então, possível perceber nas suas representações?

Constatamos que, para esses entrevistados, alguns serviços que caracterizam o modo de vida na cidade e que o campo não oferece, tem um grande valor. A proximidade da feira, por exemplo, possibilita ao trabalhador do Serrotão, comprar o que não produz no roçado: o óleo, o sabão, o café e outros produtos industrializados que fazem parte de seu consumo. Além disso, a feira é um espaço onde se pode "bater papo" com os amigos de outras regiões; também na cidade se tem com mais facilidade o acesso à água, principalmente quando estão se referindo ao cultivo da terra. Na cidade, o acesso à água é mais fácil, principalmente porque estamos tratando de trabalhadores que também passaram experiências no campo em que tiveram que enfrentar a seca, sendo a abundância da água algo raro. O acesso ao hospital, à farmácia, ao ônibus, são pontos que os entrevistados chamaram a atenção, como sendo positivos.

138  
"...na cidade a bondade que tem é a  
água, a feira. Quando a gente tem  
dinheiro que vai diretamente ao comércio  
e traz, porque na cidade quando a pessoa  
chega no comércio tudo quanto ele quiser  
tem, se ele tiver dinheiro, ele traz,  
aqui no sitio é contrário, você tem  
aquilo que lucrar, se é feijão, é só  
feijão, se é batata, é só batata,  
né..."<sup>108</sup>

Portanto, ter acesso à terra na periferia da cidade, ou em regiões onde as condições pluviométricas anuais são favoráveis, apresenta vantagens que o agricultor necessita, e em especial, os trabalhadores entrevistados. A garantia da água para o plantio é um aspecto que a cidade de Campina Grande oferece e aparece como positivo. Para eles, possuir terra no Cariri<sup>109</sup>, mesmo que seja em grande quantidade, não é uma alternativa para sair de Campina Grande, pois a região do Cariri é seca. Portanto, o que contribui para o agricultor viver na periferia da cidade de Campina Grande, cultivando a terra é, em primeiro lugar, a existência de "terrenos vazios", cujos proprietários preservam para, no momento certo, negociarem; enquanto isso não ocorre, os trabalhadores utilizam-os para o plantio. Em segundo, as condições pluviométricas favoráveis da região.

---

108 Trechos da entrevista concedida por João Araujo em 14/08/93.

109 A Região do Cariri Paraibano é a mais seca do Brasil. O clima regional caracteriza-se por elevadas temperaturas (média anuais em torno de 25°) fracas amplitudes térmicas anuais, chuvas escassas, muito concentradas no tempo e irregulares o que provoca fortes déficits hídricos" (p. 170) cf. DUQUÊ, Ghislaine. Estrutura fundiária e a pequena produção (um estudo de caso no Cariri Paraibano) in Raízes: revista de Ciências Sociais e Econômicas, UFPB - CH, Campina Grande, V. 3, nº 4-5 p. 167-196. jan.34/Dez 85.

As identidades elaboradas pelos três entrevistados que escolhemos como representante dos assentados partem das suas condições de trabalho no campo, embora, é importante compreender que no caso de Carmita, suas lembranças desse período são de uma mulher com uma identidade constantemente ameaçada de perder suas referências.

Ela perdeu a mãe, os irmãos e não reconhece o pai por compreender que foi ele o responsável pela desestruturação da família. Ela só reconhece uma imagem de si, quando enfrenta o trabalho na cidade. A forma de ser percebida, é sua condição de empregada doméstica na cidade e, em seguida como agricultora na condição de arrendatária. As duas condições de trabalho refletem identidades que realçam a pobreza, e a luta pelas condições da sua reprodução física e social.

Para os três entrevistados, as imagens que elaboram de si, são de trabalhadores sem perspectiva de permanecer no campo por não terem terra para trabalhar. Esse fato levou estes entrevistados a sonharem com uma identidade que os permita sobreviver. Esta identidade sonhada é a de proprietário de terra. Mas ser proprietário não é o suficiente, é preciso que a terra seja de boa qualidade, de tamanho suficiente para o plantio, e que as condições pluviométricas sejam favoráveis.

Essa idealização da condição de proprietário permanece como uma identidade sonhada, embora antes de chegar à cidade eles tenham pensado e tentado essa condição.

Portanto, a identidade mais perceptível é a de pessoas que nasceram no campo, e desejavam nele permanecer na condição de proprietários, já que as experiências de trabalho como meeiro, parceiro ou arrendatário não contribuíram para satisfazer suas necessidades.

Essa identidade de proprietário parece desaparecer de seus sonhos quando chegam à cidade. Os caminhos percorridos ajudaram esses trabalhadores a encobrir a identidade sonhada, mas dependendo das situações históricas por eles vivenciadas, esta identidade pode se recompor.

No item seguinte, vamos interpretar o "fazer" deste trabalhadores para conquistar a terra não prometida.

### 3. "O cotidiano no assentamento: estratégia da luta pela terra".

Era uma madrugada de segunda-feira, dia 24 de fevereiro de 1986. A praça desprezada, mal conservada e localizada no início do Serrotão, próxima às terras do Estado, foi o local marcado para o encontro de um grupo de trabalhadores, que hoje estão assentados, para definirem as "táticas" de ocupação da terra, de propriedade do Estado. As "estratégias" haviam sido definidas em reuniões anteriores com os membros da Igreja Católica, e com a advogada da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, naquele momento, Tereza Braga.

Estamos utilizando os termos de "estratégias" e "táticas", para interpretar como esses trabalhadores elaboraram as ações de isolamento do projeto do Estado de construir casas populares na terra que eles "sonhavam" retomar para cultivar, e interpretar o "fazer" desses trabalhadores na ocupação da terra no Serrotão, a partir da elaboração desses conceitos por Certeau,<sup>110</sup> (1994)

*"Chamo de estratégias o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado" (p. 99)*

Qual a ação que poderia isolar o projeto de construção de casas populares no Serrotão, empreendido pelo Estado, que pudesse garantir o apoio de setores da sociedade e, quais os atores sociais que tinham, na época, condições sociais e políticas para empreender essa ação?

Durante um longo período, esses trabalhadores cultivaram a terra no Serrotão, tendo como proprietário o Major Juvino do Ô. Durante os anos 60 e 70, foram paulatinamente sendo "expulsos" da terra por seus herdeiros. Até os meados da década de 80, trabalharam em várias propriedades próximas ao Serrotão, com maior permanência na fazenda Ramada, de onde também foram expulsos. O argumento principal dos proprietários, lembrado por esses

---

110 CERTEAU, Michel de. A "Invenção do Cotidiano", Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

trabalhadores, para que eles saíssem da terra, era o projeto de criação de gado.

Hoje, fica bastante visível para os trabalhadores que os objetivos dos proprietários eram de usar o seu trabalho para desbravar a terra enquanto aguardavam o momento dela ser beneficiada pelo Estado com projetos de infra-estrutura, como água, luz, acesso a transportes etc., e garantir, assim, a sua comercialização no mercado de terra urbana com um valor bastante alto, já que a área é considerada, pela própria prefeitura, como de expansão urbana. As terras cultivadas pelos trabalhadores foram todas vendidas ao próprio Estado e à Prefeitura. Essa transação comercial foi feita com parte das terras do Serrotão e as terras da fazenda Ramada. No Serrotão, esses trabalhadores cultivaram a terra durante mais de 40 anos. Durante os anos 60 e 70, quando a terra foi partilhada entre os herdeiros do Major, foram expropriados da condição de morador-foreiro. Alguns deles voltaram a cultivar a terra em 1984, quando foram novamente expulsos. Em 1986, quando ocuparam a terra, encontravam-se sem perspectiva de trabalho. Esse seria um argumento político bastante forte para pensar na ocupação da terra, que haviam trabalhado por muito tempo.

Além do mais, desde do final dos anos 70 que parte da terra foi utilizada para plantar capim para o gado, mas boa parte não estava sendo utilizada para nenhuma atividade. Quando o Estado comprou a terra, através da FUNSAT (Fundação Social do Trabalho) em 1981, 150 famílias cultivavam a terra

onde hoje é o conjunto de casas populares "Mutirão". Essas famílias foram expulsas em 1984. Entre 84 e 86, o projeto do governo de construir conjuntos populares não foi realizado. Durante esse período, os trabalhadores se reuniam com a Comissão do Movimento "Sem Terra", discutindo as alternativas para o acesso à terra.

Com relação a essas reuniões, podemos conhecer as idéias que os mediadores dos trabalhadores tinham, através da revista "Alto Serrotão": um passo para a Libertação"<sup>111</sup>. Esta revista é um registro de avaliação da Comissão do Movimento dos "Sem Terra" de Bodocongó, principal grupo que colaborava na organização desses trabalhadores. Depois de avaliar as dificuldades dos trabalhadores sem terra, eles afirmam:

*"...nós discutíamos tudo que fosse ligado ao tema TERRA Discutindo tudo isso, não poderíamos deixar de discutir o Estatuto da Terra, que é a lei maior que rege todos os problemas ligados à questão agrária no Brasil. Este Estatuto diz, por exemplo, que a polícia não pode intervir nos conflitos pela terra. Diz também que as áreas em conflito devem ser desapropriadas pelo governo..." (p. 11)*

Não vamos entrar no mérito de discutir a leitura do Estatuto da Terra feita pelos mediadores desses

---

111 cf. Alto Serrotão: um passo para a libertação. Série - lutas do povo trabalhador nº 1. Publicação: Centro de Ação Cultural (CENTRAC). Campina Grande Pb (s/d)

trabalhadores. Entretanto, a leitura desse documento junto aos trabalhadores é uma possibilidade a mais para compreendermos o seu projeto de acesso à terra. O ano de 1985 foi marcado pela presença de grandes debates em torno da Reforma Agrária, tanto a nível das instâncias governamentais, como entre os intelectuais e as camadas populares.

A preocupação em discutir esta temática, tão polêmica no Brasil, estava associada à presença de grandes conflitos no campo entre trabalhadores e proprietários de terra<sup>112</sup>. O próprio governo na tentativa de "resolver" os conflitos, elabora uma proposta de Reforma Agrária, que ficou intitulada de "Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República"<sup>113</sup>. Entretanto, as ocupações não só ocorriam no campo, os terrenos urbanos também estavam sendo ocupados com frequência pelos trabalhadores que assumiam a identidade de "sem casa". Na semana anterior à ocupação do Serrotão, ocorrera uma ocupação de terreno no bairro de José Pinheiro, embora os ocupantes tenham sido expulsos por determinação da Prefeitura<sup>114</sup>.

---

112 Cf. por exemplo, as áreas de conflitos de terra na Paraíba neste período, conforme o publicado pelo Jornal "Diário da Borborema" em 20/02/86.

113 Sobre um arrazoado de Crítica à Reforma Agrária da "Nova República", cf., por exemplo, a obra Reforma Agrária da Nova República - Contradições e Alternativas (vários autores) São Paulo, Cortez, 1985.

114 Cf. Jornal da Paraíba de 25/02/86. Sobre as ocupações de terrenos urbanos e conjuntos populares em Campina Grande nos anos 80 cf. Teimosia Popular (A luta pela moradia) Série Lutas do Povo Trabalhador nº 3 - Texto José Rodorval Ramalho e Paulo Afonso B. de Brito - Publicação: Centro de Ação Cultural (CENTRAC) Campina Grande - PB (s/d)

Portanto, foi um momento de efervescência dos movimentos em defesa da terra para o trabalhador, das discussões políticas e acadêmicas em torno da Reforma Agrária, e um momento de várias ocupações na área rural e urbana. Neste sentido, as condições políticas e sociais, naquele momento, associadas à condição de "sem terra" desses trabalhadores, de terem trabalhado na terra em que estavam "de olho" durante um longo período, de, naquele momento o Estado ser o proprietário, deixando-a improdutiva, já permitia a esses trabalhadores pensar em um projeto de cultivar a terra, cumprindo sua função social e isolar o projeto do Estado de construção de casas populares que não tinha andamento.

As condições estavam postas, e a solução encontrada foi a ocupação. A "gota d'água" para a ocupação da terra do Estado foi propriada pela determinação da justiça de que um dos últimos moradores da área - Sr. Nivaldo - fosse expulso. Os trabalhadores não esperaram que a polícia viesse cumprir essa ordem judicial e ocuparam a terra.

Portanto, o projeto dos trabalhadores de ocupar a terra era uma estratégia que se apresentava com possibilidades de "vitória": o uso da terra para o cultivo, cumpria a função e a justiça social defendida pelo Estatuto da Terra no art. 16, cap. I, Título II; a ocupação chamava a atenção de vários setores da sociedade, por ser um momento caloroso do debate da Reforma Agrária. Além disso, a imagem

negativa do governo, criada pela situação de expulsão dos trabalhadores em 1984, e de não cumprir o que havia prometido, isto é, construir 2.000 casas no local, era lembrada pelos trabalhadores, contribuindo, dessa forma, para que estes recebessem apoio de vários grupos sociais, como da Associação dos Servidores Municipais, das SABs, dos Clubes de Mães e de alguns políticos.

Naquela madrugada do dia 24 de fevereiro de 1986, homens, mulheres, crianças, vindos de vários bairros periféricos da cidade, entraram na porteira que ficava ao lado da casa do Sr. Nivaldo no Serrotão. As únicas armas que levavam eram as enxadas nas costas, na tentativa de construir uma imagem de que não queriam "brigas", queriam trabalhar. Os trabalhadores contam: *"a terra estava toda em capoeira, o governo disse que ia fazer conjunto e o que fizeram foi uma ruinha de nada"*, (referindo-se ao conjunto de casas populares "mutirão"). Era uma justificativa para sua ação de ocupação da terra.

Rapidamente, "os homens que vieram manter a ordem" cercaram toda a área, todos "armados até os dentes", para garantir o direito inviolável da propriedade do Estado. Lembra um trabalhador: *"eram 160 homens mais ou menos. Tinha dois micro-ônibus e quatro camburões... fora algumas motos... na época o Comandante da Polícia Militar era o Coronel Armando Silva Costa"*.

Entendida esta situação acima como uma estratégia, vamos compreender os passos das "táticas" utilizadas pelos trabalhadores, para conquistar a terra.

Segundo Certeau:

*...a tática é movimento "dentro do campo do inimigo"... e no espaço por ele controlado... ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as "ocasiões" e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas". (p. 100)*

Quais as "artes de fazer" destes trabalhadores consideradas como táticas para se impor, e imobilizar a ação inimiga? Quem, naquele momento, apresentava-se como inimigo mais próximo?

A primeira providência dos trabalhadores foi construir uma imagem de "trabalhador" que quer a terra para cultivar. Esta imagem foi sendo construída na medida em que todos que ocuparam a terra, independente de serem homens, mulheres ou crianças, de enxada na mão, começaram a destocar a terra, limpar o mato e juntar as coivaras para a queima. O inimigo mais próximo eram os policiais. Estes, precisavam acreditar no projeto de trabalho que esses trabalhadores haviam elaborado.

A primeira informação dos policiais foi de que "as terras eram da FUNSAT, e que a ordem era pra esvaziar a área". Lembra-nos uma entrevistada: "depois de notar que nós estávamos dispostos a ficar e resistir, a polícia

negociou com a gente da seguinte maneira: *"vamos dar um prazo de 24 horas para vocês saírem da terra; e durante esse tempo a gente tinha que procurar o governador"*. Portanto, a imagem de homens que queriam trabalhar parecia "isolar as táticas de repressão" da polícia, e, com esta ação, os trabalhadores ganhavam tempo para que as negociações acontecessem.

A mãe terra, no costume de esperar a chuva e a enxada, estava entre a "cruz e a espada". Dois dias se passaram, e as negociações ocorriam entre agricultores, o comitê de apoio formado por várias entidades, e o representante do Governo. A pressão policial não impediu que outros trabalhadores, vindos de vários espaços da cidade, entrassem por debaixo das cercas, ou pelas trilhas existentes nas matas. Foram alternativas muito singulares de participar de um projeto que não havia sido elaborado por eles. É também uma forma tática de arriscar e, quem sabe, garantir uma parcela de terra, se a batalha fosse vencida, pois muitos deles não tinham conhecimento algum das reuniões de preparação para ocupar a terra, tinham apenas o desejo de ter acesso para nela trabalhar.

Utilizando a tática para mexer com a sensibilidade da polícia, os trabalhadores atacaram o seu "sentimento cívico". Todas as vezes que o cordão formado por militares ameaçava fechar o cerco em torno deles, os trabalhadores se preparavam para cantar o Hino Nacional. Durante três dias, foi cantado nove vezes. O Hino Nacional é um dos símbolos

mais fortes reforçado pela "memória histórica" brasileira para construir o significado de pátria e patriota.

Outro lance para relaxar e desarmar os espíritos de embate, eram as brincadeiras de roda, típicas da região. Para estimular a solidariedade entre os trabalhadores, a religiosidade teve grande importância através das rezas e da fé. A árvore sob a qual se faziam as rezas, as brincadeiras e os cantos, atualmente é preservada e lembrada. Na casa do morador Nivaldo, comentavam-se as informações que chegavam sobre as negociações, faziam a comida, e organizavam os revezamentos para a animação e orientação dos trabalhadores.

Quando a noite chegava, os trabalhadores acendiam uma fogueira, tomavam café, contavam estórias e, ao ritmo do pandeiro, cantavam algumas músicas para despertar do cansaço. Mais uma noite havia se passado. O dia ia chegando de mansinho, como se não quisesse chegar, mas lá dentro do peito de cada um, o coração batia forte, pois o tempo se passava, os minutos estabelecidos pelo Coronel para negociação estavam sendo contados, os trabalhadores sonhavam com uma resposta favorável à permanência na área.

As pessoas solidárias com os trabalhadores iam chegando com alimentação, água, com vontade de saber alguma novidade, e eles também ansiosos para saber informações. As conversas circulavam. Por que o governo demorava tanto a dar a resposta? O que estava acontecendo? Mas não desanimavam, "vamos rezar, vamos cantar", lembra D. Lourdes. As mulheres

aparentavam ter mais coragem. O medo estava escondido, preso para não "dominar a coragem". Alguns homens chegaram a pensar em desistir, mas as mulheres chamavam a atenção para que se eles desistissem, elas ficariam, era a tática da intimidação, e todos ficaram até o final.

Outra noite ia chegando, e, com ela, ia encerrando o prazo dado pelo Coronel também. O nome de Jesus, a sua simbólica presença era reclamada. Vejamos este relato de um assentado sobre aquele momento de agonia e tensão:

*"Quando foi na terça-feira à noite... era mais ou menos umas sete para oito horas, o coronel desceu e começou a falar e disse:*

*-Olhe, vou dar quinze minutos para vocês se retirar. Dava quinze minutos.*

*-Deu o ultimato na terça-feira à noite. Aí pronto. Todo mundo com medo. A polícia chegando pra perto... aí ficou assim: a polícia cercou... ficou um moi de gente, assim, com aquela bola de gente no meio. Agora tinha gente da Universidade, do Colégio de S. José da Mata, do Estadual. Tinha muita gente lutando com a gente. A gente não tava sã. Uns acalmando a gente... porque se eles levassem a gente, lá (na cadeia) não cabia tanta gente.. não adiantava ficar com medo. Quando a polícia ia se aproximando, o pessoa cantava o Hino Nacional... aí a polícia parava. Eu sei que foi cantado nove vezes. Faltava cinco minutos para o ultimato, aí chegou um emissário de Wilson Braga (governador na época) e disse:*

*- "Coronel, o governador disse, que o Sr. retirasse o batalhão da área, até amanhã de meio dia ele resolveria de outra forma."*

*- Aí ele retirou a polícia, só ficaram dois policiais... A noite todinha nós ficamos acordados. A gente não podia sair da terra, se saísse perdia. Aí*

quando foi de onze horas, chegou outro <sup>151</sup>  
emissário e disse:

- "O governador disse que amanhã o pessoal da Fundape vem tirar 17 hectares para construir a penitenciária e o resto fica para os agricultores".

- Ai foi mei mundo de festa. Na sexta-feira, tava os homens da Fundape medindo o terreno... aí todo mundo dando o nome, os documentos e fazendo o cadastramento".<sup>115</sup>

Depois de muita pressão e negociação, apoios e táticas, os trabalhadores conseguiram ficar em uma parte da terra, pois, segundo o próprio Governo, já havia, para aquela área, um projeto de urbanização. A terra foi cedida, mas até hoje os agricultores não têm o título de posse. A garantia de permanência na terra é tão transitória que eles têm dificuldades em afirmar em que condição se encontram: são proprietários? posseiros?

A primeira decisão dos agricultores foi resolver o impasse criado pelo próprio Governo: dividir pouca terra para tanta gente. Era pouco mais de 80 hectares para distribuir entre, aproximadamente, 200 famílias que lutaram pela terra. O recurso utilizado pelos agricultores foi o sorteio. As demais famílias que não foram beneficiadas, aceitaram a idéia de continuar lutando ou esperar alguma desistência.

Apenas 40 lotes de terra, de um hectare e meio cada, foram distribuídos entre os agricultores. Ainda tiveram que cumprir o acordo, feito com o Governo, de ceder

---

115 Trechos da entrevista concedida por Gedeão Benedito do Nascimento em 24/10/93.

17 hectares para a construção da Penitenciária Regional. Um dos lotes foi destinado à construção da "Casa Comunitária" e para a casa de fazer farinha. O que nós observamos é que a "guerra" não havia sido ganha, mas apenas uma "batalha". O fato de os trabalhadores permitirem a construção da Penitenciária Regional no assentamento, contribuiu para que, de certa forma, o projeto de urbanização do governo não fosse arquivado, apenas adiado. Esta questão hoje está clara para os assentados, na medida em que, nove anos depois, eles não têm, ainda, o título de posse.

As lutas existentes nessa área da cidade refletem o significado da utilização do mercado de terras urbanas pelos proprietários, através de várias operações. Um dado importante a ser considerado é a concentração fundiária em torno da cidade.

Segundo MELO, (1988), *"... o perímetro urbano e a área de expansão de Campina Grande... são objeto de uma absurda concentração fundiária: 32,5% estão sob controle de apenas 20 proprietários, que fazem estoque de terrenos, para a prática de especulação imobiliária"*. (p. 26)

Na zona oeste da cidade de Campina Grande, o primeiro passo do proprietário para transformar a terra nua em terra de "negócio", era ceder lotes de terra para serem cultivados. Os agricultores desbravavam a mata, destocavam e limpavam o terreno e ainda pagavam um foro. Essas primeiras medidas contribuíram para a valorização desses terrenos. Apareciam, em sequência, os primeiros sinais de valorização

do espaço urbano, através dos investimentos públicos, como as estradas, os transportes etc., e dos investimentos privados, como as primeiras casas de trabalhadores, pequenas casas comerciais ou negócios de uma forma geral.

Uma prática muito comum, nessa área, durante a década de 60, na gestão do Prefeito Severino Cabral (1959-1963), tanto pessoalmente como através de um vereador representante do bairro, foi a doação de terrenos para construção de moradias. Esse tipo de política pública tinha como objetivo promover interesses político-partidários. Essa "política" também foi utilizada por vários administradores que sucederam Severino Cabral, principalmente no período anterior às eleições, como estratégia política para obter sucesso nas mesmas. Essa prática contribuiu para que, aos poucos, a área fosse beneficiada com bens e serviços, tornando os terrenos cada vez mais valorizados: a limpeza do terreno pelos trabalhadores, o crescimento da cidade, acrescentado dos serviços de infra-estrutura, levavam os proprietários a obterem ganhos. Vendiam, então, a terra para o Estado, colocavam o gado para destruir as plantações dos trabalhadores, como estratégia para expulsá-los, e, daí, iniciavam-se os conflitos.

Como se vê, na cidade, foi possível para esses trabalhadores, os contatos com pessoas na mesma condição de trabalhador que deseja a terra para cultivar e com setores da Igreja Católica que participavam das pastorais. Esse tipo

de sociabilidade contribuiu para que o sonho de possuir a terra fosse pensado e encaminhado através das lutas.

O resultado dessas experiências contribuiu para que, após a luta da fazenda Ramada (1980 a 1984), os trabalhadores discutissem junto aos representantes da CPT o Estatuto da Terra, e passassem a compreender a sua utilidade no momento de desejarem ser reconhecidos com direito à propriedade, principalmente, aquela que havia sido desapropriada pelo Estado.

O conhecimento sobre as leis que definiam o direito agrário, associado ao contexto social de luta nacional pela Reforma Agrária na época, contribuiu para que esses trabalhadores pensassem um caminho possível de realizar o sonho de tornar-se proprietário. A ação política pensada foi a ocupação da terra que naquele momento pertencia ao Estado e que eles haviam trabalhado.

Para ocupar a terra elaboraram uma imagem de si contrastiva ao do proprietário, o Estado. Este, representado nas figuras dos governadores, não havia implementado a função social da terra, como determina o Estatuto da Terra. Desde de 1984 que a terra não estava sendo utilizada, e o compromisso do estado em edificar o conjunto habitacional, não foi cumprido.

Essa imagem do outro foi visualizada pelos trabalhadores de forma negativa, e contribuiu para que aqueles que estavam desejosos de possuir a terra,

construísem várias identidades reconhecidas positivamente por outros grupos sociais.

Os elementos que identificam essa imagem, são os de trabalhadores pobres que cultivaram a terra no Serrotão durante muitos anos, adquirindo direitos sobre ela, mas que foram expulsos pelo Estado para a construção de casas populares.

Neste sentido, os trabalhadores que desejavam a terra do Serrotão para cultivar, elaboraram identidades que permitiam a credibilidade e a aceitabilidade de vários grupos sociais. Contudo, a estratégia utilizada para serem legitimados como proprietários foi a ocupação, ou, segundo os jornais, a invasão da propriedade. Esta ação foi um risco que os trabalhadores assumiram, na medida em que podiam ser reconhecidos negativamente pela sociedade, como possivelmente, desejavam os jornais, ao tratarem-os como invasores.

Ocupando a terra, foi necessário que os trabalhadores demonstrassem na prática outros elementos que reforçassem a identidade de quem quer contribuir com a função social da terra. A primeira iniciativa foi utilizar a terra para o trabalho, através do mutirão, da limpeza e do destocamento. Mas, para serem reconhecidos como cidadãos, patriotas e "homens de Deus", diante da força policial que cercava a área, utilizaram-se da tática de cantar o Hino Nacional e fazer as orações todas as vezes que os militares ameaçaram dissolver o grupo.

Portanto, o sonho de serem proprietários foi encaminhado através da luta pela terra não prometida, elaborando estrategicamente os elementos constitutivos das identidades que contribuíram para serem reconhecidos e legitimados perante a sociedade.

4. " O 'retrato` do Condomínio e as estratégias de permanência..."

O acesso ao assentamento, ou Condomínio Rural Alto Serrotão, tanto pode ser feito pela BR 230, como pela BR 104. Essas duas rodovias ligam, através da rodovia Alça Sudoeste, a zona oeste à zona sul da cidade. A Alça Sudoeste tem 12 km de extensão e cruza o Condomínio, quando se liga ao km 156 da BR 230 (cf. MELO, p. 23).

A distância do centro da cidade, via zona oeste, para o Condomínio, que está situado no centro do Bairro Serrotão, é de apenas 8 km. A localidade é oficialmente bairro desde 1987, e fica "entre o posto de Gasolina Serrotão, situado na BR 230; entre o sítio São Januário até o riacho de Bodocongó e Avenida CHESF, contornando com as terras de Edson do O, terras de José Nascimento e Joacil de Brito, fechando o limite urbano"<sup>116</sup>.

---

116 Cf. Lei Municipal de Campina Grande nº 1542/87 - Câmara Municipal de Campina Grande - PB

Quem visita o Serrotão, observa uma paisagem diferente dos bairros tradicionais da cidade. Nele é possível observar imagens comuns tanto à cidade quanto ao campo. As casas foram construídas no alinhamento da estrada e são quase todas de tijolos, rebocadas, pintadas e algumas chamam a atenção pelo padrão da construção. Foram construídas com lage e muro alto protegendo a casa. Esse padrão está mais próximo das construções urbanas, e não do padrão de construção normalmente feita por agricultores, no campo. Possivelmente é uma forma de compensar as condições de moradias deprimentes a que foram submetidos na cidade.

Outras casas têm a aparência de "rancho". São, geralmente, construídas no centro dos roçados, com a finalidade de guardar as ferramentas e as culturas, depois de colhidas. Em geral, esses ranchos pertencem aos assentados que ainda não conseguiram construir suas casas no Condomínio e que continuam morando em outros bairros da cidade.

Esses aspectos característicos do campo encontrados no Serrotão representam uma situação transitória, já que a área é considerada, pelo poder público, como de expansão urbana. Assim ocorrendo, possivelmente o projeto vencido é o dos trabalhadores do condomínio.

Os elementos que caracterizam a estrutura urbana, em parte, foram adquiridos pelos agricultores assentados. A água e a luz só chegaram após o assentamento, através de

várias reuniões com representantes da CELB (Companhia de Eletricidade da Borborema) e da CAGEPA (Companhia de Água e Esgoto da Paraíba), embora só exista água na parte alta do Condomínio.

A parte baixa do Condomínio fica situada entre a Penitenciária e o conjunto Mutirão. Os roçados, na sua maioria, ficam localizados em verdadeiras "serras" ou em solo com muito pedregulho. Na parte alta, que fica entre a Penitenciária e a BR 230, a terra é considerada uma chã: os terrenos são mais ou menos planos, e a terra aparenta ser de melhor qualidade, ou, pelo menos, não se encontram nela os pedregulhos da parte baixa. A Casa da Comunidade e a casa de farinha também foram construídas na parte alta.

Na Casa da Comunidade são feitas reuniões todas as primeiras quintas feiras do mês, no horário da tarde. Esse espaço é a referência para os encontros dos assentados. Ela é constituída de três cômodos: são três salas, de mais ou menos 2.50 m por 3.00 m. Na parede da sala principal é possível observar, além da imagem de São José, protetor dos agricultores, a fotografia do falecido Zé Gonçalves. Nesse espaço são reforçadas as relações de solidariedade, a religiosidade e os laços de vizinhança. Nas reuniões, são discutidos os mais diversos assuntos: desde a necessidade da vinda da água para a parte baixa, como a luta pela aposentadoria dos agricultores, as comemorações, e as atividades religiosas.

Depois dessa descrição dos aspectos físicos do assentamento, vamos pontuar o que nós interpretamos como estratégias dos trabalhadores para permanecer na terra.

Se a estratégia de isolamento do projeto do Estado, através da ocupação, foi de certa forma, bem sucedida, os representantes da CPT, deram sua contribuição nas estratégias de permanência. Neste sentido, a meta era apresentar para a sociedade uma identidade de grupo organizado, unido e preocupado com sua reprodução física e social e com o desejo de tornar a terra produtiva. Essa identidade de grupo com objetivos comuns, possivelmente reforçou a estratégia da ocupação e ao mesmo tempo contribuiu para reforçar os laços de sociabilidade. Os signos da sociabilidade se apresentaram, e se apresentam, de várias formas.

O primeiro passo foi distribuir a terra em lotes de tamanho "iguais", evitando as diferenças econômicas<sup>117</sup>; em seguida, cultivar a terra em regime de cooperação, isto é, as famílias em sistema de rodízio, ajudavam-se entre si. Essa prática do mutirão só teve êxito nos primeiros meses da ocupação, sendo abandonada pelos assentados, pois, segundo eles, nem todos cumpriam as suas tarefas, o que tornou essa prática, aos poucos, inviável.

O segundo passo foi definir a moradia e o local comum onde se deveria conversar sobre o cotidiano do grupo.

---

117 Embora o Estado tenha reduzido ainda mais o tamanho de algumas parcelas de terra, quando construiu a rodovia Alça Sudoeste que passa dentro do Condomínio.

As casas foram aos poucos sendo construídas mas não por todos os assentados. Das 39 famílias que foram beneficiadas com a terra, apenas 19 residem no assentamento<sup>118</sup>. As demais apresentam vários motivos para nele não residir, dentre os quais dificuldades financeiras para construir, e, possivelmente o mais forte, o medo de estar fazendo um investimento duvidoso, já que a área é considerada de expansão urbana.

Existe, entretanto, no interior do grupo, uma compreensão que se diferencia do exposto acima. Construir as casas do assentamento, pode, ao contrário do que alguns imaginam, dar a segurança de se fixar na área, pelo menos como morador urbano, caso o projeto do Estado de urbanização na área se realize. Construir uma casa é um benefício garantido por lei<sup>119</sup>. Em vista disto, as casas são construídas em alinhamento e não de forma dispersa, como é comum construir no campo. A estratégia de construir as casas no Condomínio, se não tem sido incorporada por todos os assentados, por alguns tem permitido uma reelaboração dessa prática. Muitos dos que construíram suas casas, construíram também para seus filhos, genros etc. Na época da pesquisa já

118 Dados coletados com a aplicação dos questionários em fevereiro de 1993.

119 A idéia de que a casa, as fruteiras, as cercas são benefícios garantidos por lei, encontram-se no Estatuto da terra Art. 24, Seção II, mas desde que o trabalhador se encontre na condição de arrendatário, que não é o caso desses trabalhadores. Entretanto, no Art. 98 da seção IV que trata dos ocupantes de terra públicas afirma "aquele que... ocupa por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, tornando-o produtivo por seu trabalho, e tendo nele sua morada..., adquirir-lhe-á o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita". (Cf. Luz, Valdemar P. da. Estatuto da Terra - 1991 - p.55)

havia 30 casas construídas, das quais apenas 19 pertenciam aos assentados<sup>120</sup>. Em geral, os filhos casados trabalham na cidade, mas boa parte ajuda a família no roçado, na época do plantio e da colheita.

Construir as casas no assentamento tanto permite ficar próximo ao cultivo, evitando desperdício de tempo no deslocamento e despesas com transporte, como formar uma comunidade com interesses relativamente comuns. A formação de uma comunidade implica em construir laços de sociabilidade que garantem, no mínimo, diminuir (e não extinguir) as diferenças. Essas diferenças são discutidas na Casa da Comunidade. A própria idéia de Casa da Comunidade representa "casa de todos", influência bastante forte de seus mediadores, a Comissão Pastoral da Terra - CPT.<sup>121</sup>

Na "Casa da Comunidade" do Condomínio discutem-se as dificuldades do grupo, as formas de ter acesso a benefícios sociais, como água, luz e outros, e a própria perspectiva do grupo na terra. As famílias assentadas cultivam a mandioca para vender e repassar o lucro para a Casa Comunitária. A casa de farinha foi construída em parte com a ajuda desses recursos, e com o que a comunidade conseguiu junto a amigos, membros da Igreja Católica dentre outros<sup>122</sup>. Até o momento da pesquisa, os assentados não

---

120 Dados coletados com a aplicação dos questionários em Fevereiro de 1993.

121 Essa influência é percebida em outros bairros da cidade, como exemplo podemos citar a "Casa da Comunidade" do Conjunto Severino Cabral.

122 Essa informação circulou em uma das reuniões do grupo da qual nós participamos.

havam conseguido o maquinário para transformação da mandioca em farinha, entretanto, já havia promessas de adquiri-lo.

As relações de parentesco entre os entrevistados não são predominantes no grupo, mas tem sido comum alguns deles indicarem seus parentes para comprar os benefícios do agricultor que desiste de ficar no assentamento. Dentre as 39 famílias, 15 apresentam relações de parentesco<sup>123</sup>. As famílias desistentes argumentam que estão ficando impossibilitadas de trabalhar, devido à idade avançada, e outros afirmam que preferem tentar conseguir melhores condições de vida em outras cidades do país.

O critério mais importante para ter acesso à terra no condomínio é ter participado da luta pela terra em 1986 e não ter sido beneficiado. Em geral, todos aqueles que conseguiram ter acesso à terra através da compra dos benefícios são os que lutaram pela terra, e estavam na lista de espera, embora existam as exceções. Estas, foram realizadas sem cumprir o critério adotado pelo grupo e têm gerado discussão e até conflitos internos.

A identidade de marginalizado do processo de trabalho e de pobre, criada para ocupar a terra, é mantida pela comunidade como critério para aqueles que desejam entrar para o Condomínio, acrescentado de um critério mais

---

123 O chefe da casa que vamos denominá-lo de "A" por exemplo, tem 2 filhos assentados; o "B" tem 3 filhos e um cunhado; o chefe "C" tem 2 irmãos; o chefe "D" 1 cunhado e o chefe "E" 1 filho assentado.

rígido: ter participado da luta em 86. Em tese, este é o "passaporte" para possuir um lote de terra no Condomínio quando alguém desiste. Se por um lado esse é um critério rígido, por outro lado, permite que parentes das famílias assentadas que contribuíram de alguma forma na ocupação de 86, prestando-lhes solidariedade, sejam beneficiados, mesmo que, na época, não estivessem lutando por um lote de terra. Isto é verificado atualmente pela condição de assentado de alguns filhos daqueles que ocuparam em 1986. Tal prática contribui para marginalizar ainda mais os trabalhadores que não tem acesso à terra e que não participaram da luta por ela.

Mas o elemento mais forte de sociabilidade é a religião. Durante os meses de maio e dezembro, as famílias do Condomínio fazem novenas de casa em casa. No dia 19 de março, comemoram o dia de S. José, padroeiro do agricultor<sup>124</sup>, e a data da ocupação do terreno, embora a ocupação tenha sido no dia 24 de fevereiro. A religiosidade se mostra, assim, tão forte, que é capaz de incorporar, ao calendário religioso, a data política da ocupação.

As novenas de maio são animadas pelas famílias do Condomínio. Previamente, são marcadas os dias do mês em que a imagem da Santa possa ser cultuada nas residências do assentados. A novena tem, como referência a pequena imagem

---

124 O dia 19 de Março, dia de São José, é tomado como indicador do ano: caso chova, o inverno será bom. Caso contrário será ruim. Cf. GARCIA JR. O sul: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesas e transformação social. (1989, p. 108)

de uma santa, encontrada por uma agricultora, quando cultivava a terra, possivelmente vinda nos caminhões que depositavam lixo no terreno. O ritual da novena é feito de casa em casa uma vez por semana, desde que o dono da casa permita. As famílias acompanham a imagem rezando e cantando.

Quanto às comemorações de março, ocorrem com a presença das famílias do Condomínio e das comunidades de agricultores vizinhos, que são convidadas. A procissão tem, como ponto de partida a casa de uma família do Condomínio e, o ponto de chegada, a Casa Comunitária. O santo cultuado nesse mês é São José. Em 1994, a imagem de São José saiu da casa de Sr. Manoel, às 19h 30min, com destino á Casa Comunitária<sup>125</sup>. Antes de dar início a caminhada foi procurada entre os presentes uma criança de nome José para levar o santo nas mãos.

Nas falas dos trabalhadores durante a procissão, foi possível observar as preces e os votos de devoção. O dono da casa pediu que não fosse esquecida a data de comemoração de São José. Uma senhora do Condomínio, além de reforçar essa fala, pediu que não fosse esquecido o nome de José Gonçalves. Ele deve ser sempre homenageado e cultuado pela comunidade. José Gonçalves aparece para estes trabalhadores como símbolo de luta e sofrimento.

A caminhada, com a participação de, aproximadamente, 150 pessoas, foi iniciada com uma queima de

125 Esses dados são provenientes do acompanhamento que fizemos a essa atividade religiosa em 19 de março de 1994.

fogos de artifícios. Os homens, em sinal de respeito à imagem, retiravam os chapéus, e as mulheres, com terços nas mãos, "puxaram" a reza.

Outra atividade religiosa que ajuda a manter os laços de sociabilidade são as caminhadas que simbolizam a luta em defesa das melhorias da vida do homem do campo. Estas caminhadas são organizadas normalmente pela Comissão Pastoral da Terra da Paraíba. Nos dias 30 e 31 de outubro de 1993, foi realizada a 2ª Romaria da Terra<sup>126</sup>

A caminhada, da qual participaram agricultores de várias regiões da Paraíba, saiu do sítio Lucas, indo até o sítio Paus Brancos.<sup>127</sup> Durante a caminhada, houve três paradas para fazer lanches e representações teatrais. As peças teatrais simbolizavam o tema da caminhada: "Pão, Água e Moradia".

Essa atividade foi organizada por membros da Pastoral, que com um carro de som, cantavam músicas religiosas, referindo-se à necessidade de o agricultor ter acesso à terra. Após quase 8 horas de caminhada, chegamos ao destino. Lá, foram realizadas cerimônias e servido o pão

---

126 "Celebrar Romaria da Terra com o país em crise é reorganizar a esperança dos pobres da terra. As romarias da terra mostraram uma multidão de trabalhadores e trabalhadoras celebrando o Deus da promessa que garante a "terra nossa, liberdade". Nosso dever cristão é, além de rezar Pai Nosso e Ave Maria, lutar para transformar este mundo". Cf. texto entregue aos romeiros na 1ª Romaria da Terra, realizada em 11 de outubro de 1992 - CPT - Comissão Pastoral da Terra. Equipe de CPT de Campina Grande - PB.

127 A comunidade saiu do sítio Lucas as 19h30min com destino ao Sítio Paus Brancos fazendo um percurso de 20 km. Acompanharam este ritual aproximadamente 1000 pessoas. Esses dados são provenientes do acompanhamento que fizemos ao grupo do condomínio Rural Serrotão neste evento.

para os participantes, como símbolo do alimento de que os trabalhadores necessitam.

Portanto, os laços de solidariedade permitem que o grupo continue sonhando com a permanência na terra, mesmo que as dúvidas sobre esta permanência tornem este sonho um pesadelo, que poderá, em futuro próximo, ser consumado, com a urbanização. As dúvidas, a ansiedade, a falta de certeza levam boa parte dos trabalhadores do Condomínio a construir uma outra estratégia, a construção e idealização de um "outro futuro".

Dentre os temas discutidos no Condomínio está a aposentadoria, preocupação de todos, uma vez que só lhes é possível consegui-la quando estiverem de posse da documentação comprobatória de haverem trabalhado na terra. Para obter o documento, eles deveriam ter os recibos de pagamento do que eles chamam de "Incra". Entretanto, como não têm documento de posse da terra, eles não podem pagar os impostos. A saída para conseguir chegar ao futuro com certa estabilidade é, então, articular o trabalho no roçado com o trabalho na cidade. O trabalho na cidade, quando é possível, além de contribuir no orçamento da família, já que a terra é considerada "pouca", às vezes permite a estes trabalhadores o sonho da aposentadoria como trabalhador urbano.

Para o assentado, o trabalho na cidade é denominado de "emprego", mesmo que a relação com o "patrão" não seja regulamentada de acordo com os princípios da legislação trabalhista. Muitos deles, quando conseguem o

"emprego", não recebem sequer o salário mínimo, e nem têm a carteira profissional assinada. As atividades são em geral, de servente de pedreiro, motorista, serviços gerais, vigilantes, embora em número reduzido encontramos atividades mais "estáveis", como funcionário público, pequeno comércio, enfermeira, dentre outros<sup>128</sup>. Encontrar um emprego possibilita uma certa "poupança" e, com ela, pagar durante o inverno uma ou mais diárias a um agricultor, que, normalmente, é seu vizinho. Esta estratégia permite ter uma ocupação que lhe garanta uma "renda" para auxiliar aquela proveniente da agricultura, ao mesmo tempo que contribui para pequenos investimentos, tanto na agricultura como na aquisição de algum objeto pessoal ou doméstico<sup>129</sup>.

A "contratação" da mão-de-obra no Condomínio ocorre somente quando o inverno é considerado bom, ou quando alguém da família está impossibilitado de trabalhar, seja por razões de doença, ou porque o chefe de família está trabalhando em algum emprego na cidade, diminuindo, desta forma, os membros da família que trabalham no roçado.

Para os trabalhadores com emprego, que conseguem ter acesso a alguns benefícios trabalhistas, principalmente a carteira assinada, estes direitos aparecem como possibilidade de poupança, através do fundo de garantia, do aviso prévio e do seguro desemprego, ou, mesmo, quando

128 Dados coletados com a aplicação dos questionários.

129 Segundo depoimentos de alguns informantes, o "emprego" garante comprar um móvel para casa, uma ferramenta para trabalhar no roçado etc.

possível, do "acordo"<sup>130</sup> que fazem com a firma. Os "acordos" com as firmas permitem adquirir algum dinheiro não previsto na renda familiar, com o qual também reformam a casa, compram bens móveis etc. A carteira assinada é "a carta escondida na manga da camisa" para o futuro. É o jogo do cotidiano: se não for possível conseguir uma certa "estabilidade" com o trabalho no Condomínio, o emprego na cidade pode ser a alternativa de um futuro mais estável.

Portanto, para o assentado que está cultivando um pequeno pedaço de terra, a atividade na cidade tem uma importância fundamental, por isso a preferência de manter as duas ocupações. Entretanto, o sonho não se acaba com a aposentadoria, a possibilidade de uma vida mais tranquila é uma esperança que os assentados desejam para os filhos.

*"Não gostaria que meus filhos vivessem na rua sem casa para morar, sem trabalho. Gostaria que vivessem bem, tivessem educação, tivessem trabalho, e desse prá estudar. Ser professor, mecânico, pedreiro. Pegasse um emprego assim de torneiro. Um serviço mais elevado, prá não ser tão sofrido, como muitos".<sup>131</sup>*

Embora o assentado tenha sonhado com a "terra prometida", para os filhos ele pensa um futuro diferente. O desejo dos pais é de que os filhos possam trabalhar em

---

130 Os entrevistados chamam de "acordo" à negociação que fazem diretamente com o patrão na cidade para dar baixa na carteira profissional, receber um valor estabelecido entre os dois e continuar trabalhando na firma sem a carteira assinada.

131 Trechos da entrevista de João Malheiro concedida em 30/08/93.

atividades tipicamente citadinas, mas em atividades consideradas mais "elevadas".

Os empregos na cidade, principalmente os de professor, torneiro, pedreiro, são para o entrevistado acima, ocupações que estão no topo da hierarquia social. Isto porque ele as vê como referência inversa à agricultura, uma atividade considerada por ele como "pesada" e pouco lucrativa. Como as experiências dos pais em atividades na cidade são, em geral, ocupações com pouca ou quase nenhuma qualificação e, por isso, mal remuneradas, suas aspirações para os filhos vão no sentido de desejar uma atividade "mais elevada".

Portanto, as estratégias de permanência elaboradas pelo grupo, com a assessoria dos membros da CPT, em parte têm sido incorporadas, mas também têm sido reelaboradas e em outros casos desconstruídas pelos assentados. Contudo, é importante observar que estas estratégias têm, como referência, o projeto de "Reforma Agrária" e de "Mudança Social" de alguns setores da Igreja Católica. Observemos esta fala dos mediadores, no caderno "Alto Serrotão: um passo para a libertação":

*"Enquanto todos não tiveram vida, e vida com abundância, vamos somando forças na luta. Só a classe trabalhadora, unida e organizada, pode realmente lutar contra a exploração, a violência a dominação dos "tubarões" contra os empobrecidos da terra. Por isso, sabemos que vencemos uma batalha, mas ainda não ganhamos a guerra. Ainda somos muitos os trabalhadores que estão sendo*

170

*perseguidos e assassinados pela polícia do governo, e sabemos que isso continua ocorrendo, porque a nossa sociedade continua dominada pelos grandes proprietários e seus aliados*"<sup>132</sup> (p.19)

Já se passaram nove anos da ocupação, e não temos condições de "projetar" o futuro destes trabalhadores na área (e nem é este ofício do cientista social) portanto, alguma idéia sobre a permanência na terra, seria "pura especulação". Apenas podemos chamar a atenção do leitor para que na representação dos trabalhadores entrevistados o "futuro na área" cultivando a terra é bastante duvidoso, pois as estratégias para isolar o "inimigo" não são estáticas, acabadas, e também porque o "inimigo" não recuou, ao contrário, pode estar neste momento utilizando um projeto mais sutil para atingir seus objetivos.

O fato dos trabalhadores ocuparem a terra em 1986, e no ano seguinte, ser aprovado na Prefeitura o projeto de criação do bairro do Serrotão já é o primeiro indício da urbanização. A formação de um bairro pressupõe a criação de nomes de ruas e no Serrotão elas já estão registradas nas contas de água e luz. Transformar a área em bairro é também construir um espaço atrativo para vários grupos sociais. As propriedades próximas são mais valorizadas, os investimentos de infra-estrutura, como calçamento, asfalto, vão aos poucos aparecendo, e neste sentido, esses sinais da urbanização ao

---

132 Cf. Alto Serrotão: um passo para a libertação. Série - Lutas do povo trabalhador nº 1. Publicação CENTRAC - Centro de Ação Cultural. Campina Grande - PB (s/d)

mesmo tempo que contribuem para melhoria da qualidade de vida do assentado, também faz parte de um novo caminho percorrido pelo poder público para concluir o seu projeto.

Estes investimentos do Estado podem não estar visivelmente entendidos pelos entrevistados como o processo de desenvolvimento da urbanização, mas lhes permitem compreender que sua permanência na terra é bastante instável.

Se para os trabalhadores terem acesso à terra não prometida, foi importante a orientação dos seus mediadores (CPT), para permanecerem, essa presença ainda é mais visível. Isso pode ser verificado na forma como os assentados organizam a vida do assentamento.

Ao conseguirem a terra no Serrotão, as iniciativas dos trabalhadores assentados foram no sentido de reforçar os laços de sociabilidade enquanto grupo, através de várias decisões: distribuição das parcelas da terra em tamanho iguais; a prática do mutirão para o cultivo da terra; decisão sobre os interesses do grupo tomados em conjunto; as construções das moradias, da Casa da Comunidade e da casa de farinha, enfim, um "modelo" de comunidade.

Este modelo de vida dos assentados tem o objetivo de apresentar para a sociedade a imagem de um grupo solidário, com práticas coletivas de trabalho e com atitudes políticas comuns diante da responsabilidade de administrar a terra ocupada. Entretanto, no interior do grupo há práticas diferenciadas e de interesses bastantes individuais.

A primeira forma de negar a identidade de trabalhador solidário foi a rejeição da prática do mutirão. Esta prática funcionou no início da organização do assentamento, em seguida, ela foi abandonada por não ter atingido o efeito esperado. A única atividade atualmente desenvolvida em mutirão é o cultivo do terreno da Casa Comunitária, e ainda assim, segundo depoimento de alguns entrevistados, alguns dos assentados preferem pagar a alguém para substituí-lo, do que participar do mutirão.

Uma outra forma é a rejeição das decisões coletivas. Nem sempre as decisões de interesses do grupo são tomadas em conjunto. Muitas vezes, ocorre do assentado "vender a posse" da terra para alguém que não teve nenhum envolvimento com sua luta, ou, neste tipo de "transação comercial" algum parente do assentado ser beneficiado com a terra, independente de ter lutado por ela.

Nesse sentido, a identidade de grupo solidário e homogêneo é manipulada em algumas circunstâncias por alguns dos trabalhadores assentados. A similitude e a prática social coletiva foi um desejo dos seus mediadores, mas essas práticas, em geral, não são absorvidas por todos aqueles que participam do assentamento, sendo transparente as diferenças no interior do grupo.

Mas a identidade de maior referência dos assentados é aquela que define a sua condição no assentamento. O sonho ao ocupar a terra era tornar-se proprietário. O fato de terem os trabalhadores ocupado a

terra em uma área considerada pela prefeitura de expansão urbana, contribuiu para que eles não recebessem o título de posse, documento que garante a condição de posseiro. Portanto, nestas condições a identidade é frágil e possivelmente transitória, já que a área poderá ser utilizada pelo Estado para construção de conjuntos habitacionais.

Se para entrar na terra (não) prometida foi necessário elaborar táticas e estratégicas, a permanência na área cultivando roçados é duvidosa e carregada de preocupações. As experiências lutando pela terra e atualmente a insegurança de nela permanecer contribui para que esses trabalhadores se preocupem em entender e reelaborar as noções de direitos, como uma forma de se proteger de novas expulsões ou de se prevenir para ficar como morador urbano. O valor dado aos direitos é o tema que vamos interpretar no próximo capítulo.

**CAPITULO TERCEIRO**

**"DA DADIVA DE DEUS AOS  
PRESENTES DOS HOMENS"**

## "DA DÁDIVA DE DEUS AOS PRESENTES DOS HOMENS"

As noções que os entrevistados têm dos direitos sobre a terra são provenientes do contexto social no campo dos anos 50 em diante. No início dos anos 60, iniciou-se o processo de modernização da agricultura brasileira<sup>133</sup>, com a expansão do capitalismo. As relações de trabalho que, em geral, dependiam de relações personalizadas entre proprietários e trabalhadores<sup>134</sup>, com a modernização sofreram grandes alterações<sup>135</sup>. Estas, por seu turno, contribuíram para grandes mobilizações dos trabalhadores do campo em torno dos seus direitos.

Com o objetivo de articular a luta dos trabalhadores no campo, três grandes instituições sociais se configuravam: o Partido Comunista, as Ligas Camponesas e a Igreja Católica. Segundo SILVA (1987)<sup>136</sup>, "O Partido

133 Sobre o caráter da Modernização no campo neste período, cf. Silva, José Graziano da. A Modernização Dolorosa-Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1982.

134 Cf. SIGAUD, Lygia. A Percepção do salário entre trabalhadores rurais. IN Capital e Trabalho no Campo (Paul Singer e outros) (org) Jaime Pinsky. São Paulo, Hucitec, 1979. (Col. Estudos Brasileiros, 7)p. 49-67.

135 Estas alterações ocorreram em vários níveis: na expropriação do morador da casa e do lote de terra que cultivava ou na expulsão do morador da propriedade. (cf. SIGAUD, Lygia. IN Capital e Trabalho, 1979. op. cit) ou na transformação desse morador em assalariados, entre outros (cf. Furtado, Celso, 1964).

*Comunista (PC) colocava a luta pela terra como um componente da revolução democrática burguesa... cujos pontos principais eram: ...fixação de um limite máximo para as propriedades... desapropriação dos latifúndios... iniciando pelas áreas próximas dos centros urbanos; venda de lotes aos camponeses a preços módicos."*(p.13)

As Ligas Camponesas defendiam, segundo ainda este autor, "... a liquidação de todos os 'restos feudais' (cambão, parceria, vale do barracão etc.) e do próprio latifúndio, através da desapropriação das suas terras por interesse social com indenização em títulos do poder público..." O setor da Igreja Católica considerado por GRAZIANO como moderado, "...propunha uma reforma agrária "justa" com a desapropriação das terras abandonadas e inexploradas e sua venda (a longo prazo) aos legítimos camponeses." Já os considerados católicos radicais "... acreditavam que os trabalhadores rurais, através de sua participação nos sindicatos, iriam desenvolver sua própria consciência de classe e agir como classe"(p.13)

A efervescência dos movimentos em defesa da Reforma Agrária, contribuiu para que, em 1963, fosse criado o Estatuto do Trabalhador Rural, funcionando como uma forma de legislação trabalhista no campo. A partir de 1964, com os militares no governo, cria-se o Estatuto da Terra. A literatura em geral<sup>137</sup>, que trata do Estatuto da Terra,

---

136 Silva, José Graziano da. Mas, qual reforma Agrária? IN Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. (ABRA) ano 17, nº 1. São Paulo, Editora Joruês, 1987, p. 11 - 50.

associa sua criação como uma estratégia dos militares para inibir os movimentos dos trabalhadores do campo em defesa da Reforma Agrária. Não é nosso objetivo discutir esta questão. Interessa-nos, neste momento, chamar a atenção do leitor para as condições sociais em que os direitos vão sendo compreendidos por esses trabalhadores.

A necessidade dos trabalhadores ao exigirem seus direitos passa, inicialmente, pelo uso do Código Civil<sup>138</sup>. A limitação deste conjunto de leis é visivelmente observada, na medida em que a luta dos trabalhadores evidenciavam novas necessidades, surgindo, portanto, novas leis. Desse modo, entendemos que as leis que definem o direito agrário, não foram dadas: elas são provenientes da pressão de vários grupos sociais, para democratizar o acesso à terra. O fato dessas leis refletirem ou não integralmente os interesses dos trabalhadores é outra discussão que não está contemplada neste trabalho. O termo "direito" apareceu muitas vezes nas falas dos entrevistados, e acreditamos que o conhecimento dos direitos sobre a terra, por esses trabalhadores, surgiu neste contexto.

Por isso, sentimos necessidade de apresentar como os direitos foram entendidos por esses trabalhadores durante suas experiências lutando pela terra e quais as "táticas" e "estratégias" elaboradas para utilizá-los.

---

137 Cf. por exemplo, Silva José Graziano da. (1987) op. cit.

138 Cf. Julião Francisco. Que são as Ligas Camponesas? Rio de Janeiro. Ed. Brasiliense. SA. 1962. Segundo este autor "A lei em que se baseia o movimento camponês para se reorganizar e reivindicar os seus direitos é o Código Civil e não a Consolidação Trabalhista (58-59)

Vamos apresentar inicialmente as noções de direitos, a partir da interpretação que eles têm da posse da terra enquanto uma dádiva de Deus, ao mesmo tempo como incorporam, a esta dádiva, as leis como presente dos homens.

Para os entrevistados, a posse da terra tem inicialmente uma explicação bíblica. Do seu ponto de vista, e tal como o dissemos em capítulo anterior, a terra foi concedida por Deus a Abraão, mas Josué teria usurpado o seu direito... *"quer dizer que nós não podemos entrar no direito da posse do outro. O morador que na vez que passou 10 anos, 15, 20... ele é posseiro"*. Portanto, a compreensão do direito tem sua origem na interpretação que eles têm da Bíblia e, em seguida, do Estatuto da Terra<sup>139</sup>.

As duas percepções que eles têm dos direitos sobre a terra, em certo sentido, forma incorporadas através das orientações que receberam de membros da Igreja Católica ao longo de suas experiências na luta pelo acesso à terra.

As experiências desses trabalhadores, lutando por terra na condição de morador, rendeiro ou foreiro, contribuíram para afirmar seu direito à posse para um possível acionamento na justiça. Afirmar perante o judiciário que a terra é sagrada, foi dada por Deus, não implica em argumentação jurídica, mas comprovar que trabalhou 10, 15, 20 anos na terra, ao contrário, pode

---

139 Não temos formação especial que nos permita esclarecer esta interpretação do entrevistado sobre este direito à luz do Estatuto da Terra, embora, na leitura sobre este, observamos que, no seu art. 92, cap. IV, aponta pistas neste sentido.

garantir judicialmente o acesso à propriedade. A interpretação que têm os entrevistados sobre direito à terra é inicialmente de que ela é sagrada. Mas com a experiência da posse, esse direito adquire uma natureza jurídica. Segundo LEVENHAGEM (1985)<sup>140</sup>, mesmo na discussão da natureza jurídica da posse, ainda há muitas polêmicas:

*"Há os que a consideram como direito real; outros admitem como direito pessoal. Há os que nela reconhecem nada mais do que mero estado de fato, e outros finalmente, embora concebendo-a como um estado de fato, atribuem-lhe não propriamente uma categoria de direito, mas uma posição de direito" (p.22)*

Para esses trabalhadores, que passaram boa parte de sua vida lutando por uma parcela de terra para cultivar, seja na condição de arrendatário, meeiro, alugado ou até mesmo pequeno proprietário, a condição de posseiro pode ser a transição para a condição de proprietário. A posse é a garantia do direito ao acesso à terra, se não for usurpada por outros.

O fato de Josué, segundo o Sr. Benedito, ter violado o direito de posse de Moisés tem um significado. Josué está representando o papel daqueles que usurpam a posse de outros, representação significativa para explicar a realidade desses trabalhadores. Estes, cultivaram a terra em áreas da periferia da cidade durante muitos anos, fazendo

140 Levenhagem, Antonio José de Souza. Código Civil. Comentários didáticos (Direito das Coisas) São Paulo, Editora Ática S.A. 1985.

desmatamento, arrancando toco, enfim deixando-a valorizada para o mercado imobiliário. O proprietário, seja através do mecanismo de expulsão (como jogar o gado para destruir as plantações), seja usando o poder judiciário, consegue usurpar a posse dos trabalhadores.

MOURA (1988:15)<sup>141</sup> estudando as formas de apropriação e expulsão da terra no Sertão de Minas Gerais, mais particularmente no Vale do Jequitinhonha, chama a atenção para as possibilidades de transformação jurídica da posse. Segundo ela, a posse pode constituir-se legalmente em propriedade privada: *"Na prática, a propriedade privada tornar-se antitética da posse, instituto provisório a ser transformado em propriedade"*.

No estudo que ela fez, a posse dos trabalhadores foi transformada em propriedade privada, por grandes proprietários ou indivíduos poderosos, através dos registros cartoriais. Neste sentido, o fato de o posseiro não receber o título de posse permite a grupos ou pessoas, individualmente, expropriarem a posse e torná-la sua propriedade.

Portanto, o acesso à terra, para grande parte dos trabalhadores brasileiros, têm se constituído em um problema social. As possibilidades de acesso à terra pelos trabalhadores "sem terra" em geral, têm ocorrido através das lutas, no enfrentamento com os proprietários.

---

141 MOURA, Margarida. "Os Deserdados da Terra": a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bertrand (Col. Corpo e Alma) Brasil, 1988.

A condição do grupo em estudo, permite-lhe conhecer as noções de direitos sobre a terra, na medida em que participam da luta pelo seu acesso. Esses direitos são provenientes da sociabilidade com outras pessoas na mesma condição, ou com grupos que orientam a luta pela Reforma Agrária. Eles são contemplados pela legislação, mas, em geral, são usados pelos entrevistados de forma estratégica.

O fato do grupo em estudo pertencer à segunda ou terceira geração que vem trabalhando no Serrotão (embora ainda existam membros da primeira geração de trabalhadores na área), contribuiu para que fosse elaborada a idéia de que o tempo de trabalho realizado pelos avós e pelos pais é um tempo herdado por eles, e que, "através dos tempos", foi se constituindo em direitos. São direitos adquiridos e herdados através da tradição. É uma estratégia para garantir, na justiça, a posse, usando o argumento do tempo de trabalho na propriedade.

Além do tempo incorporado ao trabalho na terra, há também os benefícios construídos por eles e pelos pais, como por exemplo: o desmatamento, a casa construída, as cercas, as fruteiras. Esses benefícios são considerados pela legislação como direitos que lhes permitem uma indenização, em caso do proprietário desejar sua saída. A interpretação do Estatuto da Terra é estendida tanto ao trabalho realizado na fazenda do Major, na fazenda Ramada, como atualmente, no Condomínio Rural Alto Serrotão.

A lei é concebida por eles como uma norma recente e "doadada" pelo governo. No período em que o Major Juvino do O administrava a fazenda, o que imperava no lugar das leis, era a "palavra". A palavra definia as relações de trabalho, os acordos entre proprietários e não proprietários, e os compromissos estabelecidos entre as partes envolvidas em quase todas as situações.

Na memória dos trabalhadores entrevistados, ficaram registradas as condições em que as relações de trabalho entre seus pais e o Major eram fundamentadas. A partir da memória de Marcos (assentado e filho de um ex-morador do Major), podemos reconstruir os direitos que regulamentavam as relações sociais na fazenda.

1. Os direitos costumeiros: "a lei era uma palavra que ele tinha"

*"Naquela época aqueles moradores moravam lá... e aí outros não entendiam que as leis queriam tomar conta. Vamos supor você tem um negócio, e hoje você não pode fazer um negócio à toa, você tem que bater um contrato, porque todo mundo não é consciente. No tempo do Major Juvino era uma palavra que ele tinha. Ele cumpria todo o direito... não é como agora. Hoje em dia, é do maior ao menor, tem que ser pelas leis. Se não tiver leis, nada feito e fica tudo esquisito, tudo pela leis. Você errou, tá errado. Você acertou, tá certo".*

Na fala acima, a expressão: "a lei era uma palavra que ele tinha", apresenta o significado dos direitos e deveres costumeiros, que imperavam na época do Major. Foi comum encontrar nos relatos dos entrevistados significados de "proteção" quando lembram da relação com o Major. Por exemplo, quando eles afirmam: "o Major não exigia nada da gente; não exigia a palha; não botava o gado para comer a lavoura; nós vivia sussegado". São expressões que têm significados de relacionamento pessoal através de práticas costumeiras. Segundo MOURA (1988:20):

*"Nessa Sociedade Agrária, há um direito costumeiro, há normas herdadas das antigas ordenações, e há aquelas que acompanham mais diretamente as exigências do Capitalismo como o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra"*

Na relação com o Major, estas tradições são lembradas pelos entrevistados em várias circunstâncias: no pagamento do foro da terra, na autonomia de plantar e vender a cultura que desejasse; na possibilidade de alugar um ponto dentro do seu terreno a outro agricultor; na liberdade de construir as moradias e as casas de farinha, e na criação de "sementes de gado". O foro era pago anualmente, entretanto, quando o trabalhador não dispunha de recursos para pagar ao Major, este concordava que o pagamento pudesse ser adiado, não criando qualquer impedimento para que o trabalhador continuasse trabalhando. Os caminhões, segundo os entrevistados, trafegavam normalmente dentro da fazenda,

para levar os cereais cultivados pelos trabalhadores para o mercado, sem a interferência do Major. Os trabalhadores vizinhos, que possuíam roçados e não tinham como transformar a mandioca, usavam as casas de farinha dos trabalhadores sem serem molestados pelo Major. Estas são as representações que os entrevistados têm das relações sociais que vivenciaram no Serrotão, são representações de um "tempo bom", "tempo de fartura" e "tempo de sussego", onde o proprietário não interferia nas estratégias de sobrevivência dos moradores foreiros.

Esse foi um momento histórico em que as leis ainda não imperavam como "autoridade imparcial" em lugar das decisões dos proprietários da terra. Ao contrário, as relações entre proprietários e trabalhadores no campo ainda eram personalizadas.

Quando Marcos anuncia, no relato acima, a "chegada" das leis, ele está chamando a atenção para o momento de ruptura das relações sociais na fazenda. Este é o contexto social em que a terra é dividida entre os herdeiros do Major, em que as Ligas Camponesas começam a ter atuação em Lagoa de Dentro, área vizinha ao Serrotão. É o momento em que as Leis do Código Civil Brasileiro são usadas pelas Ligas para legitimar os direitos de acesso à terra na condição de proprietário. Segundo Julião (1962), o Código Civil é um conjunto de leis que legitima o acesso à propriedade privada e durante os anos 50 e 60 foi utilizado com muita frequência na justiça pelos trabalhadores: "O

*Código Civil, base do direito burguês porque compreendia o direito privado, serve também ao campesinato" (p.60).*

Essa discussão de que o direito à propriedade privada é um direito burguês é bastante polêmica, mas não faz parte do nosso objeto de estudo. O que nos interessa registrar, é o fato de que o Código Civil contempla o direito à propriedade, e foi usado, estrategicamente, pelos trabalhadores nesse período.

A expressão "as leis queriam tomar conta" tem vários significados: nesse período, tornaram-se visíveis as contradições entre proprietários de terra e trabalhadores do campo, e foram as leis que mediaram os conflitos, diante dos tribunais, em substituição à palavra do Major. Nos conflitos entre os proprietários e trabalhadores do Serrotão, várias vezes estes últimos foram reclamar dos herdeiros do Major na justiça. As reclamações tratavam das expulsões, das destruições das casas de farinha, ou ainda, da ameaça de agressão dos herdeiros.

Segundo um representante do Sindicato, na época, as ações na justiça caminhavam lentamente, fazendo com que muitos trabalhadores desistissem e fizessem pequenos "acordos". Estes, eram aceitos pelos trabalhadores, como uma tática para evitar a perda dos direitos conquistados durante o período que trabalharam na terra, ou, como afirmam eles, não "sair de mãos vazias".

Um outro significado da expressão "as leis queriam tomar conta" é a possibilidade da existência de uma Reforma

Agrária, defendida pelas Ligas Camponesas. Foi um momento de aspiração de mudanças em substituição à palavra do Major. Esta situação também está expressa neste depoimento do Sr. Zé Rita:

*"Por Zé Pedro (diretor do sindicato e possivelmente membro das ligas) ninguém tinha comprado um palmo de terra (dos herdeiros), especialmente por causa desse negócio de desapropriação, dessa liga camponês, que vinha com esse negócio de desapropriar terra... que o proprietário não tinha direito à terra, só quem tinha direito à terra era o agricultor. Até hoje nós estamos atrás dessa Reforma Agrária e ainda não apareceu. Pode até vir de amanhã em diante, que era a única coisa que a gente precisava no Brasil, era uma Reforma Agrária, porque se nós tivesse uma Reforma Agrária nós não tinha o banditismo que tá aí... dono de terra que começa aqui (e vai) até perto de Queimadas, tudo de um dono só".*

Na compreensão do entrevistado, o acesso à terra deve ser um direito para todos, proprietários e não proprietários. A sua compreensão dos direitos sobre o acesso à terra é que ela deve ser democratizada. O que é condenável para ele, é haver poucos proprietários com muita terra e uma maioria de não proprietários.

Se a palavra do Major estava baseada em determinados costumes da época, ou em uma certa tradição, com o direito agrário, as relações sociais conferem obediência às instituições, aos códigos, que são representados por órgãos e homens que representam as leis. É

um novo tempo. É um tempo em que os costumes e a "palavra" deviam ceder lugar à regulamentação jurídica.

Essas leis, aos poucos, tornaram-se populares para os trabalhadores do Serrotão. Com a leitura do Estatuto da Terra, eles passaram a compreender que o proprietário só devia colocar o morador para fora da propriedade, se esta fosse doada ou transferida em forma de herança, mais, ainda assim, lembra o entrevistado, tinha que indenizar as benfeitorias e comprar uma propriedade da mesma dimensão daquela cultivada pelo agricultor. Neste caso, o agricultor tinha, também, preferência em adquiri-la através da compra. Para os entrevistados, os seus direitos estavam sendo legitimados através das leis.

Mas o direito costumeiro não cedeu lugar facilmente ao direito institucional. Os herdeiros do Major sabiam do "perigo da terra ficar comum", como afirma uma agricultora, por isso era necessário "botar para fora", mas, se possível, fazendo acordos. Estes acordos, de certa forma contribuíram para evitar que houvesse um alargamento dos direitos para aqueles que o aceitavam. O trabalhador fazendo o acordo, não tinha mais direito de acionar a justiça. Para os trabalhadores que dispunham de alguma "reserva" havia a possibilidade de adquirir, através da compra, um lote de terra para cultivar. As vendas dos lotes também ocorreram através de acordos. O Sr. Zé Rita é um exemplo de ex-morador que conseguiu tornar-se um pequeno proprietário, sem ir ao Tribunal.

A venda de alguns lotes de terra possibilitava que as propriedades dos herdeiros não se configurassem enquanto áreas disponíveis para Reforma Agrária, caso ela viesse a ser realizada. Isto porque aproximadamente 1300 hectares foram, partilhados entre os nove herdeiros, e alguns deles, através de acordos com os moradores, ainda fracionaram mais a terra, tornando sua área insuficiente para a Reforma Agrária.

Um outro tipo de acordo ocorria através de "pequenos agrados", entendidos e tratados por proprietários e trabalhadores como indenização. Neste sentido, os acordos eram taticamente usados por proprietários e trabalhadores. Os primeiros, com medo da Reforma Agrária; os segundos, por medo de perder, por completo, os direitos.

Esses "acordos" eram realizados na casa ou no escritório do proprietário que, normalmente, era na cidade e, na porteira, entre uma propriedade e outra. Várias situações foram ocorrendo quando se processava a saída paulatina dos trabalhadores da terra no Serrotão. Tais situações muitas vezes não foram resolvidas ou enfrentadas perante o tribunal, quem mediava era o exército:

*"Porque o exército veio para Rodrigues (proprietário) fazer combinar com os morador... para que os seus moradores tivessem seus direitos, e Rodrigues não queria. Queria era voar pra fora sem... ele chamava a gente de "os comunistas". Aí foi obrigado o exército vim para dentro e tratou:  
- Vocês têm que trabalhar, esses homens precisam trabalhar... então você tem que*

189

dar o direito deles também, não pode ser assim, de avoar tudo para fora sem que eles tenham seus direitos... o sr. que é dono da terra tem o direito de acudir o pequeno, porque não pode ficar tudo assim abandonado.

- Aí foi quando ele disse:

- É que eles são uns bando de comunista, quer tomar a terra da gente...

Foi no tempo das ligas... aí o sargento disse:

- Não, não pode ser assim. Eles estão trabalhando em cima do direitos deles.

Eu achei que naquela época o exército foi a nosso favor"<sup>142</sup>

Se este conflito não foi levado ao tribunal, foi mediado por uma força de coerção emanada pelo Estado para impor a "ordem". Para os personagens envolvidos, as noções de direitos já faziam parte de seu cotidiano. Enquanto o Sr. Zé Rita, acreditava que o exército fazia o papel de mediador, observando "in locu" os direitos de cada um, o proprietário, de forma estratégica, acusava os trabalhadores de comunistas, para sensibilizar os membros do exército presente no conflito. Na reelaboração que o Sr. Zé Rita faz da fala do "sargento" já está implícita a noção dos direitos: "Eles estão trabalhando em cima dos direitos deles". Esta expressão do membro do exército, conforme expressa o Sr. Zé Rita, é a confirmação de que os proprietários não podiam, segundo a legislação, expulsar os moradores. Se esses "acordos" não tinham como palco os tribunais, eram, assim, uma forma de os personagens envolvidos nos conflitos irem, aos poucos, incorporando a legislação e se constituírem em novos sujeitos, cujas

<sup>142</sup> Trechos da fala do Sr. Benedito

relações são mediadas por direitos regulamentados. Independente de irem ou não aos tribunais, esses direitos existiam e foi necessário reivindicá-los.

Há outro momento narrado pelo entrevistado, em que o exército também participou da mediação entre proprietários e moradores:

*"Havia muita encrenca por aqui Dr. Balduino (possivelmente genro do Major) tinha aquele açude salgado, que era o trapiá, era onde nós bebiamos. Ele botou nove arame pra ninguém num beber lá. Ainda ocupou o exército, foi... o exército veio, nós chegamos aqui... fomos bater lá. Alí nós bebiamos água direto, no tempo de seu Juvino do O. Alí dr. Balduino comprou e cercou com nove arame pra ninguém não entrar... aí nós botamos o arame abaixo, aí ele foi chamar o exército. aí quando o exército chegou, nós tava tudo acampado... aí chegou e disse:*

*- Quem é o chefe daqui?*

*Aí eu disse: aqui não tem chefe, coronel. Aqui é a necessidade. Você tá vendo essa mulhé, uma com lata, outra com cabacinha? é a sede. Tem deles que num tem um jumentinho pra ver uma carga d'água, tem deles que num tem. Carrega na cabeça. Esse homem tem essa água aqui e nós vamos morrer de sede? Alí ele virou-se pra dr. Balduino e disse:*

*- É Balduino, tem dois assunto aqui pra você. Você faz um chafariz aqui, e traz a encanação d'água pra aqui e os meninos carrega água do chafariz. Você aceita?*

*Eu disse: - nós aceita. Alí ele (dr. Balduino) disse:*

*- Ah! isso eu não faço não.*

*- Alí o coronel falou: Então vocês resolvam. Só foi entrar dentro do carro e foi embora e nós ficamos carregando água".<sup>143</sup>*

Na memorização do conflito acima, o exército se faz presente ao Serrotão, a pedido do proprietário, já com a idéia de que havia se instaurado a "desordem". A primeira preocupação do "coronel" foi saber quem era o chefe da "desordem". Quando, taticamente, o Sr. Zé Rita responde que o conflito teve início quando foi negado pelo proprietário, o direito de homens, mulheres e crianças não morrerem de sede, o coronel propõe as alternativas para resolver o conflito, mas não foram aceitas pelo proprietário.

A decisão do entrevistado de ficar carregando a água, é uma estratégia para que seus direitos sejam reconhecidos. As últimas frases do relato do Sr. Zé Rita nos permite duas interpretações: a primeira é a de que o "coronel" não conseguiu mediar o conflito, deixando as partes envolvidas para "resolverem", e a segunda é que, através da resistência e a temosia, quem resolveu a situação foram os moradores, quando lembra o entrevistado: "e nós fiquemo carregando água". Portanto, os "novos" direitos tanto iam sendo absorvidos, através da luta no tribunal, como através da mediação do Exército, mas, também, quando possível, os trabalhadores exigiam e conseguiram que seus direitos fossem reconhecidos.

Em outras circunstâncias, a luta pelos direitos ia sendo colocada na "ordem do dia" de forma violenta.

*"Em Chico Canuto (morador) mesmo, eles avoaram os troços dele tudo na estrada. Rodrigues veio com a polícia e nós tava na hora da audiência... um bocado de*

gente, quando dei fé chegou 3 carros de polícia, 3 ou 4 ... aí nós fumo cercado mandado pelo Juiz, aí pegaram os troços de Chico Canuto, aí botaram no meio da estrada, sem direito a nada... aí ele passou a noite todinha no sereno... era uma tristeza. Agora tudo isso ali através de Zé Euflazinho (diretor do Sindicato) e o advogado. Porque quando a polícia veio com o despejo, quem primeiro o coronel perguntou foi pelo presidente do Sindicato... aí ele tinha fugido. Aí ele disse:

- Mas ele era o primeiro pra tá aqui, mas não fugir e deixar vocês. Quer dizer que ele deixou vocês num precipício e tirou o ponto, né?

- Mas deixa que o finado Zé Euflazino fazia o seguinte: ele de dia combinava com a gente e de noite ia pra casa dos fazendeiros fazer comoção com os patrões. E deixava a gente no desmantelo".<sup>144</sup>

O entendimento dos direitos na passagem acima, já se diferencia dos relatos anteriores. Aí, os direitos não dependem do que está estabelecido nas leis, mas dependem de argumentação jurídica e de poder. O Juiz e a polícia, na representação do Sr. Benedito, estavam representando a lei e se colocavam a favor do proprietário, enquanto o presidente, ausente do sindicato, Zé Euflazino, deveria estar representando Chico Canuto, o morador despejado. A perda do direito, como morador da terra, deve-se para o Sr. Benedito pela falta de representação política que eles não tinham, na época: o sindicato, representado por Zé Euflazino não garantia nenhum poder para os trabalhadores. Depreende-se,

---

144 Trechos da fala do Sr. Zé Rita.

então, que o direito também implica, para seu Benedito em poder.

Na memória dos trabalhadores entrevistados, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais utilizava as leis em benefício dos proprietários. Esse é um momento em que os dispositivos legais dispunham de mais legitimidade que os direitos costumeiros e a tendência do Sindicato era mediar os acordos entre trabalhadores e proprietários, e, em geral, estes últimos eram os beneficiados.

Entretanto, o que podemos observar é que, neste processo de ruptura das relações de trabalho no Serrotão, o processo de conhecimento e o entendimento dos direitos, é comum tanto a moradores como a proprietários, pelos menos a partir das representações dos trabalhadores entrevistados. Os direitos baseados na legislação foram sendo entendidos como novos valores que ocupam os espaços dos direitos costumeiros, até então elaborados a partir de decisões pessoais.

Para os proprietários, do ponto de vista dos entrevistados, esses novos valores também provocaram o sentimento do medo, em vista da possibilidade de uma Reforma Agrária, caso as Ligas Camponesas fossem vencedoras, como também havia o medo da aplicação do Estatuto da Terra, na regulamentação das relações de trabalho. No Estatuto da Terra encontramos: "No caso de alienação do imóvel arrendado, o arrendatário terá preferência para adquiri-lo em igualdade de condições, devendo o proprietário dar-lhe

conhecimento da venda..."<sup>145</sup>. Nesse sentido, se o proprietário tinha o projeto de especular com a terra no mercado imobiliário, os direitos de acesso à terra pelos trabalhadores, seja através de uma Reforma Agrária, seja através desse artigo do Estatuto da Terra, eram um impedimento para realização desse projeto.

Para os trabalhadores, por um lado, este momento põe fim a costumes e práticas que, se não contribuíam para garantir melhorias no padrão de vida, também não colocavam em risco o acesso à terra. Por outro lado, a ruptura com estas práticas representaram não só a existência de conflitos, mas a necessidade de uma legislação que legitimasse seus direitos.

Portanto, entre receios, medos, estratégias de expulsão, de resistências, esses direitos sobre a terra, aos poucos foram concebidos como legítimos tanto por proprietários como por trabalhadores. Estes, foram sistematizando, no discurso, os direitos que foram adquirindo, tanto através do saber religioso, interpretando a Bíblia, como através do conhecimento das leis, interpretando o Estatuto da Terra.

A partir da década de 60, os trabalhadores que cultivavam a terra na área por nós estudada, começaram a se familiarizar com as leis. Durante a década de 70, muitos trabalhadores que saíram do Serrotão foram trabalhar em uma

145 Cf. Art. 92 parágrafo 3º cap. IV do Estatuto da Terra. IN Estatuto da Terra (org) Valdemar P. da Luz, Porto Alegre, Sagra, 1991.

área vizinha (Fazenda Ramada).

Durante mais de 15 anos, dezenas de famílias cultivaram a terra nesta área, na condição de foreiros<sup>146</sup>. No caso da relação de trabalho na fazenda Ramada, o foreiro não residia na terra, mas pagava uma renda anual para cultivar culturas como: o milho, o feijão, a batata-doce e a mandioca, embora alguns plantassem também o algodão. Em 1980, teve início o processo de expropriação dos foreiros da terra. Vejamos no Processo Judicial<sup>147</sup> as negociações e as estratégias presentes nos discursos, dos advogados dos proprietários (os herdeiros e o Estado) e dos foreiros.

2. "Os conflitos no tribunal vão contribuindo para o conhecimento dos direitos..."

Nosso objetivo, ao estudar o processo judicial, está voltado para compreender como os conflitos entre trabalhadores e proprietários foram permitindo o conhecimento dos direitos sobre o tema que foram normatizados pelas leis para regulamentar as relações de trabalho no campo a partir da década de 60. Os conflitos,

---

146 Segundo HEREDIA "são chamados foreiros, os pequenos produtores que arrendam parcelas de terra pertencentes aos engenhos ou fazendas, dentro dos quais vivem, pagando por elas uma renda anual denominada foro" (p. 16), cf. HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

147 Cf. Processo Judicial nº 124/1981. 3º Cartório Fórum Afonso Campos, Campina Grande, PB.

quando levados ao tribunal, além de ser uma das formas de legitimar as normas instituídas, já que deixaram de ser "solucionados" entre as porteiras das fazendas, contribuem para que os sujeitos neles envolvidos tomem conhecimento sobre seus direitos. Neste sentido, os direitos são explicitados pela corte e, ao mesmo tempo, são interiorizados pelos sujeitos envolvidos nos conflitos. Portanto, os conflitos, ao contrário do que se possa imaginar, contribuem para reforçar a interiorização do "novo modelo" de direito resultado das exigências da sociedade, tal como foi o Estatuto da terra.

Inicialmente, observemos as identidades elaboradas construídas na linguagem jurídica dos advogados para diferenciar trabalhadores e proprietários. São autores da ação 124 rendeiros<sup>148</sup>, nomeados, um a um, na inicial. A inicial data de 10 de março de 1981 e os autos conclusivos datam de dezembro de 1984. Perante os tribunais, os rendeiros e os proprietários têm como porta-vozes os advogados. Com a palavra, o advogado dos trabalhadores:

*I. "Os suplicados são proprietários de extensa faixa de terra localizada nos sítios Ramada - Bodocongó, glebas essas de domínio dos três (03) primeiros demandados e da COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR - CEHAP, esta "és-vi" de uma desapropriação consensual lavrada aos doze (12) dias de novembro de 1980.*

---

148 No Processo Judicial eles são nomeados de rendeiros pelo advogado. A descrição dessa relação pelos entrevistados, assemelha-se a de arrendatário conforme o Art. 95, seção II, do Estatuto da Terra.

197  
II. Os suplicantes são arrendatários dos sítio Ramada, localizados neste município e comarca, onde há quinze anos cultivam glebas com agriculturas de subsistência, pagando pontualmente o foro, aos seus proprietários<sup>149</sup>.

As identidades dos trabalhadores são elaboradas na fala dos advogados, a partir das relações que trabalhadores e proprietários estabeleciam para cultivar a terra.

A imagem do trabalhador apresentada pelo advogado diante da corte é de quem vem suplicar, quem vem pedir com humildade que seus direitos sejam reconhecidos. Esta súplica é dirigida aos proprietários, que recebem o atributo de os suplicados. A imagem dos proprietários é construída negativamente por ter negado os direitos dos trabalhadores, embora quem deve reconhecer ou não os direitos dos grupos envolvidos é o Juiz, através da argumentação e provas documentais, apresentados pelos seus representantes, também baseado nas leis. Portanto, existe o conflito e deve ser resolvido diante e pelo Juiz, "legítimo" representante da lei. Devolvemos a palavra ao advogado:

III. "Tramita por esta 3ª Vara desta Comarca, os autos de uma AÇÃO INDENIZADORA promovida por parte dos suplicantes contra os proprietários daquelas glebas ROBERTO CORREIA DO MONTE, MARIA DE LOURDES E IRACI ALVES CORREIA, não tendo, no entanto ainda o desfecho final, mas constatando "quantum-sufficit" estão os danos a posse velha e turbação, decorrendo daí a obrigação de indenizar que a

---

149 Inicial do Processo de Manutenção de Posse requerida pelos trabalhadores da fazenda Ramada e Bodocongó aos proprietários.

responsabilidade civil impõe, <sup>198</sup>  
esclarecendo-se ainda que o fato da  
Companhia Estadual de Habitação - Cehap  
- ter expropriado parte das glebas  
convulsionadas não a elide de nenhuma  
das obrigações decorrentes de contratos  
anteriores...

IV. Esta demanda visa acima de tudo  
resguardar a posse velha dos suplicantes  
nas glebas arrendadas, e hoje  
violentamente turbada, inclusive pela  
Companhia Estadual de Habitação Popular  
- Cehap -, a qual deseja edificar um  
conjunto residencial sobre as plantações  
dos suplicantes, isso sem o pagamento da  
prévia e justa indenização<sup>150</sup>.

O conflito chega ao tribunal para que o juiz  
defina com quem está o direito. O advogado dos trabalhadores  
argumenta que eles têm direito à posse que está sendo  
violentada pela Cehap e pelos demais proprietários. O  
direito à posse "velha", ou seja, antiga, está baseado no  
longo período de trabalho na terra. Portanto, enquanto os  
trabalhadores construíram a idéia de que têm direitos à  
terra através de uma antiga posse, para o advogado da Cehap  
a compreensão é diferente:

"...É "data venia", inteiramente  
inacolhível a pretensão dos autores e o  
embargo das obras, pois é princípio  
legal, consagrado pela doutrina e  
jurisprudência, a de que descabe  
qualquer procedimento judicial que vise  
à proteção possessória de um bem  
expropriado"<sup>151</sup>.

---

150 Op. cit.

151 Inicial da contestação de posse pela Cehap encontrada no processo já citado.

Para o representante da Cehap, existe um outro direito consagrado pela jurisprudência, que anula a posse em uma área expropriada.

Diante do juiz, o advogado da Cehap utiliza a tática de que é necessário viabilizar o projeto do Estado, ou seja, beneficiar trabalhadores através da construção de casas populares.

Mesmo que existam elementos que comprovem o direito de posse dos trabalhadores, há segundo a fala do advogado da Cehap, um "princípio legal" que não protege a posse em uma área que tenha sido expropriada. Em outras palavras, na fala do representante da Cehap há uma hierarquia de direitos. O direito pleiteado pelos trabalhadores da fazenda Ramada deixou de existir na medida que existe, um direito superior que também é garantido pela lei, ou seja, a posse dos trabalhadores passou a ser um direito de menor expressão face da desapropriação da terra pelo poder público. Entretanto, como expusemos no cap. II deste trabalho, quando da ocupação do Serrotão, o Estado também havia expropriado a terra para construção de casas populares e o direito dos trabalhadores ficar na terra foi legitimado, só que através de um direito não normatizado, a ocupação. O direito de acesso à terra foi estabelecido em outra instância de poder, entre os trabalhadores.

Portanto, os direitos foram concebidos e emanados não apenas através da lei, mas por experiências que esses trabalhadores vivenciavam nas diversas situações sociais.

A posse dos trabalhadores de mais de quinze anos foi paulatinamente, no discurso do representante do Estado, transformada em propriedade privada ou domínio do Estado. O tempo que os agricultores passaram destocando, derrubando e destocando a mata, e cultivando a terra foi, diante da autoridade judicial, transformado através de "meias palavras", em propriedade do Estado, ou seja, a possibilidade dos trabalhadores terem acesso à terra através da posse, foi negada pelo Estado.

Portanto, enquanto os trabalhadores utilizavam a tática de contar o tempo trabalhado na terra por seus pais e por eles, desde o período em que prevaleciam os direitos construídos costumeiramente, os proprietários usaram uma outra tática: utilizaram esse tempo para atrair infraestrutura para a área e conseqüentemente, incorporarem valor à terra para vendê-la no mercado imobiliário. Nesse caso, a terra cultivada por esses trabalhadores foi vendida ao Estado, que lhes negou a posse.

Continuando a percorrer os caminhos tortuosos do processo, passamos ao relato das testemunhas dos agricultores<sup>152</sup>. É importante observar que, no processo, não constam as perguntas que o juiz normalmente faz às testemunhas. Entretanto, pelos seus depoimentos, há indícios de que, para o juiz, o importante era provar os estragos feitos pelos animais nas lavouras, para, possivelmente,

---

152 Consta no Processo Judicial depoimento de apenas 2 testemunhas dos trabalhadores.

chegar a uma definição dos direitos, a partir da indenização e não da posse.

Trechos do depoimento da 1ª testemunha dos agricultores.

*"Que, conhece as propriedades, mas não conhecendo os seus proprietários; que não sabe de ciência própria, mas a etiqueta é de Roberto com os rendeiros, e só pode caber a ele a autoria da invasão e não de outras pessoas que nada tem a ver com o caso; que, não sabe de quem era o gado que destruiu as lavouras dos posseiros; que, na nota feita tem mais de cem (100) rendeiros, mas na realidade, há mais de duzentos (200) rendeiros nas duas propriedades, ou seja Ramada e Bodocongó; que, é voz corrente que foi alugada a pastagem da propriedade para botar o gado dentro; que não há cerca dividindo a área de cada posseiro; que, não sabe quem autorizou os posseiros a fazerem a cerca, mas eles não são malucos para fazerem a cerca por conta deles;..."*  
(J.B.N)

Se a indenização era a meta do Juiz para resolver a situação, a testemunha não silencia sobre os argumentos que podem contribuir para legitimar a posse dos trabalhadores. Afirma, J.B.N. que não sabe o(s) nome(s) do(s) proprietário(s), mas a "etiqueta" é de Roberto (Correia do Monte) e dos rendeiros, expressando a idéia de que há direitos adquiridos pelos trabalhadores sobre a terra do proprietário.

No depoimento da testemunha, também aparecem duas informações que se contrapõem à informação dos proprietários. A primeira é de que a pastagem teria sido

alugada pelo dono da terra para o proprietário do gado: "*é voz corrente que foi alugada a pastagem da propriedade para botar o gado dentro*". Este depoimento contesta a informação dos proprietários. Segundo estes últimos, rezava no contrato feito entre as partes que, no mês de outubro, os roçados deveriam ser entregues para pastagem.<sup>153</sup>

Segundo depoimentos dos entrevistados, não havia formulação do contrato há muito tempo entre as partes, e que, nos últimos anos, nem sequer os recibos eram entregues, pois era uma relação baseada na palavra. No processo, foram apresentadas pelo advogado dos proprietários três cópias de contratos, todas datadas da década de 70: uma de 73, outra de 74 e outra de 75.<sup>154</sup>

As pessoas citadas nos contratos não constam na inicial do Processo Judicial como rendeiros. Portanto, as provas apresentadas não eram dos rendeiros que estavam pleiteando a indenização e a posse, mas eram antigos contratos de pessoas que haviam deixado de trabalhar na propriedade, e, portanto, não eram autores no processo. Colocar como prova documental, antigos contratos que não dizem respeito à Ação Judicial foi uma astúcia dos proprietários para que o juiz não concedesse a posse que os trabalhadores estavam requerendo.

---

153 Cf. Processo Judicial nº 124/1981. p. 80, a 90.

154 Idem

Eis um trecho do depoimento da 2ª testemunha dos agricultores,

*"Que, efetivamente ali trabalham muitos rendeiros e muitos deles com mais de 15 anos; que, os rendeiros pagavam em novembro de cada ano a renda do ano seguinte; que, foi mandado arrombar um açude existente na propriedade Ramada; que, estima em 120 rendeiros na terra em litígio; que as invasões na Ramada foi depois que os posseiros fizeram as cercas, e foram mandado cortar as cercas, o arame e destruir as estacas; que, não sabe se foi destruídas as casinhas na área em litígios; ... que, os rendeiros variavam de área, uns tinham dois quadros, outros três, outros meio quadro". L.S.D.*

Segundo essa testemunha, as cercas foram levantadas pelos agricultores e depois foram destruídas pelos proprietários, sendo a partir daí que começaram as invasões de gado na Ramada.

Uma outra informação transmitida pela fala da testemunha indica que os rendeiros não construíram "cercas por conta própria" na terra dos proprietários. Na fala dos advogados dos proprietários, os rendeiros são acusados de terem levantado cercas sem o consentimento do proprietário para alterar a dimensão da posse. Sobre esse impasse, os rendeiros foram parar na delegacia e afirmaram que apenas levantaram as cercas já existentes, que foram derrubadas a mando dos proprietários. Voltemos à fala do advogado dos trabalhadores:

*"Que, no último sábado, 04 de abril de 1.981, os requerentes visando garantir o plantio, recuperam aproximadamente 500 metros de cerca em arame farpado, e para desespero de todos, domingo pela manhã estava a referida cerca totalmente danificada, com as pontas dos arames cortadas e as estacas arrancadas e quebradas;*

*"Que, o ato criminoso só pode ter sido praticado pelo categórico GOZADOR DA HUMANIDADE, (Grifos) o senhor Roberto Correia do Monte (Grifos) tendo em vista que só a este interessa que os suplicantes desistam dos seus plantios".*

Os trabalhadores aparecem nesta fala do advogado como edificadores dos benefícios destruídos pelos proprietários. Estes, ainda desejavam, perante à autoridade policial, serem reconhecidos como beneficiários dos direitos. Como se vê, para que os direitos possam ser legitimados, as provas documentais podem se constituir também enquanto uma invenção. No caso dos argumentos elaborados pelos reivindicantes, ganha aquele que apresentar um discurso com maior poder de convencimento e maior coerência.

Além das provas apresentadas pelas partes envolvidas no conflito, outras provas constam no processo. São os relatórios feitos pelos peritos indicados pelas partes interessadas. Estes relatórios tratam do mapeamento dos estragos feitos pelo gado nas culturas para uma possível

indenização. As questões principais contidas nesses relatórios dizem respeito à comprovação ou não de prejuízo para os reдеiros; quais os tipos de cultivos ali praticados; se houve danificações nas cercas; se houve bom inverno no ano de 80, para confirmar se houve ou não lucro; se as culturas haviam sido colhidas ou não, quando da invasão do gado. Mas a preocupação maior dos proprietários não era a indenização das lavouras estragadas, era a possibilidade dos trabalhadores conseguirem a posse da terra. Vejamos como o discurso das proprietárias de uma parte da terra em questão, diferencia-se do argumento de outro proprietário - a Cehap.

Apresentamos trechos da contestação de posse por parte das proprietárias Maria de Lourdes Correia e Iracy Alves Correia:

*"Ninguém ignora que o requisito fundamental de uma possessória é a prova da posse. E é elementar que, para provar a posse, tem-se de caracterizar a coisa possuída, determiná-la, indicando dono, número e marca dos veículos, proprietários, limites e área dos imóveis".*

*"Desse modo, a inicial teria de dizer onde ficava o roçado de cada um dos autores, na terra de quem, qual sua área, origem e tempo de posse. Mas, disso não cuidou a inicial, que se tornou inviável, configurando-se a hipótese do artigo 295 & único, inciso III, do Cod. de Processo, o que se pede seja reconhecido e declarado".*

*"A razão é que, utilizando seu imóvel para criação de gado, as constestantes o dividem em duas partes; numa o gado*

206

*pastava durante o inverno; na outra, arrendada para roçados, durante o verão. Sempre foi assim, décadas a fio, os contratos renovando-se a cada não, sem nenhum problema para ninguém".*

Nesta parte do processo, as duas proprietárias dos terrenos cultivados pelos trabalhadores, chamam a atenção para o fato de que os trabalhadores não deveriam ter direito à posse, pois não sabiam os limites dos roçados em que trabalhavam, isto é, trabalhavam sem utilização das cercas para demarcar os roçados. Segundo depoimento dos agricultores nas entrevistas, todos sabiam onde estavam localizados seus roçados. Muitas vezes a forma encontrada para separar um roçado de outro era um pé de umbu ou de mulungu. Entretanto, enquanto o Estado, através da Cehap, não aceitou a posse dos trabalhadores, porque havia uma lei maior que protegia a área expropriada, para as duas proprietárias, o argumento utilizado foi no sentido de afirmar que os trabalhadores que estavam requerendo a posse não possuíam provas que a confirmassem.

O fato dos trabalhadores não possuírem contratos e recibos, levou o advogado que os representava a se basear nas tradições que selavam as relações de trabalho existentes entre eles e os proprietários para comprovar a posse. Novamente aparecem os indícios de que os direitos costumeiros selavam a vida destes trabalhadores nos roçados. Naquele momento, diante dos tribunais, os proprietários negaram as tradições e lutaram para ficar com a terra a partir dos direitos institucionais. Os direitos costumeiros

aos poucos foram ficando "tortos", diante da força jurídica do direito.

*"Que, ultimamente, ou seja, precisamente nos últimos anos, o proprietário deixou de fornecer recibo de pagamento correspondente ao arrendamento, todavia, os requerentes cercados de boa fé e considerando serem rendeiros há mais de uma década, conforme provam com testemunhas, sem existir entre arrendador e arrendatários a menor dúvida e mais por serem pessoas ignorantes não se apressaram em exigir documento (recibo), referente aos pagamentos das anuidades que religiosamente são efetuados no mês de outubro de cada ano; "Que diante do impasse procuraram defender suas culturas, afastando o gado, entretanto, tiveram que abandonar a idéia, face às ameaças que vem recebendo por parte do proprietário, dos animais e na pessoa do seu vaqueiro".*

Para sensibilizar a autoridade judicial, o advogado, não dispondo de documentação que prove a posse, usa como tática construir a imagem de "ignorante" do trabalhador. A ignorância de seus direitos havia levado estes trabalhadores a não exigir documentos (contrato, recibo etc) do proprietário. Nem assim o advogado convenceu o juiz, e os trabalhadores perderam a posse da terra, através de um Mandado de Segurança, acatado pelo Tribunal de Alçada em João Pessoa, capital do Estado.

Uma outra fonte utilizada para o acompanhamento do conflito existente na fazenda Ramada foram os jornais (Diário da Borborema e Jornal da Paraíba). Vamos tentar

compreender algumas falas dos trabalhadores sobre esse conflito.

Reproduzimos, inicialmente, a primeira carta-aberta dos trabalhadores da Ramada, publicada pelo Diário da Borborema, (1980):

*"No ano de 1970, tomaram chegada, grupos de agricultores na localidade de Ramadas, nas proximidades do bairro de Bodocongó, nesta cidade, cuja área tem aproximadamente 450 hectares, pertencentes aos herdeiros de Dona América, mais conhecida por Dona Merquinha que por motivo de saúde passara ao neto Roberto do Monte, os cuidados administrativos, a quem os referidos foreiros arrendaram parte do terreno suficiente para o cultivo da agricultura de subsistência.*

*Agimos em mutirão em todo desmatamento, inclusive pagando o foro, e começamos a plantar feijão, milho, mandioca e algodão, além da plantação de batata-doce, cebola e cumentro. Isto a partir de 70; enquanto antes já haviam pessoas que há muito tempo arrendaram o terreno para agricultura com o mesmo sistema anual, os quais sempre trabalharam com a gente. Muitas vezes pedimos ao Sr. Roberto para cercar o terreno mas nunca atendeu aos nossos pedidos. Resolvemos se reunir e cercar o terreno onde estava o gado pra livrar nossa lavoura da destruição... que desde setembro começou a entrar gado diariamente (umas 150 reses) que estragaram toda a plantação já com cinco meses de plantada sem que houvesse qualquer aviso por parte do proprietário. Nem sobre a invasão do gado, nem sobre a situação do terreno não tocando nem no fator de desapropriação.*

*O resultado é que não recebemos nada sobre o valor da destruição. Até a cerca que separava o gado foi incendiada. Com a entrada do gado à noite combinamos para fazer uma tocaia, nunca faltava cinco a doze homens, e começamos a*

209

*prender o gado no matadouro público. Logo na primeira semana veio a ordem de proibição pelo pessoal dirigente do matadouro, para não prender gado referente à destruição. Finalizando, decidimos levar até a justiça nosso apelo clamando pelo direito de recompensa do nosso trabalho, ainda que sofrendo a fome, além do sacrifício que passa nossas famílias. Pedimos encarecidamente justiça e compreensão humana. Queremos continuar a trabalhar na terra, embora afinados pelo sofrimento, estamos decididos a continuar a luta pelo trabalho e pelo direito de posse"<sup>155</sup>*

Na reportagem do jornal, a voz dos rendeiros anuncia para aqueles que têm acesso à sua leitura, um pouco de suas experiências de luta pela terra. É a história de homens que desde os anos 70, cultivavam a terra na propriedade de Roberto Correia do Monte. Os trabalhadores colocaram na nota o que vinham cultivando na terra, as formas de relacionamento com o proprietário, e o desconhecimento sobre a venda da terra à Cehap, para construção de casas populares.

Eles chamam a atenção do leitor para o fato de que suas plantações foram destruídas pelo gado colocado dentro dos roçados, e, ao mesmo tempo, apresentam as formas de resistência encontradas por eles para impedir que o gado continuasse a entrar nos roçados. As providências por eles tomadas, não surtiram efeito, pois o gado entrava nos roçados porque encontrava a "cerca escancarada", ação forjada pelos proprietários que precisavam se livrar dos

rendeiros e entregar a terra à Cehap. A última saída, segundo a nota, era apelar para a Justiça, confiantes na "compreensão humana".

Para esses trabalhadores, o tempo de trabalho deles e de outros trabalhadores que, antes da década de 70, já vinham cultivando a terra na Ramada, é um tempo que deve ser garantido e contabilizado para garantir "um direito de recompensa". É um tempo herdado, que foi passando de família para família, que iam cultivando a terra da fazenda Ramada.

Quando os trabalhadores afirmam "agimos em mutirão em todo desmatamento, inclusive pagando o foro", encontramos pistas para duas idéias. Primeiro, que foi um trabalho conjunto e que é importante a sociedade saber que havia muitas pessoas trabalhando na área; a segunda, é que sempre cumpriram com os deveres, por isso, pedem pelo que acreditam ter direito. A fala dos trabalhadores na nota do Jornal, pode ser entendida como uma tática para sensibilizar a sociedade, buscando apoio para sua luta.

Vejamos trechos da segunda carta-aberta dos trabalhadores da Fazenda Ramada, reproduzidos no Diário da Borborema (1984), quatro anos depois:

*"De acordo com a exposição que os posseiros fizeram, existem pessoas que moram no sítio Ramada há mais de 30 anos trabalhando na terra e vivendo da agricultura. Em 1980, começaram as contendas a respeito da posse da terra, entre os moradores e a CEHAP. Houve uma audiência à qual os representantes da CEHAP não compareceram, isso já em 1982. Nesta audiência, o Juiz deu ganho de*

211

*causa aos moradores com o seu respectivo direito à posse da terra... entretanto, tempos depois, a CEHAP impetrou Mandado de Segurança em João Pessoa e ganhou a questão... Diante disso, os moradores solicitam da CEHAP, pelo menos, que indenizem a lavoura plantada e deixem a terra ser beneficiada"...<sup>156</sup>*

Dois aspectos devem ser ressaltados nesta segunda matéria do D.B.: o primeiro aspecto já comentado nas páginas anteriores, chama a atenção para o tempo que os trabalhadores cultivavam a terra: o segundo, para o fato de que a lavoura plantada e destruída deve ser indenizada e que a terra deve ser beneficiada. Esta noção da terra beneficiada diz respeito ao compromisso social que o homem deve ter ao adquirir o direito à propriedade, e está baseada no Código Civil (art. 168, III). Segundo este artigo o direito à propriedade deve estar voltado para um fim social. No caso da Fazenda Ramada, a terra estava sendo valorizada para o mercado imobiliário e não para um fim social. É neste sentido que compreendemos a reivindicação dos trabalhadores colocada na nota do jornal.

Representar-se como posseiro diante da imprensa, do governo e do Poder Judiciário, é reconhecer-se judicialmente com direitos. Esse tipo de estratégia torna-se bastante positiva por permitir possibilidades de acesso à terra. Mas isto não ocorreu com os trabalhadores da fazenda Ramada.

---

156 Cf. Diário da Borborema 18/03/1994

Na matéria acima está contida a última apelação ao Governo do Estado da Paraíba: "indenizem pelos menos a lavoura destruída e deixem a terra ser beneficiada". Realmente, esses trabalhadores receberam uma "simbólica indenização" e, como a Cehap não começou a construir as "casas prometidas", voltaram a plantar no mesmo terreno, desta vez sem autorização do juiz e sem negociar com o proprietário (o governo).

A Cehap, outra vez, entrou com uma Ação na Justiça e o Juiz determinou a saída dos trabalhadores. Pouco tempo depois, o terreno foi ocupado por populares que foram, aos poucos, construindo suas moradias.

Neste sentido, a atual forma de entendimento dos direitos que os trabalhadores "assentados" têm já difere de como eles pensavam quando trabalhavam na fazenda Ramada.

As provas documentais exigidas pela corte para garantir os direitos na luta da Ramada, ganharam, no universo mental dos "assentados", a importância exigida pela Justiça. O fato de tais provas não existirem para assegurar a posse, contribuiu para que estes trabalhadores fossem incorporando o "valor" dos documentos como uma prova. A partir do item seguinte, nós podemos observar o valor que os trabalhadores "assentados" no Condomínio Alto Serrotão deram ao "documento passado em cartório".

## 3. "Nós temos um documento de uma palha só..."

*"Eles (os assentados do Condomínio Rural Serrotão) num têm esse direito... (de posse) porque ali é classificado como cidade. Se o prefeito precisa fazer um prédio tem direito de ocupar qualquer um canto que ele quiser fazer, ele (o prefeito) tem o direito, porque ali não é terra de agricultura, ali é cidade, é área de rua".<sup>157</sup>*

O sr. Benedito, ao se referir aos direitos dos assentados ficarem ou não na terra ocupada em 1986, dá a interpretação de uma pessoa que tem experiência na área na condição de trabalhador sem terra, que na rua só encontra, para cultivar, as propriedades que servem para especulação imobiliária. Os agricultores cultivam um, dez, vinte anos nos terrenos na cidade, mas quando "o prefeito precisa"... é ele quem tem o direito. A cidade não é espaço de agricultor cultivar a terra sossegado. Esta argumentação do Sr. Benedito parece ter sido incorporada a partir do discurso elaborado pela Cehap em 1980, quando justificou que a terra expropriada pelo poder público tinha supremacia sobre o direito de posse dos trabalhadores.

Quando os trabalhadores ocuparam a terra no Serrotão em 1986, a área não era considerada urbana. Em 1987, através de um decreto municipal ela passou a ser bairro da cidade. Esse fato levou os assentados do Condomínio a se sentirem inseguros com relação a seu futuro

na área, isto porque eles têm receio de que ela seja utilizada para a construção de conjuntos habitacionais. Por isso, alguns entrevistados do Condomínio acreditam que têm direitos sobre a terra, mas não estão regulamentados pela lei, por não possuírem o documento de posse.

Os trabalhadores do Condomínio construíram a idéia de que, para ter direito, é preciso cumprir deveres. Possuir uma casa e não pagar IPTU, não dá o direito de ser considerado proprietário. Possuir a terra e não pagar o imposto ao INCRA, é não ser proprietário. A inexistência de documentos como IPTU, bem como os documentos provenientes do INCRA que comprovam a propriedade da casa e o domínio da terra, faz com que esses agricultores tenham uma certa insegurança quanto à condição de proprietários. Isso porque há a possibilidade da condição de assentado vir a ser um momento transitório nas suas vidas, ameaçados pela urbanização. Abaixo, podemos observar a comparação que o entrevistado faz do tipo de documento que eles têm, com o milho que só tem uma palha, o tipo do milho sem valor, pois é fraco. Da mesma forma, é o Estatuto do Condomínio, isto é, o documento (Estatuto da Associação) que dá as diretrizes da sociabilidade dos moradores na área, é "fraco como o milho de uma palha só".

*"Se aqui fosse meu por tinta e papel, documentado, aí eu poderia responder forte, mas enquanto não, eu sou emprestado aqui, e a qualquer momento..."*

*O que nós temos é um documento de uma palha só".<sup>158</sup>*

Todos os passos para ter direitos, segundo os entrevistados, devem ser comprovados por documentos. O fato de não pagarem os deveres ao INCRA, embora o desejem fazer, nega a comprovação da condição de proprietário, além de não poderem se aposentar, pois não têm o "Incra" da terra. Muitos deles estão em idade de se aposentar e não conseguiram que lhes fosse entregue o título de posse e, conseqüentemente, a possibilidade de conseguir a aposentadoria.

Mas esses trabalhadores estão certos de que há na legislação direitos aos benefícios construídos, direitos estes que são ratificados pelo sr. Benedito, no discurso abaixo. São os benefícios construídos ao longo dos anos cultivando a terra. São os benefícios necessários e úteis.

*"Está no Estatuto da Terra. O trabalhador enquanto num for indenizado em seus benefícios, necessários ou úteis, tem o direito ao gozo de seus benefícios necessários ou úteis. Enquanto num parar, esses benefícios não tem direito de tirar. Tirar assim, porque tem advogado, e advogado a maior parte só ganha questão é com mentira, calúnia, e truque. Isso eu sei, que eu trabalhei no sindicato e sei. Por exemplo, o sr. faz uma casa, planta fruteiras, são os bens úteis e necessários. E as fruteiras, como bananeira, cajueiro... são bens úteis.*

---

158 Trecho da entrevista de João Malheiro concedida em agosto de 1993.

Os "assentados" foram aos poucos construindo a idéia de que o direito adquirido por eles na terra é o direito aos benefícios, por isso, eles construíram as cercas, plantaram fruteiras e, o que é mais importante, estão construindo casas no alinhamento da Rodovia Alça Sudoeste, que atravessa o Condomínio.

Esta estratégia permite garantir no futuro pelo menos o direito à moradia, caso a área venha a ser considerada, pelo município, como de interesse social para a construção de casas populares. A estratégia de construir a casa no alinhamento da Rodovia permite prever que ela não será indenizada e destruída, será incorporada ao possível conjunto de casas populares. Por isso, alguns assentados estão estrategicamente construindo casas para seus filhos no espaço do terreno destinado ao cultivo. *"Eu penso que nós deve ter um direito de ficar aqui, ao menos cada um com um terreno para morar"... "Se chegar a rua, e eu sei que ela vem... ela já vem aí bem pertinho, a gente tem a garantia de ficar com a morada, aí nós ficamos na rua mesmo"*.<sup>160</sup>

É assim que eles estão idealizando o futuro na área, embora não tenham deixado de lutar para conseguir o direito de continuar cultivando a terra, ou seja, a posse. As noções do direito que eles foram construindo também lhes

159 Trechos da entrevista de sr. Benedito

160 Trecho da entrevista concedida por Carmita.

permitem resolver, à luz do direito costumeiro e também do direito institucional, situações que não podem ser resolvidas na justiça, já que pela força da lei o terreno pertence ao Estado e não a eles. Uma questão resolvida por eles é a questão do direito de transferir a "posse" de um terreno a outro trabalhador, quando, por alguma razão, o trabalhador que é assentado resolve deixar o Condomínio.

Essa situação tem ocorrido diversas vezes, sendo resolvida, na sua maioria, pelos membros do Condomínio. O costume tem sido de chamar a comunidade do Condomínio para uma reunião que normalmente acontece na Casa da Comunidade ou Associação. O trabalhador que está para sair coloca a situação e indica o interessado que deseja comprar os benefícios e não a terra.

Mas também já ocorreu de ter sido vendido o direito de posse, mesmo sabendo que esse direito é bastante fragilizado. "Uma vez nós fomos participar de uma venda de posse. O terreno não tinha nada, só o terreno mesmo. Sete anos ele passou lá e não fez benefício nenhum na terra, mas quem comprou a posse foi uma pessoa que lutou do princípio ao fim"<sup>161</sup>.

Esta é a forma como resolvem a "venda" de uma posse que não têm a certeza de estar garantida pela lei, mas aventuram a possibilidade de terem direito ao tempo de trabalho incorporado nos benefícios construídos.

---

161 Trechos da entrevista de Sr. Gedeão.

Essa insegurança já faz parte do cotidiano desses trabalhadores. Esta "fase transitória" é uma das diversas fases que eles vivenciaram na área. Esses trabalhadores durante o período que estão na cidade cultivaram os terrenos que precisavam ser valorizados, pelo mercado imobiliário, e voltam à mesma condição de trabalhador "sem terra", portanto, sem perspectiva de nela permanecer. Eles destocam a terra, limpam o mato, valorizam a terra, enfim, preparam-na para que os proprietários usem em comum acordo com o Estado para especular. E, outra vez, os agricultores são convidados a se retirarem. É esta uma das condições vividas pelos trabalhadores que saíram do campo e na cidade tentam a sobrevivência.

O direito agrário foi sendo entendido e utilizado por esses trabalhadores, a partir dos laços de sociabilidade que passaram a manter na cidade com vários grupos ou pessoas individualmente. Esses laços de sociabilidade possivelmente foram construídos na medida em que participaram da luta pela terra.

Na relação com os herdeiros, as noções que foram adquirindo sobre o direito agrário, tanto contribuíram para que os trabalhadores sentissem uma certa segurança, como sentissem medo, mas também sentiam quando os seus direitos tornavam-se fragilizados. Com os novos direitos, havia a esperança de que, no caso de serem expulsos da terra, não saíssem de "mão vazias".

Mas o direito também provocou o medo, era o medo da Reforma Agrária defendida pelas Ligas Camponesas. Estas, haviam elaborado uma proposta para que os trabalhadores tivessem acesso à terra, a Reforma Agrária seria alcançada através da luta armada. Essa ação conferia-lhes, do seu ponto de vista, uma identidade de comunista. Identidade que era visualizada negativamente pelos proprietários, pelo Exército e pela Igreja. Estes três segmentos sociais faziam parte do cotidiano dos trabalhadores no Serrotão e, possivelmente, contribuíram para que eles absorvessem essa rejeição à identidade de comunista.

Os direitos eram considerados fragilizados pelos trabalhadores, quando eles se sentiam desprotegidos. Essa proteção deveria ser dada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Do ponto de vista dos entrevistados, no entanto, esta entidade não se configurava como defensora dos seus direitos, mas dos direitos dos proprietários.

A experiência na fazenda Ramada contribuiu para que esses trabalhadores absorvessem a identidade de posseiro. Esse atributo pode ser utilizado como passaporte para a condição de proprietário, o que lhe faltava entretanto, era o reconhecimento jurídico.

Para serem reconhecidos como posseiros da fazenda Ramada, esses trabalhadores utilizaram várias estratégias: nos jornais se reconheciam como rendeiros, mas justificavam o tempo trabalhado na terra e os benefícios construídos como elementos constitutivos da posse; perante o juiz utilizavam

o mesmo discurso, mas pelo fato de não possuírem as provas documentais que comprovava o tempo trabalhado na terra, se reconheciam na condição de ignorantes por não terem exigido dos proprietários esses documentos.

Por não terem conseguido a posse na fazenda Ramada, continuaram assumindo a identidade de posseiro quando ocuparam a terra no Serrotão em 1986. Reivindicaram para si o tempo trabalhado na terra pelos pais, pelos avós, embora alguns deles não tenham tido parentes trabalhando ali. Esse tempo é considerado por eles como uma herança, e estrategicamente é entendido como uma possibilidade de utilizar na justiça para garantir a posse, já que também não têm documentos que a comprove.

Uma outra forma de manter a condição de posseiro é continuar construindo os benefícios na terra. Esses benefícios, se não garantirem o direito à posse, garantem o direito à indenização.

A experiência dos assentados, diante do não recebimento do título de posse que possa garantir sua permanência na área, contribui para elaborar novas estratégias para garantir no futuro seu reconhecimento pela sociedade como morador urbano, caso a área venha a ser transformada de roçados em conjuntos habitacionais: são as suas residências, as residências dos filhos, dos genros, que estão sendo construídas no terreno destinado ao cultivo da terra.

## 4. "Direito de pobre é morar nas pontas de rua"

A vinda destes trabalhadores, para a cidade permitiu incorporar à sua noção de direitos a condição de cidadão com direitos aos benefícios ditos "urbanos". A cidade é representada por eles como um espaço que, além de lhe negar esses direitos, ainda cria as condições para a sua marginalidade.

Na cidade o espaço que lhes é reservado é o de pobre, isto é, a periferia. Nesta área da cidade, encontram-se os cortiços, as favelas, o esgoto aberto, e o lixo que, muitas vezes, não é coletado pela prefeitura, e é depositado em terrenos baldios.

Segundo depoimento de um entrevistado, eles moram em pequenas casas sem conforto, onde o prefeito e os vereadores só aparecem em época de eleição. Dificilmente há ruas calçadas, com meio-fio, e muitas vezes as casas e as ruas não são eletrificadas. Mas quando chega no final do mes, ele tem que pagar por tudo aquilo que não consumiu ou consumiu precariamente.

*"A gente que mora na periferia da cidade, só mora nas pontas de ruas. Até para receber um benefício da prefeitura é difícil. Sempre o que a gente vê é lama nas ruas. A buraqueira é grande... quem mora nas pontas de rua sempre falta alguma coisa. A cidade é pra pessoas que tem seu bom emprego, pra quem tem seu bom estudo, aí vai morar nas ruas que*

*sejam beneficiadas com calçamento, rede  
de esgoto. Coisa que prá pobre é sempre  
muito difícil."* <sup>222</sup> 162

Se a moradia na cidade contribui para o entrevistado, se identificar como pobre, as dificuldades dele ser incorporado às atividades de trabalho acrescentam-lhe a condição de marginalizado. As possibilidades de arrumar trabalho na indústria não são impossíveis, mas, com certeza, são difíceis. Primeiro, porque Campina Grande não é uma cidade que tenha um parque industrial com potencial para absorver a força de trabalho disponível; segundo, porque as atividades "disponíveis" são as comerciais e boa parte dos agricultores que estão na cidade também têm "pouca leitura", alguns não sabem mesmo "assinar o nome".

Não podemos conceber esta situação como generalizada, nem para os trabalhadores de origem rural, nem para os cidadãos pobres, mas esta situação acontece, e é a referência de não cidadania de muitos grupos sociais na nossa sociedade. Eles são, pela lei, considerados cidadãos, mas a sociedade lhes nega os direitos básicos que lhes conferem em parte essa condição. Portanto, a falta de acesso ao trabalho, de acesso à terra, à escola, à informação de uma forma geral, tem, do ponto de vista desses entrevistados, levado homens e mulheres à condição de pessoas desocupadas. Vejamos essa interpretação na fala abaixo de um dos entrevistados:

---

162 Trecho da entrevista do Sr. Severino Crispim.

223

*"As ruas vivem cheias desse pessoalzinho que a gente chama de trombadinha, vamos dizer assim, assaltante. A prostituição que a gente vê hoje dentro das grandes cidades, sempre a gente vê que atingiu mais esse pessoal que foram agricultor mesmo, e hoje estão na rua e são mais pobre que quando vieram do campo. Quer dizer, esse pessoal se tivesse no sítio, trabalhando lá com a família, não tinha acontecido esse alarme de ladrão que tem nas ruas hoje não".<sup>163</sup>*

Portanto, a cidade, para este entrevistado representa um espaço negativo: eles em geral não têm acesso ao trabalho. Não têm acesso à moradia "decente", e ainda, do seu ponto de vista, correm o risco de se tornarem marginais e suas filhas prostitutas. Quando encontram um "terreno vazio" para cultivar culturas de subsistência, só dá tempo de beneficiarem a terra e são imediatamente "convidados" a se retirar. Assim, eles representam negativamente os direitos que eles têm na cidade.

Mas quando esses trabalhadores conseguem arrumar trabalho na cidade, eles têm uma representação sobre os direitos a partir da legislação trabalhista. As atividades exercidas por eles normalmente são os que pertencem ao mercado informal de trabalho, embora entre os assentados destaquem-se alguns trabalhadores que são especializados. O fato de as atividades especializadas não fazerem parte das ocupações da maioria, não quer dizer que eles não tenham compreensão dos direitos referentes à área trabalhista. Ao contrário, boa parte deles já trabalhou na cidade, alguns já

tiveram experiência de ter um patrão e de praticar as normas e padrões estabelecidos entre um empresário e um trabalhador.

Nossa observação não se limita a entender a compreensão dos direitos apenas daqueles que exercem atividades especializadas, mas a compreensão dos direitos que eles foram elaborando, a partir de suas experiências em ocupações não agrícolas. Essas observações foram extraídas das histórias de vida por eles narradas.

##### 5. Os direitos trabalhistas na cidade...

O trabalho na cidade significa a oportunidade de melhorar a renda familiar, e quando assinam sua carteira (prática não muito comum para eles) contribui para somar "o tempo de se aposentar". Possivelmente este é o sonho de muitos trabalhadores, principalmente daqueles que, na cidade, têm grande dificuldade de serem incorporados em atividades mais rendosas, e que, de certa forma, podiam lhe "garantir o futuro", pois trabalhando na agricultura, eles não têm tido acesso aos benefícios trabalhistas, nem tampouco ao documento que garante o título de posse da terra e, com ele, o direito de ser aposentado como trabalhador rural.

Em alguns trechos das entrevistas, observamos que várias estratégias são elaboradas por esses trabalhadores, quando desenvolvem atividades na cidade, para ter acesso aos direitos trabalhistas. As atividades exercidas na cidade, com direito aos benefícios trabalhistas, funcionam como uma espécie de mobilidade social no interior do grupo, uma vez que o tempo de carteira assinada garante uma "velhice mais tranqüila". Por isso, mesmo levando em consideração as dificuldades que estes trabalhadores têm, para ter acesso ao "emprego" na cidade, quando isto ocorre é uma possibilidade que não pode ser desperdiçada, não só pela vantagem de melhorar a renda familiar, mas, principalmente, porque possibilita "ir arrumando o futuro".

Vamos utilizar as falas dos trabalhadores entrevistados para compreendermos em que condições os direitos trabalhistas são incorporados por eles.

*"Trabalhei no comércio um bocado de dia, me esforçando muito pra ganhar dois mil réis. Sei lá quanto réis era esse... depois me chamaram pra Ipelsa, fiquei trabalhando clandestino um bocado de ano. No comércio eu ia trabalhando de 7 horas às 11, e de 11 até 6, 7 horas da noite na rua João Pessoa, numa casinha de bucha.*

*Na Ipelsa trabalhei mais de 6 anos, mas de documento assinado não. Aí pronto, eu perdi o que? perdi três anos clandestino, com mais três anos que eu tinha clandestino de novo, entendeu? seis anos eu perdi clandestino na firma. Aí trabalhei na BESA, na faixa de 11 anos. Depois que eu vi que a Besa tava ruim, aí eu pedi as contas... O homem viu que meu coração era pedir as contas, receber o meu, então me pagou tudo direitinho. Eu só peço conta pensando*

numa coisa.. pensando em receber, e recebia. Nunca dei pulo perdido numa firma. Quando eu peço conta, ele já sabe meu segredo. Qualquer raivinha que eu tenho, eu peço conta, mas pra receber minha indenização. Aí eu volto pra firma de novo. Tenho entrada na Besa três vezes. ela me indenizava e eu ficava como novato. O que eu queria era assumir minha precisão, e a firma me empregar. Porque você trabalha todo tempo numa firma e ela faz acordo com você três ou quatro vezes, você tá dando aquele descanso e você fica na firma.

Hoje eu não faço, porque é prejuízo. Naquela época não era não. Hoje se fizer isso, sabe quanto desconta? 40%. Antigamente era 10% que descontava, e a gente ficava em ordem, e hoje se ele fizer acordo é 40% que eles descontam na conta da gente.. aí não compensa. E hoje eles não fazem isso, eles mandam a pessoa embora com 30 dias... manda embora sem direito a nada. É o que eles fazem.

Depois de 91 eu saí, aí passei na agricultura dois anos, entrou pra três anos, aí quando completou dois anos e seis dias, aí chegou a vez de me chamar prá trabalhar lá na Ipelsa de novo. Eu disse: vou! e tenho que agir por causa do INPS, como é? Aposentadoria, não é? Outra coisa também que eu não faço é greve, eu nunca pratiquei. Fazer greve em firma eu não faço como muitos faz e coisa e tal... e diz: vamos fazer greve para nós parar. Não, não faço. Cada um pode fazer, agora eu não faço. Se acharem que eu sou contra tudo bem, mas eu não faço. Não faço porque é o seguinte: não tem jeito de eu perder um dia de trabalho, de serviço, não tem condições. Olhe, para você ter uma idéia, eu fui trabalhar anteontem, eu saí daqui faltando 15 minutos para 2 (14 horas), ou 15 pra uma (13 horas) pensando que era 15 pra 2. Quando cheguei na firma, o vigia viu eu tão agoniado, que foi logo abrindo o portão pra eu entrar. Eu entrei, trinquiei o cartão e fui prá fabricação. Quando cheguei na fabricação, chegou um companheiro meu e disse:

- "Aí velho, vai pegar de que hora?
- Aí eu disse: vou pegar de duas.
- Vai dá uma hora prá firma?

Aí de imediato eu sai morto de vergonha e corri pra portaria, aí destrinqueei o cartão e perdi uma hora de repouso em casa. Quer dizer, pra você ter uma idéia eu não ando me reunindo... meu ritmo é esse, arrumar trabalho e trabalhar. Porque eu imagino muito. Porque numa firma como a Besa e como a Ipelsa, ela bota pra fora tudinho, entendeu? e depois ele bota aquele pessoal que está pra entrar tudinho para trabalhar, e a gente porque entrou na greve fica na mão, e o chefe da greve não vai dar depois a manutenção da gente... eu entro na firma, é a bala roncando e eu entrando na firma".<sup>164</sup>

O trabalho na cidade, para esse entrevistado, apresenta-se com outros tipos de interpretação do direito. São exigências que se diferenciam do trabalho exercido no roçado. Na cidade, a referência dos direitos é o "documento" assinado. Este simboliza a possibilidade de contar tempo para aposentadoria e de reconhecimento legal do emprego, a partir do que o empregado passa a ter os direitos previstos em lei.

O trabalho clandestino ou a inexistência de carteira assinada além de excluir os direitos do trabalhador, funciona como um quebra-galho, já que o "documento assinado" é a referência para arrumar um outro emprego. A carteira assinada muitas vezes é negada pelos empregadores, mas, ao mesmo tempo, exigida como uma espécie de "currículo" do empregado. Quanto mais tempo de trabalho

---

163 Trechos da entrevista de João Malheiro. Na época da pesquisa ele trabalhava também em uma fábrica na condição de "trabalhador de Serviços Gerais"

registrado na carteira, mais o portador tem condições de competir com aqueles que não têm carteira assinada no momento de disputa por emprego.

O direito à "indenização" pelo tempo de trabalho na firma também possibilita "resolver uma precisão". Isto é, pedir as contas e ficar na firma é uma evidência de que o salário recebido pelo trabalhador não lhe permite poupar. Por isso, a solução imediata para o entrevistado resolver alguns problemas financeiros, era requerer o seu direito à "indenização" através do acordo para continuar na firma. Pelo menos isso era possível em um tempo não muito distante. Atualmente, segundo o entrevistado, o patrão não admite mais este tipo de acordo. Quando ele consente, é sempre em prejuízo do trabalhador.

Nesse tipo de relação que havia entre empregado e patrão, o que predominava eram atitudes que representavam uma relação pessoal, de negociação, de atitudes recíprocas, sem a interferência da legislação trabalhista. Quando o empregado trabalhava um ano ou dois anos, clandestinamente, sem levar este fato ao conhecimento do Ministério de Trabalho, possivelmente era com o seu consentimento. Da mesma forma, podia utilizar a estratégia de indenização sem sair do emprego, com o consentimento do patrão.

A noção de lutar pelos direitos, tendo como instrumento a greve, não é a referência para este trabalhador. Em primeiro lugar, a greve é uma ação que impede o exercício do trabalho, experiência de que o

entrevistado se recusa a participar. Ele afirma que não aguenta ficar um dia sem trabalhar. O trabalho representa parte da sua vida e a greve é uma ação que lhe provoca o sentimento do medo.

Um outro argumento diz respeito à possibilidade de ficar desempregado depois de participar da greve. O medo de perder o emprego não é uma reação anormal, ao contrário, de forma geral, é provável que o sentimento do medo seja sentido pelos trabalhadores ao perceberem a possibilidade de ficarem desempregados. Aos trabalhadores que têm estabilidade no emprego, que têm muito tempo de serviço; aos que têm uma profissão especializada e aos que, por algum motivo, querem sair do emprego, é que o sentimento do medo não atormenta tanto quanto a um trabalhador que tem grandes dificuldades de conseguir outro emprego.

*"O lema do pobre é trabalho mesmo. Porque se o pobre num trabalhar ele cai. É por isso que nós se assujeitamos. Nós trabalhamos não é porque nós gostamos não, é porque é o seguinte; nós somos obrigado. Entendeu? Porque trabalhar não é coisa boa não. Agora a falta de emprego é pior. Eu trabalho na profissão de pedreiro, trabalho na agricultura, eu realmente me satisfaço com os dois. Quem tem carteira assinada tem direito a INPS, mas eu vejo muita gente por aí que chega o tempo de se aposentar e não se aposenta. É mais fácil um deputado, um senador se aposentar do que um pobre que paga seus direitos. Você está vendo o que está ocorrendo aí? É um ponto de sabedoria, porque essa URV não prejudica eles, nem prejudica o empresário. Prejudica nós. Porque o empresário tem o que vender, e nós não temos. Nós só temos que comprar. O empresário tem pra*

vender... Quer dizer quem compra só vai <sup>230</sup>  
pra baixo. Pra mim todos os direitos são  
furtados. Porque eu num sei agora, mas  
na minha época, que eu trabalhava lá no  
sul, como aqui, eles sempre cortam um  
pouquinho. Isso eu tenho certeza. Porque  
a gente tira pelo fundo de garantia. O  
fundo de garantia, você sabe que é de  
10%, que a gente recebe do fundo de  
garantia, porque eu tenho recebido que  
num dá prá cobrir nem a metade do  
ordenado... prá mim firma honesta é  
aquela que colabora com os que faz a  
firma. Se você trabalha numa firma, e  
ela chega dá o seu pagamento na sexta-  
feira pela manhã, aquela firma é  
honestas, porque ela faz o pagamento  
antes de começar a feira... tem firma em  
S. Paulo que trabalha com mil  
trabalhadores. Ela chega, atrasa dois  
meses de salário família de mil  
trabalhadores. Cada trabalhador dá 5  
salários-família. Cinco mil salários-  
família na época que nós estamos agora,  
depositado na poupança quanto é que ele  
retira? Então é por isso que eles  
atrasam, porque não pagam com o dinheiro  
que vem, pagam com os juros. É por isso  
que eles se tornam ricos"<sup>165</sup>

O trabalho para seu João Araújo é entendido como uma atividade desprezível. A forma como o trabalho é concebido na sociedade capitalista, torna-o um peso para quem o exerce. O trabalhador vive do trabalho, enquanto os ricos, os políticos brasileiros, do ponto de vista desse trabalhador, "vivem dos direitos furtados". E como ocorre o furto desses direitos na ótica desse trabalhador?

Em primeiro lugar, nas várias formas de burlar os direitos. Quando sonégam o fundo de garantia ou deixam de depositar, no dia definido pela Ministério do Trabalho;

---

164 Trechos da entrevista de João Araújo. Na época da pesquisa ele trabalha de pedreiro como autônomo.

quando atrasam o pagamento do salário e do salário família. Quando ocorrem estas situações, o empresário só tem a ganhar, através dos depósitos em conta bancária que vão lhe rendendo juros.

Do ponto de vista deste trabalhador os direitos são furtados e transformados em lucros para o empresário. Além disso, a situação do pobre na sociedade é de consumidor, afirma o entrevistado. Ele não tem o que vender. Quem tem o que vender tem lucro, neste caso é o empresário que tem acesso ao lucro, e não o trabalhador. Portanto, quem tem acesso ao direito é quem não trabalha. A interpretação do trabalho que expomos abaixo é bem diferente da que nos dá o entrevistado anterior:

*"Sou funcionário público do município, enquanto isso nem sequer direito à assistência médica nós temos. Direito a aposentadoria que uma é coisa que a gente tem, mas não é uma coisa tão segura assim. É pra melhor dizer no salário da gente num tem direito, o salário da prefeitura é um salário derrubado mesmo. Prá dizer certo, eu nem sei quais são os direitos que a gente tem pela prefeitura. Apenas um empregozinho. Eu era CLT, mas depois do presidente Collor de Mello através das leis que foram sendo criadas e foi no tempo do prefeito Cássio Cunha Lima. Quem foi da CLT foi tudo cortado também. Passou tudo a estatutário. Ficou esse fundo de garantia e depois foi dado entrada na justiça, pelo SINTAB, através da Justiça o pessoal vem recebendo. No caso, eu também, agora umas migalhas. No meu caso num paga nem a viagem que tem que dar. Eu não recebi não. Dei uma nova entrada e tá pra ser resolvido na justiça.*

O problema do funcionário fazer greve é devido aos salários que a gente não recebe. O prefeito aqui num paga. Também conforme as escolas, os professores além de não receber os salários deles faltam muitas outras coisas pra escola funcionar. A greve é um direito que existe na Constituição... agora, quando o juiz decreta a greve ilegal, é que ele não está trabalhando certo. Porque ele está deixando de julgar um processo assim, que dá direito ao trabalhador e que o trabalhador tá com o direito, mas os poderes públicos eles tiram os direitos do trabalhador para ficar ao lado dos poderes públicos mesmo. Os trabalhadores urbanos sempre têm mais direito. Desde que eu trabalho em firma que pagam, que dá os direitos certo, mas nem todas as firmas dá o direito dos trabalhadores, principalmente a prefeitura de Campina Grande, e outras por aí afora... quer dizer, não dá os direitos dos trabalhadores, mas pra aquelas firmas que reconhecem, que dá os direitos do trabalhador conforme em lei. Eles têm mais direito do que o pessoal do campo".

A condição de funcionário público do entrevistado permite refletir sobre suas dificuldades. Primeiro, porque ser funcionário municipal, no Brasil, significa passar grandes dificuldades, mesmo quando pertence aos quadros funcionais de uma cidade do porte de Campina Grande. Os salários não atingem ao salário mínimo. E quando alcança, é através de abono, significando perdas salariais. A condição de estatutário na prefeitura não significou melhorias salariais, nem tampouco melhorias trabalhistas, ao contrário, significou corte em alguns benefícios considerados por ele como benefícios trabalhistas. É o caso da assistência médica. Antes ele podia usufruir, mesmo que

não fosse de qualidade, de uma assistência médica: ele pagava, tinha direitos. Atualmente, é descontado na folha e, segundo ele, não tem direitos.

Outro direito a que ele se refere é o fundo de garantia. Este servia como uma espécie de poupança, para quando chegasse a velhice. "Foi derrubado pelo estatutário", afirma ele. Um outro direito que tem o trabalhador urbano é o direito de fazer greve. A greve é um direito constitucional, embora, conforme o ponto de vista do entrevistado, seja negado pelos poderes públicos. Mesmo assim, conclui, o trabalhador urbano tem mais direito que o trabalhador rural.

Mesmo levando em consideração a situação do funcionário público entrevistado, podemos entender que ele elabora outros direitos a partir de suas necessidades. A aposentadoria como direito tão sonhado pelo primeiro entrevistado, não se constitui um problema para o terceiro. Para o segundo entrevistado, entretanto, a ele os direitos não chegaram, foram furtados.

Os direitos trabalhistas urbanos, para esses trabalhadores, são pouco usufruídos, pois a cidade não os incorporou aos setores de trabalho onde eles são beneficiados pela legislação trabalhista. Ela não criou as possibilidades de sua incorporação às atividades protegidas pela legislação. Pelo contrário, para boa parte destes trabalhadores as atividades transitórias, como o cultivo dos

roçados na periferia e as atividades informais são as que lhes "foram reservadas".

Estas ocupações, na cidade, não dispõem de uma legislação trabalhista que proteja aqueles que as desempenham. E aqueles que têm exercido alguma atividade em indústria ou em ocupações mais estáveis, não têm tido a possibilidade de exercer por muito tempo, e nem tampouco têm exercido uma atividade especializada que lhe garanta com muita frequência o acesso aos direitos trabalhistas. Portanto, se cultivando a terra os direitos são difíceis de serem reconhecidos, na cidade, os direitos existem, mas não são para eles.

Esses trabalhadores vieram todos do campo, e na cidade desejaram melhorar as condições de sobrevivência. Alguns deles tiveram experiências de trabalhar em cidades maiores como Recife, São Paulo etc. Esse fato contribuiu para que eles tivessem noções sobre os direitos trabalhistas e construíssem representações de dúvidas e desconfianças sobre eles.

Eles têm informações claras sobre os direitos do trabalhador citadino, embora, do seu ponto de vista, nem sempre os trabalhadores conseguem que sejam cumpridos e reconhecidos. e como trabalhador de origem rural, na cidade a sua condição ainda é mais penalizada.

A cidade não oferece para eles as condições propícias para que possam ser reconhecidos como cidadãos. A moradia é fraca, não há trabalho e estão sujeitos, segundo

eles, a tornarem-se marginais. Mas, quando, com muita dificuldade, conseguem emprego com carteira assinada, acreditam que podem realizar a identidade sonhada: ser aposentado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atravessaram este texto as formas de fazer política de alguns trabalhadores na periferia da cidade de Campina Grande. Esse "fazer" teve um objetivo a alcançar: a terra. No primeiro capítulo, foi possível compreender como está representado o passado, ou o começo de uma luta para permanecer na terra.

No segundo capítulo, acompanhamos a luta desses trabalhadores pela terra, discutimos as táticas e estratégias que utilizaram para ficarem assentados em parte da propriedade que havia pertencido ao Major Juvino do Ó. Nesta luta, foi possível observar que, para haver acesso à terra foram importantes suas experiências, as experiências de outras pessoas e o contexto social. Para permanecer na terra, constroem laços de sociabilidade que os fortalecem enquanto grupo, mesmo acreditando que há a possibilidade de que sua permanência na área seja transitória.

No terceiro capítulo tratamos dos conhecimentos que estes trabalhadores adquiriram sobre os direitos. O conhecimento sobre o direito agrário e os direitos trabalhistas é resultado de longos anos na cidade lutando para ter acesso à terra, e de uma situação instável trabalhando em atividades citadinas.

O que foi possível para nós, enquanto estudiosos, conhecer sobre estes trabalhadores? A pesquisa contribuiu de forma significativa para conhecermos uma parte da história desses trabalhadores. História que nos foi ~~nos~~ apresentada do ponto de vista de alguns entrevistados. Neste sentido, temos a sensação de estar contribuindo para registrar representações de alguns momentos vividos por eles. Para a academia, esperamos que este texto tenha sua utilidade, na medida que possa dar pistas para novas descobertas e que contribua para a produção do conhecimento.

É importante também para nós que este trabalho suscite muitas perguntas, dúvidas e críticas, para que possamos produzir, no futuro, trabalhos mais significativos do ponto de vista do debate acadêmico. Acreditamos serem estas as contribuições que uma dissertação de mestrado pode dar.

Mas vamos falar um pouco das nossas descobertas ao fazermos este estudo.

Os trabalhadores do grupo por nós estudado, apresentaram várias representações de sua saída do campo: alguns saíram porque foram expulsos da terra; outros porque a cidade os atraiu com a possibilidade de melhorar de vida; ou porque, casados, ou de maior idade, precisavam ajudar aos pais conseguindo um emprego na cidade, ou, ainda, porque perderam a família. Foi nestas condições, que estes trabalhadores vieram para a cidade.

Entretanto, o que parece ser interessante são as lutas encaminhadas por eles na cidade, a luta pela terra, para botar roçados. Esta particularidade nos levou a perguntar: que imagens eles fazem de si na cidade? Como eles se reconhecem nesse "mundo urbano"?

Em nosso estudo, tentamos compreender a vida na cidade de alguns trabalhadores que vieram do campo. Optamos por estudar, a partir de suas representações, as construções que eles fazem de suas experiências nesse espaço, particularmente, a sua luta para conseguir trabalho.

As atividades desenvolvidas na zona urbana têm sua importância para a reprodução física e social de todos os trabalhadores envolvidos na luta por trabalho. Entretanto, a fala dos nossos entrevistados enfatiza a busca do acesso à terra em propriedades localizadas em áreas de expansão urbana.

As lembranças que afloraram evidenciam a luta pela terra, a partir de 1960, no Serrotão. Essa área é o palco da luta do passado e do presente. Nesse palco, foram construídas boas e más lembranças. Os entrevistados apresentaram sentimentos de medo e coragem, construíram imagens positivas e negativas de proprietários e tribunais; rejeitaram projetos e elaboraram outros; perderam e ganharam batalhas, enfim, construíram representações da cidade e do campo a partir de suas experiências.

As identidades são construídas no jogo de estratégias para ter acesso à terra, sendo elaboradas,

muitas vezes, para dar significado ou justificar suas ações. Inicialmente, podemos observar que se fazem reconhecer como homens pobres, marginalizados e como portadores de uma identidade bastante semelhante à dos Judeus, no tempo em que Moisés os retirou do Egito. A busca da "Canaã" é a comparação que fazem de si na peregrinação em busca da terra para trabalhar. A imagem que eles têm da Igreja é de que sua presença tem um significado: cumprir a missão de conduzir os pobres à terra prometida. Por isso, não é só preciso lutar, mas conhecer os ensinamentos cristãos através da Bíblia. Do ponto de vista de alguns entrevistados, a Bíblia explica a origem da desigualdade entre os homens, e, portanto, o lugar que eles ocupam na sociedade. Além disso, a religiosidade expressa a devoção aos santos, evidencia a crença na terra prometida, na fé de que, pedindo e acreditando em São José, haverá chuva e "bons anos de lucros", por exemplo. Essas crenças apresentam-se mais fortes em alguns trabalhadores do que em outros, mas, em geral, todos são religiosos. Os rituais são visíveis nas caminhadas, nas procissões e na construção de mitos.

Na luta pela terra, as identidades também são construídas para acionar um reconhecimento, o seu lugar na sociedade, e os seus direitos. Quando, nos anos 60 e 70, perderam a possibilidade de ficar no Serrotão, construíram, para se contrapor às atitudes dos herdeiros, a imagem positiva e paternalista do Major, cultuando-o como um mito.

Os herdeiros são sempre percebidos como os homens que destruíram relações sociais anteriormente estáveis.

A presença das Ligas Camponesas nos anos 60 é concebida como um tabu, poucos registros memoriais há sobre elas, e, nesse sentido, a Igreja Católica teve um papel fundamental na época: o de contribuir para silenciar sobre essa presença. Mesmo assim, contraditoriamente, os membros da Igreja que na época eram seus mediadores, contribuíram para que fosse reforçado, na memória social do grupo, o culto a um dos líderes das Ligas Camponesas, embora ele não seja lembrado como tal, mas como um homem que lutou, que deu sua vida à luta pela terra.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande, foi fundado nesse período, com o apoio da Igreja Católica, justamente para se contrapor à atuação das Ligas Camponesas no Município. O resultado dos conflitos no Serrotão, nos anos 60 e 70, foi a saída dos trabalhadores da área, onde a imagem de desprotegidos e pobres é evidenciada na fala dos entrevistados.

Na condição de pobres, desprotegidos e sem trabalho, a busca pela terra continuou com o cultivo na fazenda Ramada. Ali, trabalharam mais de 20 anos sob a condição de foreiros. Em 1980, novamente surgiram conflitos entre eles e os proprietários. Os mecanismos de expulsão e resistência foram diversos e a luta foi parar nos tribunais.

A elaboração de uma identidade foi a estratégia utilizada, no momento de enfrentar a corte. Construíram uma

imagem de trabalhadores que vinham cumprindo os seus deveres e que precisavam ser recompensados pelos benefícios construídos. As noções dos direitos sobre a terra foram incorporadas, e, pouco a pouco, eles reivindicaram mais do que a indenização dos benefícios ou das culturas estragadas pelo gado: o desejo passou a ser também o da posse da terra.

Para alcançar a posse da terra, eles absorveram uma outra identidade: a de posseiros. A condição de posseiros permite-lhes lutar na corte pelos direitos adquiridos. Entretanto, na corte, é preciso provar essa condição. A ausência de provas documentais leva o advogado dos trabalhadores a construir-lhes a identidade de homens ignorantes, em virtude de não terem exigido dos proprietários os documentos que podiam comprovar a posse. Esta imagem é aceita silenciosamente pelos trabalhadores, possivelmente com o intuito de possibilitar a construção de sua imagem como pobres, ignorantes e que não tiveram acesso à informação. Essa imagem, junto com outros fatores, parece ter convencido o Juiz a dar a posse provisória da terra.

Durante quatro anos, os trabalhadores continuaram a cultivar a terra, mas a Cehap, uma das proprietárias, recorreu ao Tribunal Superior, e os trabalhadores perderam a posse provisória da terra. O terreno estava destinado à construção de casas populares para cerca de 800 famílias.

Não era ainda a "terra prometida" para esses trabalhadores. Desde sua saída da fazenda Ramada, eles procuravam terra para trabalhar. Alguns conseguiram, outros

não. Em 1986, articularam um projeto para ocupar a terra "não prometida". A terra do Serrotão, que haviam cultivado nos anos 60, estava "entregue à capoeira", e o seu mais recente proprietário, o Estado, havia prometido usá-la para os trabalhadores "sem casa". O projeto do Estado era construir vários conjuntos populares. Contudo, desde a compra da propriedade, em 1981, nenhum projeto de construção foi viabilizado pelo Estado. Em 1984, parte da terra foi ocupada por trabalhadores, resultando no conjunto de casas populares conhecido como "Mutirão".

Em 1986, alguns trabalhadores, refletindo a possibilidade de cultivar a terra, ocuparam a área e formaram o Condomínio Rural Alto Serrotão, uma forma de assentamento que foi apoiada por vários grupos sociais, com a presença marcante da Igreja Católica, através da CPT.

O fato de os trabalhadores assentados não receberem o título de posse do governo, contribuiu para que eles retomassem a identidade de posseiros. A imagem de posseiros é construída para que, provavelmente, no "futuro", possam se reconhecer com direitos à terra diante do Estado, do tribunal e da sociedade em geral. Contudo, esta identidade é acionada em momento onde a discussão é o direito sobre a terra. Em conversas informais, eles falam de si como agricultores. Quando o discurso é organizado e dirigido, a identidade de posseiro é rapidamente acionada. Nesse sentido, as identidades se diferenciam dependendo do contexto. Elas são acionadas e manipuladas.

Mas é importante chamar a atenção para o fato de que, quando o tema da conversa é trabalho urbano, muitos deles afirmam ser operários. Essa identidade de operários é pensada no sentido de garantir o futuro. Alguns trabalhadores entrevistados afirmaram que desejavam ter um bom emprego, para ter uma boa aposentadoria, por isso sonham em ter vários anos de carteira assinada. A busca de aposentadoria na agricultura tem apresentado desilusões pela ausência do título de posse da terra. A cidade é, para alguns, uma possibilidade de conseguir um emprego que lhes permita assegurar o futuro, já que, cultivando a terra, isso é imprevisível.

Para outros trabalhadores mais idosos, o sonho de um emprego bom na cidade é para os filhos. O desejo que os filhos estudem e consigam um emprego de professor, torneiro mecânico, por exemplo, é o sonho de uma identidade que eles possivelmente gostariam de ter adquirido.

Se a cidade não contribuiu para que esses trabalhadores pudessem ter a identidade sonhada, permitiu que fossem elaboradas noções de direitos lutando pela terra. Esses direitos foram sendo absorvidos, a partir da luta pela terra e pelo emprego na cidade. O conhecimento do direito agrário foi resultado das discussões junto aos seus mediadores e das suas lutas e de outras pessoas, a partir dos anos 60. Esse processo de aprendizagem tem contribuído para dar um "norte" à luta pela sobrevivência na cidade.

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. **Violar Memórias e Gestar a História. Abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um "parto difícil"** In Revista Clio série História do Nordeste nº 15, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1994.

ALTO SERROTÃO: um passo para a libertação. Série: Lutas do Povo Trabalhador nº 1 Publicação: Centro de Ação Cultural (CENTRAC) Campina Grande Pb (s/d)

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**, 5ª ed. São Paulo, Atlas, 1986.

AUGÉ, Marc. **A construção do mundo. Religião, Representações, Ideologia.** Lisboa, Edições 70. 1974.

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

BEZERRA, Adélia. **Memória e Ficção** In Resgate (Revista de Cultura do Centro de Memória) Unicamp, Campinas Papyrus 1991 nº 3 p. 9-15.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio Sobre Literatura, Obras Escolhidas, Vol I, 7ª ed.* São Paulo, Brasiliense.

BOSI, Alfredo. *O tempo e os tempos* In *Tempo e História*. (org.) Adauto Alves, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos.* São Paulo, Edusp, T.A. Queiroz, editor, 1987.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. *Projeto de Lei nº 1542/87.* Campina Grande, Pb.

30 - CARTÓRIO FORUM AFONSO CAMPOS. *PROCESSO JUDICIAL nº 124/1981,* Campina Grande, Pb.

CERTEAU, Michel de. *A "Invenção do Cotidiano",* Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

CARVALHO, Mãe Rosário G. de. *A identidade dos povos do Nordeste* In *Anuário Antropológico, nº 82* Fortaleza, Rio de Janeiro, Edições UFC, Tempo Brasileiro, 1984.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil - 1965 - 1985.** Campinas - SP, Editora da Unicamp, Cone, 1985.

DE DECCA, Edgard Salvadori. **O Silêncio dos Vencidos.** 4ª ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.

D! ALESSIO, Marcia Mansor. **Memória: leitura de Halbwachs e Pierre Nora** In Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUR/Marco Zero, vol. 13, nº 25/26 setembro 92/agosto 93. p. 97-103.

---

. **Nação e Identidade: Reflexões.** Texto apresentado no Colóquio "Sentimento(s) e Identidade(s): Os Paradoxos do Político" Realizado no IFCH - Instituto de Filosofia de Ciências Humanas - Promoção Departamento de História do IFCH. Campinas, São Paulo, 1994. (mimeo)

DUARTE, Luis Fernando. **A volta da Identidade (e de seu Jogo fascinante)** In Anuário Antropológico nº 85 Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1986.

DUQUÉ, Ghislaine. **Estrutura fundiária e a pequena produção (um estudo de caso no Cariri Paraibano)** In Revista de Ciências Sociais e Econômicas, UFPb - CH, Campina Grande, Vol. 3 nº 4-5 p. 167-196. Jan.84/Dez 85

DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Edições Paulinas, 1989.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade e do estado*. 9ª ed. (tradução de Leandro Konder) Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1984.

FARR, Roberto M. *Representações Sociais: a teoria e sua história* In *Textos em Representações Sociais* (orgs.) Pedrinho A. Guareschi, Sandra Jovchelovith. Petrópolis: Vozes, 1994.

FILHO, Roberto Lyra. *O que é Direito*. 13ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1993.

FREITAS, Renan Spriger de. *Bordel Bordeis: negociando identidades*. Petrópolis, Vozes, 1985.

FURTADO, Celso. *A Economia Latino Americana*, São Paulo, Editora Nacional, 1978.

\_\_\_\_\_. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1964.

GARCIA, Junior. Afrânio Raul. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo, Marco Zero. Brasília DF. Editora

Universitária de Brasília: MCT - CNPq, 1989 (col. Pensamento Antropológico).

GEBARA, Ademir. O mercado de trabalho livre no Brasil (1871 1888) São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

GUARESCHI, Pedrinho, Jovchelowith, Sandra (orgs) Textos em Representações Sociais. Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.

HALBAWCHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

HILL, Cristopher. Idéias Radicais durante a Revolução Inglesa de 1640, Tradução e apresentação Renato Janine Ribeiro, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

INCAU, Mãe da Conceição de. O "Boia Fria": acumulação e miséria. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 9ª ed. 1983.

JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, "Agricultores divulgam carta aberta denunciando destruição de plantação" em 28 de Dezembro de 1980, Campina Grande - Pb.

JORNAL DA PARAÍBA, "Invasores continuam no Serrotão" em 26 de Fevereiro de 1986, Campina Grande - Pb.

JULIANO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? Rio de Janeiro, Ed. Brasiliense, 1962.

LEVENHAGEM, Antonio José de Sousa. Código Civil. Comentários Didáticos (Direito das Coisas) São Paulo, Editora Atica, 1989

LARIAIA, Roque de Barros. Identidade e Etnia In Anuário Antropológico nº 86, Brasília, DF. Editora UnB, Tempo Brasileiro.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. São Paulo, Editora da Unicamp, 1992.

LUZ, Valdemar P. da. Estatuto da Terra. Porto Alegre: Sagra, 1991.

MACEDO, Carmem Cinira. Imagens do Eterno. Religiões no Brasil. São Paulo, Moderna, 1981.

MELO, Luis Gonzaga. Campina Grande - O desenvolvimento em questão (seleção de artigos publicados pela imprensa). Campina Grande, Gráfica Júlio Costa, 1988.

MENEZES, Heloisa Regina Guimarães. Reforma Agrária e Identidade Social na Baixada Fluminense: uma nova correlação rural urbana. Tese de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da UFRRJ, Rio de Janeiro, 1991 (mimeo)

MENEZES, Marilda Aparecida de. "Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba" (Migração, Família e Reprodução da Força de Trabalho). Tese de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado em Sociologia Rural, UFPb, Campina Grande, 1985. (mimeo).

MINAYO, Maria Cecília de S. Conceito de Representações Sociais na Sociologia Clássica In Textos em Representações Sociais (orgs.) Pedrinho A. Guareschi, Sandra Jovchelovitch. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOSCOVICI, Serge. Textos em Representações Sociais. Prefácio. (Orgs) Pedrinho A. Guareschi, Sandra Jovchelovitch. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOURA, Margarida. "Os deserdados da Terra": A lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bertrand (Col. Corpo e Alma) Brasil, 1988.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória*. São Paulo, Contexto, 1992.

---

. *História Oral, Caminhos e Descaminhos* In *Revista Brasileira de História* - São Paulo: ANPUH/Marco Zero, Vol. 13, nº 25/26 Setembro 92/Agosto 93.

MUSUMECI, Leonarda. *O mito da terra liberta*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1988.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *A Construção da Identidade: Um momento privilegiado* In *Política e Cultura*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. II nº 23/24 set/Ago/92 Marco Zero, FAPESP, ANOUH, CNPq.

NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares* In *Projeto História: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História de PUC-SP*, São Paulo, 1981. p. 7-28.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo, Pioneira, 1976.

ORTIZ, Renato. *Cultura, Modernidade e Identidade*. In *O Novo Mapa do Mundo* (org.) Francisco Capuano Scarlato.

Globalização e Espaço Latino Americano. Ed. Hucitec, São Paulo, 1994, ANPUR.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vértice, Vol. 5 nº 10, 1992.

\_\_\_\_\_. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In Estudos Histórico, Rio de Janeiro, Vértice, Vol. 2, nº 3, 1989.

PINSKY, Jaime (org.) **Capital e Trabalho no Campo**. (Paul Singer e outros) São Paulo, Hucitec, 1979 (col. Estudos Brasileiros nº 7)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Memorial Urbano, Projeto Resgate da Memória Urbana de Campina Grande, 1994-1995**, Mimeo.

\_\_\_\_\_. **Perfil do Município, Luiz Gonzaga de Melo (Coord.)** Coordenadoria de Planejamento, Campina Grande, Grafset, 1984.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890 - 1930**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RANCIERE, Jacques. **A Noite dos Proletários**. Tradução de Marilda Pedreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1984.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Código de Processo Civil.

Departamento de Imprensa Nacional, 1974.

RODRIGUES, Albertino. (org.) Emile Durkheim, Sociologia (tradução de Laura Natal Rodrigues) 3ª ed. São Paulo, Atica, 1986.

ROMANO, Jorge O. Identidade e Política: Representação e Construção da Identidade Política do Campesinato In Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências. "Promoção" Mestrado de Sociologia - UFC - Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (Neps - Anpocs) Fortaleza, Ceará, 1986.

RUBENS, Guilherme Raul. Teoria da Identidade In Anuário Antropológico nº 86, Brasília, DF. Editora UnB, Tempo Brasileiro.

SALES, José Borges de. Alagoa-Nova. Notícia para sua história. Fortaleza, Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso, 1990.

SCHURÉ, Edouard. Os Grandes Iniciados. História Oculta das Religiões, Editora Tecnoprint, 1987.

SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979 (col. História e Sociedade).

\_\_\_\_\_. A idealização do passado numa área de "plantation". Contraponto. Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels, ano II, nº 2, p. 115-126. Nov. 1977. 136 p.

SOUSA FILHO, Alipio. Medos, Mitos e Castigos: notas sobre a pena de morte. São Paulo, Cortez, 1995.

SOUSA, João Bosco Medeiros de. Direito Agrário: Lições Básicas, 2ª ed. Atual, São Paulo: Saraiva, 1987.

SOARES, Luis Eduardo. Campesinato: Ideologia e Política. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1981 (col. Agricultura e Sociedade).

SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa. Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. Mas Qual Reforma Agrária? In Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. (ABRA) Ano 17, nº 1, São Paulo, Editora Joruês, 1987. p. 11-60.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais In Textos em Representações Sociais (orgs.) Pedrinho A. Guareschi, Sandra Jovchelovith, Petrópolis: Vozes, 1994.

TEIMOSIA POPULAR. "A luta pela moradia" Série Lutas do Povo Trabalhador nº 3 Texto de José Rodoval e Paulo Afonso B. de Brito, Publicação Centro de Ação Cultural (CENTRAC) Campina Grande, Pb (s/d)

THOMPSON, Edward P. Tradicion, Revuelta y Consciência de clase. Estudios sobre la crise de sociedad preindustrial. Barcelona, editora crítica, 1987.

ZAIDAN FILHO, Michel. Comunista em Céu Alberto. 1922-1930 - Nossa Terra, Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1989.